



**Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna**

## **A Mulher no Crime: Submissa ou Subtil?**

As Atividades Rotineiras como Fator Relevante na Incidência de Géneros  
no Fenómeno Criminal.

Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais  
Área de especialização em Criminologia e Investigação Criminal

**Inês Isabel Capão Calixto**

**LISBOA, 2016**

**Inês Isabel Capão Calixto**

## **A Mulher no Crime: Submissa ou Subtil?**

**As Atividades Rotineiras como Fator Relevante na Incidência de Gêneros  
no Fenómeno Criminal.**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de  
Ciências Policiais e Segurança Interna como  
exigência parcial para a obtenção do grau de  
mestre em Criminologia e Investigação Criminal.

Orientador: Prof. Doutor NUNO CAETANO LOPES  
DE BARROS POIARES.

**LISBOA, 2016**

Aos meus Pais, a quem tudo devo.

Às minhas Avós, Mariana e Rosa, magníficos exemplos daquilo que significa ser Mulher.

### **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, tenho a agradecer aos meus Pais pela sua paciência e apoio incondicional e por sempre terem acreditado no meu trabalho e nas minhas convicções. Sem eles não seria o que sou hoje e não teria alcançado com sucesso as várias metas que tracei para a minha vida.

Ao meu Irmão Miguel, que me proporcionou desafiantes momentos de desconcentração durante o meu trabalho, estimulando a minha capacidade de “*multitasking*”!

Ao Professor Doutor Nuno Poiares, que aceitou orientar-me nesta dissertação. Sem o seu conhecimento e apoio, certamente que este trabalho não possuiria tanto rigor científico e académico. É através da exigência que se atinge o mérito. Sem esforço e trabalho árduo ele não tem qualquer valor.

Ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, a minha casa académica nestes últimos dois anos.

Ao Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG), pelo entusiasmo e confiança com que apoiou e contribuiu para o meu estudo. Um agradecimento muito especial à Doutora Dália Costa, o elemento do CIEG com o qual mantive contacto e que sempre se demonstrou disponível para ouvir as minhas ideias e responder à entrevista no âmbito deste estudo.

Às Professoras Ana Guerreiro, Irene Vaquinhas, Isabel Ventura e Sónia Caridade, que se disponibilizaram prontamente a responder à entrevista proposta. O contributo destas notáveis especialistas na área proporcionou uma sustentação firme e credível às informações expostas no estudo.

Finalmente, a todos os meus amigos que estiveram presentes durante esta jornada, proporcionando-me maravilhosos momentos de descontração após tardes de árduo trabalho.

### **Epígrafe**

“Lobos saudáveis e mulheres saudáveis partilham determinadas características psíquicas: sentido apurado, espírito divertido e elevada capacidade de afeição. Lobos e mulheres são seres relacionais por natureza, curiosos, dotados de grande resistência e energia. São fortemente intuitivos, profundamente preocupados com as crias, com os companheiros e com a família. São peritos em adaptarem-se a circunstâncias de mutação constante; são ferozmente leais e de uma coragem extrema. Ainda assim, ambos foram perseguidos, maltratados e falsamente acusados de voracidade, insídia, e de serem extremamente agressivos e claramente inferiores aos seus detratores. Foram alvo dos que não só quiserem limpar as regiões selvagens, mas também os territórios indomados da psique, aniquilando as componentes instintivas, sem delas deixar qualquer rasto. A prática predatória exercida sobre lobos e mulheres, por parte de quem os interpreta erroneamente, é impressionantemente similar”.

Clarissa Pinkola Estés (2016: 14),  
As Mulheres que Correm com os Lobos.

### **Resumo**

É de crucial relevância que se analisem os diversos fenómenos sociais através de uma “lente de género”. Só assim poderemos compreender a forma como são influenciados por essa dimensão. No decorrer desta ideia, a criminologia deverá também ser explorada segundo esta perspetiva, originando uma abordagem de género no que respeita à criminalidade que envolva, para além da biologia, outros âmbitos, como o cultural, o sociológico, o histórico e o filosófico.

Neste estudo pretende-se uma análise do fenómeno criminal através da experiência feminina, abordando a forma como as mulheres vivem o crime, principalmente no papel de agressoras. Mais especificamente, visa-se o relacionamento deste fator com a Teoria das Atividades Rotineiras, desenvolvida em 1979 por Lawrence E. Cohen e Marcus Felson, uma das quatro teorias no âmbito da Criminologia Ambiental, de forma a compreender melhor as estatísticas da criminalidade feminina.

Segundo a Teoria das Atividades Rotineiras, um conjunto de fatores, tais como a educação, a socialização, a oportunidade e a motivação, impulsionam o cometimento de delitos. As rotinas individuais irão contribuir para a convergência destas variáveis. Visto que homens e mulheres possuem rotinas diferenciadas em função do género, derivadas de um longo processo histórico de socialização, irão também ter divergências no que respeita às oportunidades criminais.

**Palavras-chave:** Mulher Delinquente; Género; Criminologia Feminista; Criminologia Ambiental; Teoria das Atividades Rotineiras.

### **Abstract**

The analysis of the diverse social phenomena through the prism of gender is crucial to our understanding of how the social occurrences are shaped by gender. Therefore, the criminology should adopt the same gender-based approach that accounts for not only biological component but also the scope of culture, social organization and philosophy of the group in each case. In this study we pretend to analyse crime by recourse to female experience of crime, particularly of the female aggressors. We aim to investigate the role of the gender factor in female crime in the context of one of four theories of Environmental Criminology - Routine Activity Theory (proposed by Lawrence E. Cohen and Marcus Felson, 1979) and its correlation with observed statistical data.

The number of factors, such as education, socialization, opportunities and motivation, promote undertaking of delicts. The individual routines will contribute greatly to convergence of these variables. However, as a result of a longstanding historical socialization, female and male individuals exhibit the differential gender routines. Hence, females and males will have distinct commonality of criminal opportunity.

**Key-Words:** Criminal Woman; Gender; Feminist Criminology; Environmental Criminology; Routine Activity Theory.

## Índice

<b>Agradecimentos</b> .....	i
<b>Epígrafe</b> .....	ii
<b>Resumo</b> .....	iii
<b>Abstract</b> .....	iv
 <b>Introdução</b> .....	 1
 <b>Capítulo 1: História das Mulheres</b> .....	 6
1.1. Introdução.....	6
1.1.1. Conceito de Género.....	7
1.1.2. O Feminismo.....	8
1.1.3. Patriarcado /s Matriarcado.....	10
1.2. História do Feminismo.....	13
1.2.1. Pré-História.....	13
1.2.2. Sociedade Clássica.....	16
1.2.2.1. Sociedade Egípcia.....	16
1.2.2.2. Sociedade Grega.....	19
1.2.2.3. Sociedade Romana.....	21
1.2.3. Idade Média.....	23
1.2.4. Século XVIII ao Século XXI.....	29
 <b>Capítulo 2: História das Mulheres no Crime</b> .....	 33
2.1. Introdução.....	33
2.1.1. Conceito de Crime.....	34
2.1.1.1. Crime como Fenómeno Social.....	35
2.1.2. A Criminalidade Feminina.....	36
2.2. Análise de Dados Estatísticos.....	47
2.3. Teorias Criminológicas.....	51
2.3.1. A Escola Positivista e as Mulheres.....	51
2.3.2. A Sociologia Criminal e as Mulheres.....	55
2.3.3. A Criminologia Crítica e as Mulheres.....	58
2.4. A Criminologia Feminista.....	60



<b>Capítulo 3: Teoria das Atividades Rotineiras.....</b>	<b>65</b>
3.1. Introdução.....	65
3.2. Criminologia Ambiental.....	65
3.3. Teoria das Atividades Rotineiras.....	67
3.4. Rotinas Femininas e Oportunidades Criminais.....	74
 <b>Capítulo 4: Metodologia.....</b>	 <b>78</b>
4.1. Objeto de Estudo, Pergunta de Partida e Hipóteses de Investigação.....	79
4.2. Métodos e Técnicas de Investigação Seleccionados.....	81
4.2.1. Pesquisa Bibliográfica / Análise Documental.....	82
4.2.2. Entrevista.....	84
 <b>Análise e Discussão dos Resultados.....</b>	 <b>86</b>
 <b>Considerações Finais.....</b>	 <b>97</b>
 <b>Bibliografia.....</b>	 <b>103</b>
 <b>Anexos.....</b>	 <b>121</b>

## Índice de Anexos, Gráficos, Tabelas, Imagens e Siglas

### Índice de Anexos

Anexo 1 – Guião da Entrevista .....	122
Anexo 2 – Entrevista Doutoranda Ana Guerreiro.....	123
Anexo 3 - Entrevista Doutora Dália Costa.....	126
Anexo 4 - Entrevista Doutora Irene Vaquinhas.....	130
Anexo 5 - Entrevista Doutora Isabel Ventura.....	133
Anexo 6 - Entrevista Doutora Sónia Caridade.....	136

### Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Esperança de vida à nascença em Portugal (1990-1999).....	11
Gráfico 2 - Tipologia de crimes cometidos por sujeitos do sexo feminino.....	39
Gráfico 3 - Taxas de desemprego (%) Portugal (1992-1999).....	40
Gráfico 4 - Níveis de instrução da população desempregada (%) Portugal (1997).....	40
Gráfico 5- Tipo de Crime e Abuso de Substâncias.....	41
Gráfico 6- Maus Tratos e Abusos de Substâncias nas Reclusas do Sexo Feminino.....	43
Gráfico 7- Evolução dos Arguido de 1960 a 2012.....	47
Gráfico 8- Percentagem de Reclusas Condenadas por Crime.....	48
Gráfico 9- Tipologia dos Crimes Cometidos por Sujeitos do Sexo Feminino e Masculino em Portugal no ano de 2014.....	49

### Índice de Tabelas

Tabela 1 - Crimes Cometidos e Julgados por Sujeitos do Sexo Feminino e Masculino, em Portugal, Entre os Anos de 2000 e 2014.....	48
Tabela 2 - Vítimas <i>Vs</i> Agressores: Uma Análise de género.....	50

### Índice de Imagens

Imagem 1 - Caracterização do Perfil de Vítima.....	49
Imagem 2 - Caracterização do Perfil de Autor do Crime.....	50
Imagem 3 - Tomada de Decisão do Potencial Ofensor.....	71

## **Lista de Siglas**

APAV- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

DGAI- Direção-Geral da Administração Interna.

CIEG- Centro Interdisciplinar de Estudos de Género.

## **Introdução**

A presente investigação surge enquanto requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Ciências Policiais, na área de especialização em Criminologia e Investigação Criminal, pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, e irá centrar-se em torno de quatro temas basilares: Género; Criminologia Feminista; Criminologia Ambiental e Teoria das Atividades Rotineiras.

Convém esclarecer desde início que não se pretende entrar numa “guerra dos sexos” através deste estudo, visto que o termo “sexo” abrange apenas as vertentes biológicas que diferenciam homens e mulheres. O que se pretende é uma abordagem de género que envolva, para além da biologia, outros âmbitos, como o cultural, o sociológico, o histórico e o filosófico.

A investigação está claramente inserida no âmbito da Criminologia Feminista, que visa o estudo do crime segundo uma “perspectiva sobre e das mulheres” (Machado, 2008: 103). Será ainda complementada com a Teoria das Atividades Rotineiras, desenvolvida em 1979 por Lawrence E. Cohen e Marcus Felson, uma das quatro teorias no âmbito da Criminologia Ambiental.

Foram o fascínio pela “mente criminosa” feminina e o interesse pela defesa dos direitos das mulheres e da conquista da igualdade de género, as principais motivações que levaram à opção por este tema. Posto isto, levamos para o trabalho a enorme esperança de conseguir reunir um vasto conjunto de novas informações e conhecimentos.

Claro está que o tema de uma dissertação de mestrado não poderia ser escolhido apenas com base em convicções pessoais e curiosidade académica. Apesar de a crença popular defender que a intuição feminina nunca falha, numa investigação científica é necessário que nos guiemos por parâmetros mais adequados. Portanto, depois de alguma pesquisa, a escolha do tema teve em conta as quatro regras enunciadas por Eco (2015: 38):

1. O tema deverá ir de encontro aos interesses do candidato: os motivos acima descritos demonstram que se verifica o cumprimento desta primeira regra;
2. As fontes devem ser acessíveis ao candidato: após uma adequada ponderação no que a esta norma respeita, concluiu-se que será possível o acesso aos recursos

necessários para prosseguir a tarefa a que nos propomos, recursos esses que serão descritos detalhadamente mais à frente. Para tal, fez-se uma seleção de quais as fontes a recorrer, onde se encontram essas fontes, qual a sua acessibilidade e qual a nossa aptidão para trabalhar com elas (Eco, 2015: 80). De forma muito sintética, expomos desde já que todo o nosso trabalho de investigação se baseará em pesquisa bibliográfica e em recolha de dados qualitativos por entrevista a especialistas na área. Poderá parecer, à primeira vista, um método redutor, visto que necessita de elementos de complementação de forma a tornar o trabalho mais dinâmico e abrangente. Discordamos deste ponto de vista, servindo-nos das palavras de Costa (1982: 16) para sustentar a nossa posição:

A leitura, que durante muito tempo havia passado despercebida, tornou-se, com as investigações recentes, o lugar privilegiado da investigação das soluções [...] sem uma leitura adequada e rigorosa não se encontram reunidos os pressupostos do registo, que caminham para uma clarificação e padronização indispensáveis à formação de um clima de objetividade e seriedade intelectual.

Acrescentamos ainda, relativamente à questão da leitura enquanto método de investigação científica, uma frase de Eco (1985: 29): “a aventura da pesquisa é misteriosa, apaixonante, e reserva muitas surpresas. Nela entra em jogo não um indivíduo mas toda uma cultura, e por vezes as ideias viajam sozinhas, migram, desaparecem e voltam a surgir”. Da mesma forma que muitas pessoas encaram essa “aventura” como a exploração de locais desconhecidos, ou a visualização de um filme clássico, ou como um milhão de outras formas possíveis e imaginárias, para nós ela apresenta-se sob a forma de leitura de um livro repleto de novos conhecimentos que, sozinhos, nunca conseguiríamos imaginar.

No que respeita à acessibilidade das fontes, começámos então por elaborar uma lista bibliográfica, com base numa pesquisa temática, e verificar a disponibilidade dos livros e artigos nela constantes, confirmando que conseguiríamos aceder a todos.

3. As fontes devem ser manuseáveis pelo candidato: a regra anterior refere-se a um alcance material das fontes, sentindo-nos assim em condições de afirmar que conseguiremos manter essa questão controlada. Esta terceira regra refere-se a um

alcance cultural. Por uma questão de humildade intelectual e científica que, como afirma Eco (2015: 45), “não é uma virtude para fracos mas, pelo contrário, uma virtude das pessoas orgulhosas”, não iremos afirmar que estamos aptos na totalidade, até porque não existe ninguém com um conhecimento cultural completo, havendo sempre algum facto ainda por descobrir, ou seja, como declaram Quivy e Campenhoudt (2013: 32) “um progresso no conhecimento nunca é mais do que uma vitória parcial e efémera sobre a ignorância humana”. Por isso, afirmamos apenas a nossa vontade e desejo de adquirir novos conhecimentos e de aprender o máximo possível, ao mesmo tempo que tentamos dar um pequeno passo na área de estudo em questão;

4. A metodologia da investigação deverá estar ao alcance da experiência do candidato: após a elaboração de um trabalho de fim de curso de licenciatura com base num quadro metodológico bastante idêntico ao pretendido para esta dissertação, consideramos-nos aptos para prosseguir a tarefa.

Um último motivo relevante no que respeita à escolha do tema, prende-se com as lacunas existentes nesta área de estudo explorada insuficientemente em Portugal. Pretendemos ajudar a colmatá-las, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada do fenómeno.

Esclarecida esta etapa, passamos agora aos objetivos. O principal será a investigação teórico-conceptual do tema selecionado com vista à produção de um documento final onde serão apresentadas as principais conclusões retiradas do estudo.

Como objetivos específicos foram definidos os seguintes:

1. Realização de uma breve abordagem histórica do papel das mulheres em diversos contextos;
2. Análise do papel das mulheres no contexto criminal, especificamente;
3. Definição de Criminologia Ambiental e da Teoria das Atividades Rotineiras;
4. Análise da relação da Teoria das Atividades Rotineiras com a incidência do género feminino no fenómeno criminal.

Organizou-se a estrutura da dissertação em quatro capítulos:

**Capítulo 1- História das Mulheres:**

1. Realização de uma breve descrição da evolução sociológica do papel das Mulheres ao longo dos tempos.
2. Três parâmetros essenciais a explorar: i. As Mulheres na religião; ii. As Mulheres na política; e iii. As Mulheres na sociedade.

**Capítulo 2- História Criminológica das Mulheres:**

1. Breve caracterização do papel feminino no mundo do crime.
2. Criminologia Feminista.
3. Análise das Mulheres criminosas.
4. Análise das estatísticas criminais.

**Capítulo 3- Teoria das Atividades Rotineiras:**

1. Breve descrição da teoria.
2. Relação da teoria com a incidência das Mulheres no fenómeno criminal.

**Capítulo 4- Metodologia**

1. Justificação das opções metodológicas empreendidas.

Todos os capítulos representam uma mais valia para o cumprimento dos objetivos e para o alcance de um conjunto de conclusões firmemente sustentadas.

O primeiro capítulo vem ajudar-nos a compreender que o estudo de género (inclusive na área criminal) se enquadra em todo um processo histórico complexo. A história das mulheres é crucial para que se compreenda a origem dos processos de socialização atuais e as significações que lhes são atribuídas. Como afirmam Silva e Pinto (2014: 17), “qualquer facto, quer ocorra em sociedades arcaicas quer em modernas, é sempre complexo e pluridimensional [...] Todo o comportamento remete para e só se torna compreensível dentro de uma totalidade”.

Conhecer a história das mulheres irá também ajudar a compreender e interpretar a criminalidade feminina à luz do passado que a precede, tema que é abordado no segundo capítulo, dedicado às dinâmicas criminosas femininas e masculinas e a visão da sociedade sobre estas.

Finalmente, o terceiro capítulo é dedicado exclusivamente à Teoria das Atividades Rotineiras, visando apresentá-la e exprimir a sua relevância enquanto hipótese explicativa da menor taxa de incidência criminal feminina.



## Capítulo 1

### **História das Mulheres**

#### **1.1. Introdução**

É, sem dúvida, relevante começar por uma breve enunciação da História das Mulheres, de forma a conseguir um enquadramento da temática abordada. É impossível perceber a distinção de género sem conhecer o passado que originou essa realidade em concreto.

Os fenómenos não surgem do nada. São o resultado de uma complexa teia de acontecimentos interligados que provocam reações e consequências conforme se vão afirmando como realidades concretas. Por isso, devem ser compreendidos e analisados à luz da sua contextualização histórica e cultural, visto que não possuem “qualquer existência abstrata fora do contexto no qual ocorrem” (Nogueira, s.d.: 21). O feminismo, a mulher criminosa, as várias tipologias de crime, entre outras questões a abordar, não são exceção. Daí ser fundamental perceber de onde emanam, descobrindo as suas raízes mais profundas.

Um obstáculo cultural sério encontrado por qualquer autora feminista é cada obra feminista ter tendido a ser recebida como se emergisse do nada; como se cada uma de nós vivesse, pensasse e trabalhasse sem qualquer passado histórico ou presente contextual. Esta é uma das formas utilizadas para fazer parecer as obras de mulheres algo esporádico, errante, órfão de qualquer tradição própria (Rich cit. por Fiorenza, 2002: 161).

Por isso, citando as palavras de Griselda Pollock (2002: 206), “é necessário começar por delinear as enunciações historicamente específicas e várias do feminismo, como elementos de espaços e temporalidades de diferença sexual”.

Mas, antes de avançarmos no recapitular histórico, convém esclarecermos logo de início três conceitos fulcrais: Género, Feminismo e Patriarcado vs Matriarcado.

### 1.1.1. Conceito de Género

Num estudo que envolve o feminismo e o debate acerca da posição da mulher em determinado campo, convém partir do princípio com a noção de género bem clarificada, visto que é um conceito que surgirá diversas vezes ao longo da pesquisa e análise documental. Começaremos por apresentar as diversas clarificações sobre o conceito em análise, apresentadas por vários autores, de forma muito breve e concisa.

Para Nogueira (s.d.: 17), devemos ter imenso cuidado na forma como encaramos os debates sobre género, afirmando que estes não são meros exercícios académicos, visto acarretarem consequências reais na construção da identidade feminina e masculina, especialmente ao nível da forma como nos percecionamos a nós próprios enquanto mulheres e homens. Defende que o género é uma construção social que sustém a diferenciação entre mulheres e homens, atribuindo-lhes as respetivas características que são associadas a cada um. Ou seja, encara o género “como uma construção social e não uma inevitabilidade biológica.” (s.d.: 23).

O construcionismo social assume o género como uma construção social, um sistema de significados que se constrói e se organiza nas interações, e que governa o acesso ao poder e aos recursos. Não é por isso um atributo individual, mas uma forma de dar sentido às transações: ele não existe nas pessoas mas sim nas relações sociais (Nogueira, s.d.: 21).

Nesta ótica, o que distingue o conceito de género do de sexo é que o primeiro refere-se a uma construção social e cultural, implicando estas vertentes, e o segundo refere-se apenas a um patamar biológico, quais os elementos ao nível do corpo humano que distinguem mulheres e homens. O género engloba o conceito de sexo com outras vertentes associadas, ou seja, “o género é uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado” (Scott cit. por Silva e Medeiros, 2013: 2).

Puleo (2003: 13), encara o género como uma construção humana destinada a hierarquizar as posições sociais, atribuindo características identitárias a mulheres e homens, de forma a enquadrá-los em categorias sexuais que vão definir o seu papel na sociedade. Desta forma, o conceito de género engloba um sistema de crenças classicista e elitista, que vai definir as características, as atividades, os direitos e os deveres dos sujeitos pertencentes a cada um dos sexos.

Harari (2013: 184), subscreve a ideia de que o conceito “sexo” é de ordem biológica, classificando os seres humanos como fêmeas e machos consoante o número de cromossomas X que possuem, e o conceito “género” é uma categoria cultural, que varia de sociedade para sociedade, atribuindo a cada sexo um conjunto de deveres, direitos e características psicossociais.

Todas as posições analisadas até aqui defendem uma relação entre “sexo” e “género”. Para concluir, gostaríamos de expor uma corrente que discorda desta aceção. Referimos-nos à Teoria *Queer*, que recusa a existência de uma relação causal entre o conceito de sexo e género, defendendo que não é o sexo que define o género de uma pessoa, mas sim a sua identidade individual (Silveira, 2014: 169). Está relacionada com a Teoria da Androginia que também afasta a hipótese de uma ligação entre sexo biológico e género psicológico, afirmando que não é a nossa biologia que define quem somos, mas sim o nosso sistema psicossimbólico que constrói a nossa identidade. Resumidamente, o facto de nascermos homens biologicamente, não implica que no nosso íntimo não nos identifiquemos com o sexo feminino, assumindo-o como o nosso género (Nogueira, s.d.: 13).

O masculino e o feminino são aceções imaginárias incutidas pela historicidade de uma cosmovisão social. Aprendemos a ser homens e mulheres e a aceitar como naturais as relações de poder entre os sexos [...] é no imaginário que residem todos os modelos de nossas representações e é a partir de sua sondagem que se pode averiguar os fragmentos das memórias reinantes e ainda atuantes da práxis humana (Faria e Avelar, 2007: 2-3).

### 1.1.2. O Feminismo

Tavares (2008: 10) defende que o termo feminismo nasceu em França, entre os anos 1870-1880 e propagou-se a outros países no virar do século XIX-XX.

Couto, Kazmierczak e Souza (2012: 5) afirmam que o conceito foi imposto por Rebecca Walter como designação para a luta das mulheres pelos seus direitos, pela valorização das suas capacidades e pela igualdade de género. Ou seja, o feminismo refere-se à “longa luta das mulheres pela igualdade” (Perrot, 2014: 19). Nogueira e Silva (s.d.: 10) também consideram o feminismo como a luta feminina pela reivindicação de direitos equivalentes para mulheres e homens, com uma vertente académica. Ou seja, veem o feminismo como uma teoria e um movimento social.

Sau (cit. por Silveira, 2014: 164) encara o feminismo como um movimento social e político, iniciado no final do século XVIII, que visava a libertação das mulheres da dominação e do controlo masculino, afirmando a dignidade destas enquanto seres humanos de plenos direitos, e reclamando a sua participação na esfera pública e em todos os aspetos da vida dos quais estavam excluídas devido ao seu sexo. Gurgel (2010: 1) subscreve esta posição, defendendo o feminismo como um movimento social que visa a “ruptura estrutural-simbólica com os mecanismos que perpetuam as desigualdades sociais e estruturam os pilares da dominação patriarcal capitalista”.

Embora as perspetivas não sejam contraditórias entre si, para Válcarcel (cit. por Silveira, 2014: 169), o feminismo não se refere a um movimento ou a uma luta, mas sim a um processo de tomada de consciência por parte das mulheres, que passam a encarar-se enquanto género feminino, percebendo que também são dignas de direitos e que precisam de se libertar da sociedade patriarcal que as condiciona e oprime.

Para Koller e Narvaz (2006: 648) o feminismo é uma filosofia da diferença, aceitando as características e experiências distintas de mulheres e homens ao mesmo tempo que reivindica um tratamento igualitário para ambos.

Delmar (s.d.) vem afirmar que é impossível definir-se “feminismo”, visto que este é um conceito em constante construção e atualização: começou como um movimento social, sendo atualmente uma fragmentação de correntes teóricas. Até à terceira vaga do feminismo, pressupunha-se que este era um movimento “uno” pelo facto de as mulheres partilharem as mesmas preocupações. O que se constatou a partir desta terceira vaga é que, dentro desse grupo abstrato e genérico, existem várias preocupações concretas e específicas, não se podendo proceder a uma generalização do conceito de “feminismo”. A autora (s.d.) defende que é essa fragmentação do feminismo que impossibilita uma definição universal do conceito que está em constante atualização.

O movimento de mulheres produziu uma ala teórica crescente: uma instância do movimento de mulheres que é conhecida como teoria feminista. Porém, essa expressão define práticas e posições que são extremamente heterogêneas [...] Poderemos assim afirmar que o feminismo significa um conjunto de posições, não uma essência; uma prática crítica, não uma doutrina; uma resposta e uma intervenção dinâmicas e autocríticas, não uma plataforma única. É o produto precário de um paradoxo (Pollock, 2002: 196).

### 1.1.3. Patriarcado Vs Matriarcado

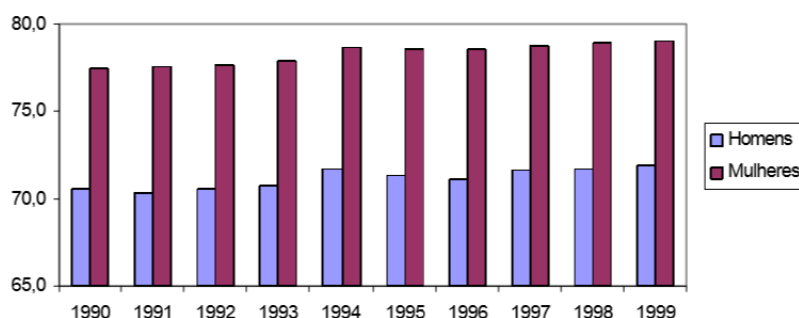
Segundo Valcárcel (2014: 5) o patriarcado consiste numa forma de poder e dominância masculina, onde os homens são encarados como o elemento central e as mulheres estão subordinadas à vontade daqueles. Uma sociedade patriarcal é aquela onde o sexo masculino possui e exerce o poder e a autoridade, sendo esta realidade aceite por ambos os géneros. A autora defende que a origem das sociedades patriarcais deriva do facto de sermos “primatas evoluídos”. Harari (2013: 41) fortalece esta ideia, afirmando que as raízes do nosso ser se encontram nos primórdios da humanidade, onde era exercido o domínio do macho sobre a fêmea, justificando-se esta realidade com base nas características físicas do macho serem de mais força e imponência do que as da fêmea, ficando este em vantagem no que respeita à liderança e à função de segurança do grupo. O autor defende que o ser humano contemporâneo é apenas uma versão dos seus antepassados adaptada às atuais conjunturas. Joyce (2014: 39) partilha da mesma opinião, lembrando que “dizem os antropólogos que os homens caçam e as mulheres colhem, e que esse comportamento está gravado a fogo nos nossos genes”.

Esta explicação de cariz antropológico, baseada nas características físicas dos dois sexos, vem ser complementada com a justificação biológica e neurológica que constitui um dos diversos alicerces que sustentam a credibilidade da sociedade patriarcal. A antropologia vitoriana possuía a crença de que os lobos frontais do cérebro masculino eram mais desenvolvidos do que os do cérebro feminino, o que levava a que os homens fossem encarados como possuidores de um maior nível de inteligência (Showalter, 2002: 49). Também a maior fragilidade do corpo feminino servia como justificação para a inferiorização da mulher e a glorificação do homem, servindo para confiná-las à esfera doméstica enquanto eles se tornavam “senhores do mundo”. O Feminismo Igualitário vem opor-se a estas ideias, defendendo que ambos devem ser tratados igualmente e que devem ser reconhecidas as contribuições, competências e capacidades femininas, descreditando as diferenças biológicas como razões legítimas para a discriminação (Krolokke, 2005: 5).

A nosso ver, a justificação biológica para a dominação da mulher pelo homem não se baseia em argumentos válidos. Como se pode afirmar que o corpo feminino é mais

frágil em comparação com o masculino, quando este está programado para suportar as dores do parto, e modificar-se de forma a acolher uma criança, sustentando o seu desenvolvimento durante nove meses, sem perecer? Além de que a esperança média de vida é superior para as mulheres, revelando maior resistência física.

**Gráfico 1: Esperança de vida à nascença em Portugal (1990-1999).**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2001: 14).

Eagly, em 1987 (cit. por Nogueira, s.d.: 14), afirma que aquilo que suporta a continuação de uma sociedade patriarcal não são as distinções biológicas, mas sim os papéis sociais atribuídos desde muito cedo às crianças e que regulam o seu desenvolvimento e a sua orientação para a idade adulta, fomentando a diferenciação sexual e o patriarcado.

Em oposição ao patriarcado, temos o conceito de matriarcado, uma sociedade inversa à patriarcal, onde impera o poder e a dominância feminina. Quem introduziu este conceito foi Johann J. Bachofen, investigador e jurista Suíço. Não existe registo de tal sociedade, visto que:

As mulheres nunca tiveram poder. Aquelas que o alcançaram fizeram-no a título excepcional. Em todas as sociedades históricas que conhecemos, as mulheres estiveram submetidas aos homens. Contudo, em casos muito especiais, uma ou outra mulher ocupou o poder soberano [...] a possibilidade de exercer o poder por parte das mulheres será sempre uma exceção quando o patriarcado é forte. Contudo, assistimos agora a uma inovação radical: a sua fragilização por obra de uma coligação das forças do feminismo, da democracia e do sistema industrial [...] o patriarcado está gravemente afetado em vários e importantes pontos do planeta. Contudo, à partida, ainda está muito longe de estar morto (Valcárcel, 2014: 7-8).

Apesar de não se verificar a existência de uma sociedade plenamente matriarcal nos dias de hoje, existe um exemplo que ilustra na perfeição este tipo de hierarquização: o mito das Amazonas.

As Amazonas surgem na mitologia grega como filhas de Ares, o Deus da Guerra, e, numa versão, da Ninfa Harmonia ou, noutra versão, da Deusa Afrodite, representando a junção da guerra e violência com o amor e a sedução (Souza, 2012: 20). São descritas como mulheres fortes, sedutoras e fatais, que partilham uma sociedade bélica constituída exclusivamente por mulheres, usando os homens apenas para a procriação ou como escravos. Estes, após serem utilizados para a fecundação, ou eram expulsos ou mortos. Se o fruto desse envolvimento sexual fosse do sexo masculino era entregue ao progenitor ou assassinado, se fosse do sexo feminino era integrado no clã e educado para se tornar numa Amazona (Martínez e Souza, 2014: 174).

São descritas como mulheres guerreiras e hábeis caçadoras, que habitavam as margens do rio Termodonte, na Turquia (Fajardo, 2015: 2). É-lhes associada a prática de amputação do seio direito na infância para permitir um melhor manuseamento do arco e facilitar o ato de atirar a flecha, carregando esta prática uma forte simbologia, se encararmos o seio como uma representação do feminino e da submissão. Defende-se que o nome “Amazona” deriva deste costume, significando “Mulher privada de seios” (Souza, 2012: 21-22).

O mito retrata uma completa inversão dos pilares do patriarcado ateniense, pois o furor bélico e o atrativo erótico das Amazonas jamais poderiam ser civilizados pelo matrimônio; a própria maneira como elas conduziam o ato de cópula e o controle da natalidade era uma afronta aos costumes gregos. Isso porque, nos matrimônios atenienses, a mulher tinha seu papel claramente prescrito (Martínez e Souza, 2014: 174).

Para concluir esta clarificação dos conceitos de matriarcado e patriarcado, gostaríamos apenas de deixar uma pequena reflexão: Não seria mais adequado as posições de poder serem atribuídas com base no mérito e não no sexo?

## 1.2. História do Feminismo

### 1.2.1. Pré-História

Iremos começar esta revisão histórica recuando cerca de três milhões de anos, até ao surgimento da espécie humana, por forma a conseguirmos compreender se as relações desiguais entre mulheres e homens surgem durante os primórdios da humanidade.

De forma muito breve, esta análise da pré-história cinge-se a dois momentos principais:

- O Paleolítico, período em que grande parte da superfície terrestre estava coberta por gelo, levando a que apenas na África Oriental existissem condições para o surgimento e evolução do *Australopiteco*, o parente mais antigo do ser humano, que acabou por evoluir para *Homo Habilis* (Oliveira *et al.*, 2012: 16). Este período é caracterizado por uma economia recoletora (frutos, raízes, pequenos animais, entre outros) e pelo nomadismo, visto que, consoante os recursos se iam extinguindo, o ser humano era obrigado a deslocar-se para outro habitat mais rico em termos de sobrevivência (*idem*, 2012: 19).
- O Neolítico, período posterior ao Paleolítico, que é caracterizado pelo processo de sedentarismo do ser humano. Devido a um aumento generalizado da população, os recursos obtidos através da recolha deixaram de ser suficientes, vendo-se então obrigados a procurar novas técnicas. Foi assim que surgiu a agricultura e a criação de animais para produção de carne e peles, acabando-se com a dependência face aos recursos disponíveis no meio envolvente (Oliveira *et al.*, 2012: 23).

No que a estes períodos diz respeito, duas visões distintas se impõem relativamente à posição da mulher e do homem na sociedade.

Segundo Oliveira *et al.* (2012: 25) tanto no Paleolítico como no Neolítico existia uma diferenciação sexual de género. É defendido que nos primórdios da humanidade os homens estavam encarregues da caça e defesa do território, enquanto as mulheres cuidavam das crianças e se dedicavam à recolha de frutos e vegetais e à confeção do



vestuário, ficando excluídas das tarefas mas perigosas e árduas devido à sua fragilidade e pouca robustez física. O seu papel principal prendia-se com a reprodução, sendo encaradas como uma espécie de divindade, visto possuírem a capacidade de gerar novas vidas. Prova disto obtém-se através da análise da arte rupestre, onde os principais elementos representados são mulheres e animais, pressupondo-se assim que, através da pintura e da arte, tentava representar-se e imortalizar-se o que era considerado como as fontes de vida e sobrevivência da espécie (Oliveira *et al.*, 2012: 21).

Com o surgimento do sedentarismo e a implementação da agricultura e criação de gado como meios de subsistência, a diferenciação social entre mulheres e homens acentuou-se ainda mais. Os homens estavam encarregues da agricultura, pesca, caça, defesa do território, e tratamento do gado, enquanto as mulheres levavam a cabo os trabalhos domésticos, a cerâmica, a tecelagem e a colaboração em algumas tarefas agrícolas (Oliveira *et al.*, 2012: 25).

Na perspetiva de Belnet (s.d.) a sociedade pré-histórica era matricêntrica, ou seja, apesar de não ser matriarcal, visto que a mulher não a dominava nem possuía o poder por completo, estava claramente centrada no sexo feminino devido à questão da fertilidade, que atribuía um certo poder e dominação às fêmeas. Defende que as principais tarefas femininas estavam relacionadas com a maternidade, o tratamento das peles, a costura, o artesanato, a colheita, e o fabrico de armas (atribuindo assim um papel ativo e relevante à mulher no que respeita à caça). Sousa (s.d.) vem também defender esta perspetiva, defendendo que a elas eram atribuídas funções como o corte das carnes, o transporte dos cadáveres e a fabricação das armas utilizadas.

Martos (2014: 22) afirma que na pré-história existia uma sociedade igualitária, não ocorrendo uma distinção em termos de género. Para ele, a crença defensora de uma sociedade pré-histórica patriarcal está errada, declarando que os nossos antepassados não faziam distinção entre sexos, não existindo uma discriminação entre fêmea e macho. Um dos argumentos utilizados pelo autor defende a falsidade da alegação de que a discriminação sexual paleolítica se baseava no facto de os caçadores serem vistos como detentores de uma posição social mais elevada. Em primeiro lugar porque, no que respeita à caça, tanto fêmeas como machos participavam. Em segundo lugar, afirma que a caça não era o principal meio de subsistência, dedicando-se os nossos antepassados a

atividades de necrofagia dada a grande dificuldade que seria caçar naquela época (Martos, 2014: 23).

Os nossos primeiros congêneres, do Pleistoceno ao Neolítico, não eram liderados por um grupo de valentões caçadores masculinos. Muitos indícios sugerem, em contrapartida, que as relações nas comunidades pré-históricas eram paritárias: ao estruturar-se em redor de famílias, todos tinham de contribuir para o coletivo, sem distinção de sexo ou idade (Martos, 2014: 22).

Martos (2014: 23) afirma ainda que a introdução da atividade recoleitora veio atribuir uma posição privilegiada às mulheres, visto serem estas as principais encarregues por este tão importante meio de subsistência para o grupo, sendo assim imbuídas de um grande poder e responsabilidade. O autor defende afincadamente que as mulheres tiveram uma posição igualitária à dos homens até à civilização grega, que as remeteu para a esfera doméstica (*idem*, 2014: 27).

Posto isto, torna-se difícil perceber se a distinção de géneros teve origem nos primórdios da humanidade, ou se foi um processo de socialização que surgiu mais tarde. A questão principal que não devemos esquecer é que, apesar de tudo, no fundo não deixamos de ser animais com instintos básicos de sobrevivência, reprodução e defesa do território (Harari, 2013: 283). Resta então compreender até que ponto esses instintos básicos levam os supostos animais “racionalistas” a comportarem-se como selvagens que submetem as mulheres a esferas íntimas e reduzidas da vida privada sob o pretexto de que são mais frágeis física e emocionalmente. É difícil, de facto, compreender quem é mais evoluído do ponto de vista social: se o *Homo Sapiens*, que venerava as fêmeas, possuindo a plena consciência de que sem os seus úteros a procriação e evolução da espécie seria impossível e inútil; se o homem moderno, que renega a relevância do sexo feminino utilizando argumentos falaciosos para justificar a sua mentalidade retrograda.

### 1.2.2. Sociedade Clássica

Passamos agora para a época clássica. Iremos focar-nos em três sociedades em concreto: sociedade egípcia, sociedade grega e sociedade romana.

#### 1.2.2.1. Sociedade Egípcia

Uma das suas principais características, nos primórdios (3000 a.C.), encontra-se na forte e marcada estratificação social, destacando-se oito escalões sociais (do topo para a base da pirâmide hierárquica): o Faraó, os Nobres, os Sacerdotes, os Escribas, os Artesãos, os Comerciantes, os Camponeses e os Escravos (Oliveira *et al.*, 2012: 39). A questão que se impõe é então a seguinte: seria a sociedade estratificada apenas em função do posicionamento social, ou a questão do género também pesava no que respeita ao estatuto?

Dois pontos de vista surgem para responder à questão enunciada. O primeiro defende que na sociedade egípcia imperavam direitos iguais para mulheres e homens, com base na complementação mútua dos papéis masculinos e femininos: as mulheres tinham como funções “gerar, curar e manter o equilíbrio” e os homens ficavam encarregues de “julgar, guerrear e conduzir”, ou seja, aos homens cabia essencialmente o “trabalho exterior”, desde as atividades agrícolas às tarefas de guerreiro, enquanto as mulheres ficavam encarregues do “trabalho interior”, desde a tecelagem ao fabrico de pão e cerveja, passando pelas funções de carpideira e ama de leite, sendo também referido que poderiam desempenhar funções de sacerdotisa, cantora e dançarina, no âmbito do culto religioso, caso pertencessem às classes mais abastadas e instruídas (Sousa, 2008: 3). Outra particularidade neste ponto de vista é que tanto mulheres como homens podiam possuir bens próprios e, mesmo depois do casamento, cada um mantinha a sua propriedade privada (*idem*, 2008: 1). Às mulheres eram permitidas atividades de negociação e de transações comerciais e podiam também representar-se legalmente (*idem*, 2008: 2). Santos (2005: 2) subscreve esta perspetiva, defendendo que existia igualdade de estatutos entre sexos na sociedade egípcia mas que, apesar desta paridade social, os contos populares egípcios começaram a depreciar a imagem feminina atribuindo-lhe características como vaidosa, caprichosa, vingativa, insinuante e

traíçoeira, de forma a insinuar que as mulheres se tornarão perigosas e fatais caso se desviem dos seus papéis de boas esposas e mães (*idem*, 2005: 7).

O segundo ponto afirma que as fontes que chegaram aos nossos dias não são fiáveis porque apenas refletem e representam a realidade dos estratos sociais mais abastados, questionando assim se essas realidades se alargam também aos estratos mais humildes. Defende a existência de uma sociedade patriarcal devido à crença de que o governante egípcio, o Faraó, era considerado como a reencarnação do Deus Hórus (Sousa, 2008: 2).

O poder repousava em mãos masculinas que ocupavam grandes cargos públicos e recebiam uma renda em cereais e outros bens, enquanto as mulheres estavam praticamente excluídas da burocracia e da possibilidade de participarem dos ganhos provenientes desta (Sousa, 2008: 3).

Não existindo certezas quanto à versão correta, temos de nos limitar aos factos. E a verdade é que, segundo os relatos e manuscritos que subsistiram até aos dias de hoje, as mulheres chegaram a ocupar posições bastante relevantes na sociedade egípcia. Em primeiro lugar, convém não perder de vista que, enquanto sociedade politeísta, existiam imensas Deusas femininas, tal como Ísis, Hathor, Bastet e Selkis. É importante destacar neste campo a questão de que, na maioria dos casos, estas deusas eram veneradas pelo seu excelente desempenho enquanto progenitoras. Veja-se o caso de Ísis, cujo principal feito foi proteger o seu filho Hórus. Daqui se pode retirar a conclusão de que, independentemente da mulher possuir “o mesmo direito do homem à propriedade, a administrar os seus bens, a litigar qualquer assunto que lhe dissesse respeito, a ter negócios e a deixá-los como herança a quem quisesse [...] a exercer profissões tão diversas e relevantes como de inspetora do tesouro, fiscalizadora dos armazéns reais ou comandante de barco” (Martos, 2014: 26), já existia uma certa conotação do papel feminino direcionado para as tarefas da esfera doméstica, não se denotando uma genuína paridade de género (Beaumont, 2003: 21).

Convém, por fim, ressaltar as figuras femininas que se destacaram na época e no local enunciados. Seleccionámos duas para apresentar de forma muito concisa: Hatshepsut e Cleópatra.

Hatshepsut (1507-1456 a.C.) foi rainha do Egito durante vinte e dois anos, sendo esse período considerado como o mais pacífico do reino. Deixou como legado magníficas obras de arte como o Templo de Deir-el-Bahari. Era conhecida como uma mulher inteligente, astuta, madura e ambiciosa que não teve qualquer tipo de problema em livrar-se do seu conselheiro e arquiteto real, Ineni, em 1472, de forma a chegar ao poder (s.a., 2014: 44).

Cleópatra (69-30 a.C.) foi rainha do Egito durante a dinastia Ptolemaica. É descrita como uma mulher extremamente inteligente, sedutora, determinada e astuta. A particularidade mais conhecida da sua história prende-se com o romance que viveu com César, imperador de Roma, com o qual teve um filho. O mais interessante nesta história de amor, encontra-se no interesse secreto que Cleópatra possuía ao envolver-se com César: unificação do Egito e de Roma, demonstrando assim que as mulheres também podem ser exímias estrategas (s.a., 2014: 45).

Após esta breve revisão histórica do papel da mulher no Egito 3000 a.C., parece-nos relevante fazer um contraste com a panorâmica vivida no mesmo país atualmente. Apesar das divergências de perspetivas relativamente à posição social ocupada pelos sujeitos do sexo feminino na sociedade egípcia dos tempos clássicos, parece existir uma grande tendência para descrevê-la como igualitária para com homens e mulheres, possuindo direitos e deveres bastante idênticos e sendo as regalias acessíveis a ambos os sexos. Nos tempos correntes a realidade é bem distinta. Segundo um estudo realizado pela Fundação Thompson-Reuters, o Egito foi considerado como um dos piores países árabes no que respeita a condições de vida e desigualdade de oportunidades para as mulheres. Vários fatores contribuíram para esta conclusão<sup>1</sup>: assédio sexual (99,3% das mulheres no Egito estão expostas ao assédio sexual), violência dentro do âmbito familiar, papel feminino na economia e na política, leis discriminatórias, aumento do

1. Sobre o assunto, ver:

- <http://www.hypeness.com.br/2015/01/confira-no-video-porque-o-egito-e-o-pior-pais-para-as-mulheres-viverem/>
- <http://www.hypeness.com.br/2015/04/ela-se-passou-por-homem-durante-42-anos-para-poder-trabalhar-e-sustentar-sua-filha/>

tráfico de mulheres e dos casamentos forçados, mutilação genital feminina, entre outros (Saleh, 2013: 1).

#### 1.2.2.2. Sociedade Grega

No pensamento grego, que condicionou a cultura ocidental, o homem é o criador da ordem e da lei, enquanto a mulher está associada ao desejo e à desordem, um ser inferior pela sua natureza (Nogueira, s.d.: 2).

Um primeiro ponto a abordar é a questão de as mulheres gregas não possuírem qualquer tipo de direito político ou jurídico, ficando assim submetidas socialmente (Tôrres, 2001: 49). Não eram sequer consideradas como cidadãs, visto não preencherem pelo menos um dos requisitos obrigatórios para tal: “ter nascido livre, ser filho de pai e mãe atenienses e ser do sexo masculino” (Oliveira *et al.*, 2012: 61). Dado que apenas os cidadãos podiam participar na vida política e administrativa da Pólis, as mulheres estavam excluídas do exercício de cargos públicos (*idem*, 2012: 63).

Apesar de estarem incluídas na categoria de “não cidadãos”, juntamente com os escravos (Oliveira *et al.*, 2012: 60), poderia pressupor-se que, enquanto elemento necessário para a procriação de legítimos cidadãos, possuíassem alguma liberdade e dignidade humana. Tal pressuposto não se confirma. Baseamos esta afirmação no gineceu, um lugar dedicado exclusivamente ao sexo feminino dentro da habitação (Tôrres, 2001: 49). Alguns afirmam que o gineceu não era um elemento discriminatório, mas sim um benefício elitista, atribuído às mulheres de forma a compensá-las por todas as injustiças que sofriam no mundo público, ou seja, o gineceu enquanto aposento privado que lhes permitia distanciarem-se dos cidadãos legítimos que as rodeavam, evitando assim expor-se a comportamentos discriminatórios. Outros defendem que esta divisão da casa era como uma espécie de prisão feminina que procedia à separação de género dentro do ambiente familiar. A uma pequena escala, acabava por refletir aquilo que se passava na sociedade grega em geral: a mulher era renegada para uma esfera fechada e privada (Tôrres, 2001: 49).

Vernant (cit. por Tôrres, 2001: 49) oferece-nos um magnífico argumento a favor da existência de um sistema patriarcal e machista na sociedade grega. Afirma que o sistema

político da Pólis se centrava, em grande medida, no uso da palavra como principal instrumento de poder. Visto que as mulheres eram educadas para serem dóceis, submissas e silenciosas<sup>2</sup>, mais uma vez se confirma que eram direcionadas para uma esfera fechada e escondida ao máximo da vida pública, estando-lhes vedado o acesso ao poder político e aos direitos civis.

Em termos de sistema educativo, existia uma clara distinção nas matérias aprendidas por ambos os sexos. Sendo a reprodução encarada como a principal função da mulher grega, estas eram instruídas em função dessa atribuição. A sua educação ficava a cargo das mulheres da sua família, tais como mães, avós ou irmãs mais velhas, e era direcionada para o desempenho de tarefas domésticas e governo da casa (Tôrres, 2001: 52). Segundo Oliveira *et al.* (2012: 65) os rapazes eram educados e criados pela mãe até aos sete anos, idade em que iam para a escola. No caso das raparigas, estas ficavam ao cuidado da mãe até ao casamento, altura em que passavam do gineceu paterno para o gineceu do marido, passando de filha a futura mãe, visto que o objetivo principal do casamento era a criação de um herdeiro, preferencialmente do sexo masculino. Além deste aspeto da união matrimonial, outra questão se impõe: o *quirios* (homem encarregue pela Mulher) que escolhia o respetivo noivo e tratava do contrato que legitimava a união, ou seja, amealhava um dote (riqueza fornecida pelo *quirios* por ocasião do casamento) que seria atribuído ao candidato selecionado em troca da aceitação da responsabilidade inerente à aquisição de mais uma mulher para sustentar e tolerar com o único objetivo de transmissão da cidadania para um herdeiro legítimo (Tôrres, 2001: 53).

Até na mitologia grega é atribuída uma conotação negativa ao sexo feminino, como comprova a história de Pandora que, à semelhança de Eva<sup>3</sup>, desgraçou a humanidade. Pandora é enviada para a Terra com uma jarra que lhe fora atribuída por Zeus e que ela prometera nunca abrir (simbologia equivalente à da maçã na mitologia cristã). Mas Pandora não resiste à curiosidade, abre a jarra e liberta todos os males que os deuses tinham aprisionado dentro dela. Com este mito, atribui-se ao sexo feminino a culpa por

2. Sófocles (cit. por Tôrres, 2001: 49)- “O silêncio dá graça às mulheres”.

3. Puleo (2003: 13)- “Eva é a Pandora judaico-cristã”.

todos as desgraças que atormentam a humanidade, simbolizando-se as mulheres como intronizadas, perigosas e fatais (Beaumont, 2003: 45).

Por fim, parece interessante expor um último facto no que respeita à análise da sociedade grega relativamente ao tratamento dos elementos femininos. O ato sexual servia única e exclusivamente para a reprodução, estando a esposa completamente proibida de demonstrar qualquer sinal de satisfação sexual (Silva, 2011: 40).

Posto isto, parece legítimo concluir que na Grécia antiga (V a.C.) as mulheres não eram propriamente veneradas, e que a igualdade de género era um conceito inexistente. As tarefas estavam bem definidas: competia ao cidadão adquirir bens materiais e participar na vida política da Pólis, enquanto a mulher deveria gerir e conservar esses bens adquiridos.

Os garotos eram instruídos para que se tornassem os cidadãos-soldados que um dia deveriam ser- seu ensino se dava junto do pedagogo, no ginásio, nos festivais de atletismo, assim como no simpósio; as meninas para que assumissem o seu lugar na sociedade como mães e esposas de cidadãos- aprendiam a ciência de cuidar bem de uma casa e virtudes como a sobriedade, o silêncio e a submissão (Silva, 2011: 52).

### **1.2.2.3. Sociedade Romana**

À semelhança da sociedade grega, também na sociedade romana o papel das mulheres estava limitado à esfera doméstica, cabendo-lhes funções como a limpeza da casa, a preparação das refeições, o cuidado dos filhos e do marido, sendo consideradas como propriedade dos homens. Ou seja, para as mulheres o casamento significava que passavam do controlo paternal para o controlo marital, sendo este encarado como uma cerimónia simbólica da passagem da tutela sobre a mulher do pai para o marido (Acácio, 2011: 3).

As mulheres romanas passavam por um pequeno tratamento de beleza diário que incluía penteados, maquiagem e a escolha de belos trajes para o final do dia em companhia do marido (Sampaio e Venturini, 2007: 4).

As crianças iam para a escola aos seis anos e aos doze eram separadas consoante o género. Os rapazes deviam seguir os passos do pai, enquanto que às raparigas cabia



conseguir um bom casamento. Por isso, aos doze anos a educação delas ficava a cargo da mãe que lhes ensinaria a desempenharem um bom trabalho doméstico de forma a conseguirem, no futuro, desempenhar as suas funções enquanto mães e esposas de um marido escolhido pelo pai da noiva (Sampaio e Venturini, 2007: 10).

Apesar de o patriarca da família exercer poder sobre todos os membros<sup>4</sup>, especialmente os do sexo feminino, possuindo, inclusive, o direito de decidir o futuro dos recém nascidos, e existindo a crença de que a mulher se tornava impura durante a gravidez e depois do parto até ao batismo, sendo esta isolada da restante comunidade até ser purificada, o marido assumia todas as tarefas domésticas enquanto a esposa não estava em condições de as realizar (Sampaio e Venturini, 2007: 10).

No que a este assunto respeita, Arruda (s.d.: 196) defende que “a mulher romana [...] foi na antiguidade a única mulher emancipada, embora pelas leis romanas ela estivesse em tutela perpétua”. Afirmar que esta dispunha de uma grande liberdade de ação, sentando-se à mesa com o marido e não sendo obrigada à realização de todas as tarefas domésticas. Afirmar que ela era, inclusive, consultada no que respeita à tomada de decisões dentro do seio familiar e incluída na vida social e política (*idem*, s.d.: 197).

Já Nogueira (2007: 2) acredita numa sociedade romana machista e patriarcal, onde o patriarca possuía o direito da vida e da morte, do acolhimento e do abandono.

Apesar de a sociedade romana ser patriarcal e de as mulheres não possuírem nem personalidade jurídica, nem o direito à cidadania (a população do império romano era dividida entre cidadãos e não cidadãos), possuindo um mero papel de figurantes sociais numa peça cujos atores principais eram homens, pode-se afirmar que não foi das sociedades mais rígidas para com o sexo feminino, permitindo-lhe que participasse na vida pública e saísse à rua sem a companhia obrigatória de um homem responsável. Esta autonomização deveu-se essencialmente ao expansionismo romano no século V a III a.C., altura em que a grande maioria dos homens estavam ausentes ficando as mulheres disponíveis encarregues pelos seus papéis sociais (Acácio, 2011: 3).

4 “[...] pai de família romano (possuía) o direito de «dispor» da vida dos filhos como da dos escravos; ele lha «dera», ele lha podia retirar” (Foucault, 1994: 138).

Por fim, convém ainda expor a opinião de Feitosa (2008: 125). Esta defende que é extremamente difícil um estudo objetivo das questões de género no Império Romano, visto que este era constituído por vários povos e culturas dos territórios anexados, não existindo uma identidade social e cultural una, tornando assim muito complicada a identificação de uma prática comum no que respeita aos hábitos femininos. Apesar desta questão, a autora atribui algumas funções às mulheres romanas mais abastadas, de entre as quais: mecenato na área da solidariedade social; distribuição de alimentos pelos mais carenciados e gestão das propriedades privadas e dos negócios familiares. Destaca ainda algumas atividades associadas às mulheres com menos posses: taberneiras, tecelãs, vendedoras, cozinheiras, perfumistas e enfermeiras.

### 1.2.3. Idade Média

A partir do livro sagrado- Bíblia- desde a criação do mundo e dos seres humanos, a mulher é vista pelo homem como um ser secundário. O sexo feminino durante todos os tempos teve suas limitações, porém foi durante a Idade Média, período de intensa misoginia que ele teve seu ápice de limitações, principalmente comportamentais (Leal, 2012: 1).

É difícil abordar a figura feminina na Idade Média sem referir a vertente religiosa. Quando falamos em Idade Média referimos-nos à sociedade europeia entre a antiguidade clássica e o século XVIII, época dominada pela “supremacia da Igreja Católica” e pelo grande poder do Clero (Franco, 2001: 2).

Até ao fim do século XVIII, três grandes códigos explícitos [...] regiam as práticas sexuais: direito canónico, pastoral cristã e lei civil. Eles fixavam [...] a partilha entre o lícito e o ilícito (Foucault, 1994: 41).

Segundo Duby (cit. por Silva e Medeiros, 2013: 3) a Idade Média foi um período predominantemente masculino, considerando-se este como o sexo superior e remetendo-se o sexo feminino para o plano de “segundo sexo”, recorrendo à famosa designação atribuída por Simone de Beauvoir. À mulher cabia um papel de submissão, devendo apresentar características como a castidade e a obediência ao sexo oposto. Esta realidade advém de ela ser encarada como uma inimiga da virtude, uma “fonte do mal”, condenando os homens que cedam aos seus encantos à tentação e ao pecado, crença esta baseada na história cristã de Adão e Eva, os primórdios da humanidade, onde Eva,

desobedecendo ao seu criador, prova o fruto proibido e leva o seu companheiro a fazer o mesmo, condenando ambos à maldição atribuída a quem ceda ao pecado, representado através da maçã.

Com esta abertura do livro sagrado, começa uma longa discriminação do sexo feminino, considerado como inferior e pecaminoso, visto ser apenas a derivação do ser humano original, o homem, tendo ainda a ousadia de desobedecer ao seu generoso criador, desgraçando o dador da costela que a originou (Silva e Medeiros, 2013: 5). Este é apenas um entre muitos exemplos bíblicos onde a imagem feminina é denegrida. Argumentarão os mais céticos de que são apenas histórias e que não possuem qualquer influência no quotidiano. Mas na época em análise o ser humano bebia as palavras da Bíblia de forma crente e dedicada, repercutindo-se estas na vida real. Portanto, as mulheres, descritas como inferiores, sedutoras, luxuriosas, pecaminosas, tentadoras e perigosas, sofriam com os preconceitos originados pela religião. Apesar de na grande maioria dos pensamentos, a versão bíblica da mulher ser considerada inferior à do homem devido ao facto de ter sido criada *a posteriori* deste e com a principal função de lhe fazer companhia, existe um pensador que defende a igualdade de ambos: São Tomás de Aquino. Este afirma que “Deus criou Eva a partir da costela de Adão. Se Ele a tivesse criado da cabeça de Adão ela seria superior a ele; se Ele a tivesse criado dos pés, inferior. Como foi criada da costela (meio do corpo) Deus preconizou que Eva seria igual a Adão” (Silva e Medeiros, 2013: 8). Apesar deste peculiar e fascinante raciocínio, o pensamento aplicado à realidade utiliza o mito da criação e do pecado original como justificação para a inferiorização, submissão e humilhação feminina, considerando-se que o castigo eterno aplicado às descendentes de Eva pelo pecado que esta cometera seriam as dores sentidas na gravidez, o trabalho doméstico e a dominação pelo marido (Leal, 2012: 3). Visto que todas as mulheres foram castigadas por Eva ter cedido à tentação oferecida pela serpente, gostaríamos de saber qual o castigo aplicado a todos os homens por Judas ter traído o filho de Deus em troca de trinta dinheiros. Coloca-se aqui a questão: será mais grave o erro por ignorância ou por ganância?

Os misóginos eram religiosos que escreviam contra as mulheres sustentando que, por culpa delas, existia o pecado, que eram luxuriosas, que incitavam os homens a pecar [...] lembravam Eva como causadora da expulsão. Os defensores das damas respondiam: 'não foi Eva a primeira pecadora porque Eva não sabia. Deus tinha dado a ordem a Adão; além disso foi Madalena a primeira pessoa que Deus escolheu para que visse a Cristo' ou 'a virgem, uma mulher, foi escolhida por Deus para encarnar-se nela'. (Puleo, 2003: 20)

Enquanto Eva era vista como a desgraça da humanidade e o lado negro do género feminino, a Virgem Maria era encarada como um exemplo de virtude a ser seguido. Assim, para que uma mulher fosse considerada digna e redimida, deveria assemelhar a sua vida à de Maria, dedicando-se a Deus e à família, mantendo-se virgem e pura até ao casamento e cumprindo com as suas tarefas domésticas, ou dedicando-se à castidade declarando-se como esposa de Cristo (Leal, 2012: 5).

A mulher era uma simples propriedade do homem, fosse ele seu pai ou seu marido. “Na visão masculina, o homem é tão superior à mulher que, mesmo quando ela apresenta altas virtudes, nada mais é que um reflexo das orientações e admoestações do marido” (Leal, 2012: 9). Como afirma Nascimento (1997: 85) a sociedade medieval foi claramente patriarcal, estando as mulheres renegadas para a esfera privada, resumida à casa paterna, marital ou ao convento, sendo os homens responsáveis pela sua tutela, cujo único objetivo seria a manutenção doméstica e a procriação, o que gera um contrassenso: se um dos objetivos principais da mulher é a maternidade, mas para que consigam entrar no paraíso devem conservar a sua castidade, como resolvem esta questão? A resposta mais comumente apontada pelos religiosos afirma que o único caminho é o arrependimento, ou seja, a penitência religiosa, visto que não é possível um processo gestativo análogo ao de Virgem Maria.

Uma questão também a ser abordada: a famosa “caça às bruxas”. Este fenómeno ocorreu sobretudo na Europa, entre 1450 e 1782 (século XV a XVIII, sendo a última fogueira acesa na Suíça em 1782) e pode ser descrito como uma campanha de cariz religioso, político e sexual, levada a cabo pela Igreja Católica e pelas classes dominantes contra os sujeitos do sexo feminino e de uma classe social mais baixa (Angelin, 2005: 1). Na sua grande maioria, as mulheres apelidadas de “bruxas” eram aquelas que possuíam algum dos seguintes elementos: conhecimentos tradicionais no que respeita à medicina (“médicas sem título”); beleza exuberante e tentadora;

deficiência física incomum; opinião própria e contra-corrente; perturbações de cariz psicológico ou psiquiátrico; posição política desafiante (*idem*, 2005: 1).

Segundo as palavras de Vieira (s.d.: 2):

O estereótipo das bruxas era caracterizado por mulheres de aparência desagradável, com alguma marca de nascença no corpo ou com alguma deficiência física, idosas, mentalmente perturbadas, mas também por mulheres bonitas que haviam ferido o ego de homens poderosos ou que despertavam desejos em padres celibatários ou homens casados. De tal forma, tornar a mulher uma bruxa foi o método mais fácil de fazer da mulher um monstro, ou seja, aquilo que está à margem do que era considerado o centro.

A sociedade patriarcal da época aplicava a sentença de bruxaria a todas aquelas que ousassem desafiar a sua supremacia, desde as curandeiras tradicionais, que desafiavam a instituição médica masculina, até às mulheres comuns com ideias progressistas, que desafiavam a classe política dominante. Pode-se aqui aplicar o famoso exemplo de Joana D'arc que, em plena crise sucessória e durante a invasão de França pelo reino de Inglaterra, oferece-se como mensageira de Deus para lutar ao lado do futuro Rei de França. Existindo a profecia de que seria uma virgem da região de Lorraine a salvar o país, Joana afirma que Deus lhe passara uma mensagem em como ela deveria salvar França dos seus inimigos, devolvendo-a às mãos de Deus, e conduzir o Delfim ao altar onde seria coroado Rei de França. O facto de uma mulher se impor num campo exclusivamente masculino, faz com que a desconfiança se levante e comecem a encará-la como uma ameaça, mesmo depois de esta ter ganho todas as batalhas em que participou como comandante do exército francês e conseguir a coroação do Delfim. Como este já conseguira atingir os seus objetivos, começa a encará-la como um incómodo, arranjando forma de que esta fosse vendida aos ingleses. Joana D'arc acabou por morrer queimada na fogueira, acusada de heresia e bruxaria, no dia trinta de maio de 1431, com apenas dezanove anos. Quinhentos anos mais tarde foi canonizada pelo Vaticano. Atualmente acredita-se que ela era uma mulher com ideias muito avançadas para a época em que vivia e com uma estratégia de batalha excelente. Quanto à questão de Joana acreditar que mantinha contacto com Deus, existe a teoria de que sofria de epilepsia, sendo as suas “visões” associadas a ausências epiléticas, patologia que na altura era desconhecida (Besson, 1999).

Neste âmbito, foi criado, no século XII, o Tribunal do Santo Ofício que tinha como principal função perseguir, julgar e condenar os suspeitos de heresia ou, por outras palavras, os sujeitos que de alguma forma ameaçavam a doutrina cristã. De referir também, que a atividade de caça às “bruxas” era extremamente rentável, sendo financiada pela Igreja e pelo Estado, recebendo-se prémios por cada condenação e confiscando-se os bens das vítimas (Angelin, 2005: 5).

Para obterem as confissões, recorriam aos mais variados métodos de tortura, desde violações com objetos cortantes, a mutilação de seios (Angelin, 2005: 4). Aqui é importante procedermos à seguinte reflexão: quem era o verdadeiro herege? A mulher, que curava os seus semelhantes com mezinhas caseiras passadas de geração em geração? Ou o homem, que procedia a vulvoscopias rudimentares de forma a impor a sua vontade? Este episódio na história da humanidade foi um dos maiores martírios femininos, sendo encarado como um genocídio de género.

Para rematar o assunto Mulher/Religião, gostaríamos apenas de referir mais dois aspetos: não é apenas o cristianismo que deprecia a imagem feminina; o surgimento da Teologia Feminista, disciplina que visa a análise de todos os fenómenos religiosos segundo o ponto de vista feminino.

O primeiro aspeto reúne em si matéria suficiente para uma tese de doutoramento. Visto que estamos perante uma dissertação de mestrado, e o nosso espaço e tempo são bastante limitados, iremos abordar o assunto de forma muito genérica, referindo apenas as ideias mais proeminentes. Começaremos, de forma a enquadrar o assunto, com uma frase de Geabra (s.d.): 10) que resume sucintamente a ideia principal que pretendemos ressaltar:

Podemos afirmar que as religiões monoteístas- judaísmo, cristianismo e islamismo- desenvolveram-se a partir de uma cultura religiosa que expressava a prioridade dada ao masculino e em consequência, relegava o feminino a um segundo plano.

Com estas simples palavras, justificamos o argumento supra referido de que não foi apenas no cristianismo que se verificou o rebaixamento do feminino perante o masculino. De forma muito breve, iremos salientar dois exemplos que ilustram esta realidade, um no âmbito do judaísmo, o outro no do islamismo.

No que aos Judeus diz respeito, tal como em tantas outras comunidades e sociedades, as mulheres eram tuteladas, obrigatoriamente, por um homem, estando sob a tutela do pai até ao casamento, altura em que ficavam sob a alçada do marido, mantendo-se sempre submissas a estas duas figuras de autoridade. Esta questão não é chocante, visto que é uma realidade em quase todas as sociedades clássicas. O que é particular desta religião encontra-se numa parte do culto em que os homens proferem, todos os Sábados, “Doute graças, Senhor, por não ter nascido mulher”, afirmando nitidamente a postura que tinham perante o sexo feminino (Fiorenza, 1998: 179).

Quanto ao Islamismo, predominam diversos exemplos, desde a mulher, enquanto entidade inferior e portadora de deficiências ao nível da inteligência, da religião e da gratidão, ser considerada como um brinquedo nas mãos dos homens (Almahdy, s.d.: 2); possibilidade de um pai oferecer a sua filha virgem para casamento com um desconhecido, independentemente da vontade e idade dela, podendo ocorrer casos em que meninas de nove anos casam com homens de cinquenta e sete (*idem*, s.d.: 3); possibilidade de um homem estar casado com um máximo de quatro mulheres ao mesmo tempo, sendo proprietário do corpo e mente de todas, e adquirir escravas sexuais (*idem*, s.d.: 4); até ao uso obrigatório de *burqa* em determinadas zonas do mundo islâmico, uma das mais conhecidas práticas nesta religião, sendo este costume justificado por diversas passagens do Alcorão, como a *Sura XXXIII*, versículo 61 “Ó Profeta, diz a tuas esposas, a tuas filhas e às mulheres dos crentes que se cubram com as suas mantas; isso é mais conveniente, para que distingam das demais e não sejam molestadas” (Schouten, 2000: 6).

Para concluir, apresentamos então o segundo aspeto supra referido.

Contrapondo-se à visão patriarcal da religião, surge, entre 1960 e 1970, a Teologia Feminista que, segundo Geabra (s.d.: 10), consiste na análise das religiões e na reflexão sobre Deus segundo uma perspetiva feminina e não patriarcal, ou seja, a Teologia Feminista é a “reflexão feminista em relação a tradição cristã patriarcal”. Esta corrente teórica levou à desconstrução da imagem feminina erigida através dos ideais monoteístas patriarcais, que a descreviam como submissa e pecadora, alheia à vontade do criador, fonte de fraqueza e tentação. Pretende fazer com que a religião deixe de ser uma justificação para o androcentrismo, utilizando Deus, enquanto figura masculina,

como argumento legitimador da supremacia deste sexo, e se passe a encarar Deus como “a transcendência presente em todos os seres”, figura assexuada e legitimadora da igualdade. Muito relevante nesta corrente foi Elizabeth Cady Stanton que a sustentou através de quatro argumentos (Fiorenza, 1998: 180):

1. As mulheres têm o direito e o dever de analisar criticamente as sagradas escrituras;
2. Encarando a Bíblia como a palavra do homem e não a palavra de Deus, afirma que esta deve se analisada segundo as mais diversas lentes científicas, uma das quais, a perspectiva feminista sobre o assunto;
3. Visto que algumas mulheres acreditam na autoridade da Bíblia, é imperativo que exista uma versão que as favoreça;
4. Acredita que a Bíblia defende interesses religiosos e políticos, afirmando que é necessário que seja desconstruída de forma a que as mulheres não sejam prejudicadas através de políticas sustentadas em ideias bíblicas patriarcais.

#### **1.2.4. Século XVIII ao Século XXI**

Para concluir o primeiro capítulo da dissertação, gostaríamos de abordar as recentes “Três Ondas do Feminismo”, ou seja, referir o Feminismo da modernidade que encontra os seus primórdios na Revolução Francesa, um movimento revolucionário no âmbito político e ideológico, que teve lugar entre 1789 e 1815 e que originou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que preconiza os direitos básicos dos homens (o direito à vida, à propriedade e à liberdade) (Martinsa, s.d.: 2). Apesar de ser um marco importante no que respeita à aquisição de direitos para a humanidade, Martinsa (s.d.: 3) afirma que as mulheres ficaram excluídas destes privilégios, o que levou a uma maior consciencialização destas para a pouca atenção que lhes era concedida e para a necessidade de reivindicação dos seus direitos sociais e da igualdade de papéis e oportunidades, abandonando a conceção de esposa e mãe submissa, para alcançar o papel de cidadã de plenos direitos. Passam assim a ambicionar uma voz própria que seja ouvida e valorizada, surgindo aqui o início do feminismo contemporâneo, que se viria a consolidar no século XX.



Foi no decorrer da Revolução Francesa que, em 1791, Olympe de Gouges redigiu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, documento que servia como complemento da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, visto que esta não contemplava a mulher como um cidadão digno dos mesmos direitos. Devido aos seus ideais anti-esclavagistas e feministas, acabou executada na guilhotina no ano de 1793, servindo de exemplo para as restantes mulheres que ousassem reivindicar a sua dignidade e a sua condição enquanto Ser Humano e Cidadão de plenos direitos. “[Olympe de Gouges] Afirmava que 'a mulher que tem o direito de subir ao cadafalso deve ter também o direito de subir à tribuna'. Desgraçadamente, os revolucionários somente lhe concederam o primeiro” (Puleo, 2003: 22).

Silva (2008: 226) apoia a ideia de que os primórdios do Feminismo se encontram no século XVIII/XIX, mas defende que este se tornou num movimento coeso apenas no século XX, afirmando que até aí apenas existiam vozes isoladas e descoordenadas. É então no século XX que o movimento feminista ganha forma e se torna numa realidade, sendo, geralmente, dividido em três vagas que segundo Krollokke (2005) podem ser resumidas da seguinte forma:

- Primeira Vaga do Feminismo: Surgiu no século XIX e consolidou-se no século XX, num contexto industrial e liberal, sendo o seu principal objetivo a conquista da igualdade de oportunidades e acesso para ambos os géneros. Foi no contexto desta onda que se desenvolveu o movimento sufragista, constituído por mulheres que lutavam contra os estereótipos sociais, associados à imagem feminina, e pelo direito ao voto, argumentando que seria vantajoso o voto feminino de forma a enriquecer a política com as suas perceções e preocupações. Desta primeira onda fazem parte mulheres cujo contributo para a luta feminista é inestimável, tais como Simone de Beauvoir, Virginia Woolf e Elizabeth Cady Stanton, que elaborou a Convenção de Seneca Falls (Nova Iorque, 1848) onde clamou pelos direitos femininos e pela igualdade de oportunidades para ambos os géneros, um dos maiores impulsos para o movimento sufragista.
- Segundo Kaplan (1992, cit. por Nogueira, s.d.: 4), as principais causas para o surgimento da primeira vaga do feminismo prendem-se com a

revolução industrial, que permitiu a entrada das mulheres no mundo laboral, e as duas guerras mundiais, que levaram a que estas se vissem obrigadas a ocupar certas funções desempenhadas por homens quando estes eram chamados para combater. Quanto às principais reivindicações, enumera o direito ao voto e o acesso ao estatuto de sujeito jurídico.

- Segunda Vaga do Feminismo: Situa-se entre os anos sessenta e oitenta do século XX, surgindo num contexto de pós-guerra e de extrema preocupação com os grupos de “oprimidos” (mulheres, negros, homossexuais, classe trabalhadora, entre outros). As principais causas que levaram ao surgimento desta segunda onda encontram-se na expansão económica pós-guerra, que originou mais oportunidades para as mulheres no mercado de trabalho, e nas inovações tecnológicas e científicas. Pretendia-se pôr fim à opressão feminina, ligada aos estereótipos de “boa esposa e mãe de família”. Também é aqui que surge o combate à “cultura da beleza”, salientando o descontentamento feminino perante os elementos e rituais opressores de beleza socialmente impostos, desde *soutiens* até à maquilhagem, lutando-se contra o preconceito “*the way women look is more important than what they do, what they think, or even whether they think at all*” (Freeman, 1975, cit. por Krolokke, 2005: 8). Os métodos implementados pelas ativistas desta segunda onda foram considerados teatrais, visto que recorriam a técnicas como a queima de *soutiens*, saltos altos, e outros objetos associados à “cultura da beleza”, chegando, inclusive, a coroar uma ovelha como *Miss América*, tudo isto em frente a câmaras televisivas.
- Terceira Vaga do Feminismo: Emerge nos anos noventa com a conjuntura pós-colonialista e pós-socialista, num contexto de neoliberalismo e globalização. Visa a justiça e a igualdade legal, política e sócio-económica para todas as mulheres, a multiplicidade e a transversalidade, utilizando táticas menos agressivas e aparatosas do que as vagas anteriores, tais como a transmissão de mensagens através de músicas de bandas feministas e das tecnologias informáticas, que nesta altura já começam a estar desenvolvidas. Esta vaga centra-se em várias causas, tais como a violência contra as mulheres, o tráfico humano de mulheres, o controlo da natalidade e a “transfeminização”.

- Na perspectiva de Braidotti (2002: 158) não se pode considerar que existiu uma terceira vaga do movimento, mas sim uma multiplicidade de terceiras vagas emergentes nos anos noventa que se centram em diversas variáveis: raça, classe, orientação sexual, estilo de vida, entre outras. Identifica cinco correntes feministas principais emergentes nesta época: Teoria Crítica Alemã; Escola Francesa; Escola Italiana; Radicalismo Lésbico e Feminismo Étnico.

## Capítulo 2

### **História das Mulheres no Crime**

#### **2.1. Introdução**

O género é a variável de diferenciação mais consistente na análise do fenómeno criminal: os homens praticam mais crime, as mulheres são mais vítimas de crime. Os motivos pelos quais isto acontece não são ainda hoje muito claros e as possíveis respostas não reúnem consenso. Além disso, só recentemente o impacto das diferenças de género na abordagem do crime começou a despertar o interesse dos investigadores e profissionais da área do crime, justiça e reinserção social. Reconhecer a importância da variável do género na vida em sociedade, nomeadamente em relação à questão do crime, equivale a salientar as dimensões políticas, sexuais e culturais associadas às diferenças biológicas entre mulheres e homens (Machado, 2008: 101).

Após uma breve reflexão sobre a História das Mulheres, passamos agora a analisar a História das Mulheres no crime. Para tal, é essencial começar com a definição do conceito de crime no geral e de criminalidade feminina em particular.

Neste capítulo, após o estudo dos conceitos supra referidos, iremos explorar a posição feminina nas diversas correntes criminológicas, culminando na abordagem à perspetiva intitulada de Criminologia Feminista, com o objetivo principal de deslindar a importância do elemento género na Criminologia, qual a influência deste sobre o fenómeno criminal e quais as principais diferenças entre a mulher criminosa e o homem criminoso.

Uma importante base para o nosso estudo são os dados estatísticos. É de extrema relevância analisar a objetividade destes e compreender um pouco do que eles nos transmitem, desde as discrepâncias entre as taxas de criminalidade feminina e masculina, até às taxas de vitimização e a tipologia de crimes onde podemos encontrar com maior facilidade mulheres criminosas.

Também será feita uma abordagem aos principais autores que desenvolveram estudos na área da criminalidade feminina e da criminologia feminista. Quais as suas ideias e perspetivas, conclusões e opiniões, formando assim uma breve síntese das principais ideias na área.

### 2.1.1. Conceito de Crime

O conceito de crime- conglomerado histórico de elementos jurídicos, éticos, religiosos, de estereótipos e de coeficientes sociológicos [...] é o resultado de um pensar cultural, de um pensar económico e de um pensar político de um povo, cuja afirmação se afere da arquitectura jurídico-constitucional do Estado (Valente, 2014: 396).

Segundo Alberto (s.d.: 1) deve proceder-se à distinção entre a definição formal e material de crime. A primeira encara o fenómeno em análise como um facto típico, culposo e ilícito, ou seja, o crime é a atuação consciente, por ação ou omissão prevista em lei anterior e associada a uma sanção penal, de um ser humano imputável penalmente. A segunda apresenta o crime como uma conduta humana que ameaça bens jurídicos fundamentais, ou seja, valores encarados pelo legislador como dignos de tutela penal, tais como a vida, a integridade física, a honra, a liberdade, a propriedade, entre outros. Esta intenção de tutelar bens jurídicos fundamentais é necessária para sustentar todos os tipos legais de crime, não sendo legítima a criminalização de um determinado comportamento sem ter por base este princípio.

Eleutório (s.d.: 2) refere ainda a definição analítica, que irá estabelecer as características e elementos constitutivos do crime. Esta tipologia surgiu pela mão de Ernst von Beling que definiu crime como todas as ações ou omissões, típicas (a tipicidade implica a apelação na lei da ação ou omissão em análise como crime), antijurídicas (a conduta é contrária ao direito, não possuindo uma causa que a justifique) e culpáveis (respeita ao autor do crime, prendendo-se com a mente da pessoa que levou a cabo o delito em análise e com a censura e reprovação sobre essa mesma pessoa) (Eleutório, s.d.: 4). Em síntese, os elementos constitutivos do crime são: conduta humana, tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade (Oliveira, s.d.: 2).

No que respeita à diversidade de crimes existentes, podemos referir cinco grandes categorias segundo o Código Penal Português: crimes contra as pessoas, crimes contra o património, crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal, crimes contra a vida em sociedade e crimes contra o Estado.

### 2.1.1.1. Crime como Fenómeno Social

O que se conhece por crime não é uma coisa, algo passível de ser tocado, medido, não é algo sólido, nem gasoso, nem líquido, nem vegetal e nem animal. O crime não existe fisicamente. O delito não é, então, algo dado, mas socialmente construído [...] Por conseguinte, não existem fenômenos criminosos, mas tão somente uma interpretação criminalizante dos fenômenos. (Queiroz cit. por Silva e Lopes, 2015: 231).

O crime possui também uma vertente marcadamente sociológica, tal como defendem Dias e Andrade (2013: 84) ao afirmarem que o conceito de crime deve assentar em duas vertentes, a jurídica e a sociológica, com base nas duas premissas para a existência de um crime: um comportamento humano e o julgamento desse comportamento por parte dos outros membros da sociedade (Vold cit. por Dias e Andrade, 2013: 84). Também Sutherland apoia esta corrente de pensamento, defendendo que o crime implica uma conduta e a sua definição legal como sendo socialmente danosa, atribuindo como papel da Criminologia o estudo dessas condutas (*idem*, 2013: 83), sendo de referir também o relevante papel da investigação criminal que, segundo as palavras de Valente (2014: 395), visa o “esclarecimento da verdade material dos factos que consubstanciam a prática de um crime”. Sendo assim, a definição de crime implica uma vertente jurídico-legal, que o encara como um comportamento tipificado pela lei penal como crime (Dias e Andrade, 2013: 65), e uma vertente sociológica, que define o crime como um conjunto de “actos universalmente reprovados pelos membros de cada sociedade” passíveis de sofrerem uma sanção negativa (Durkheim cit. por Dias e Andrade, 2013: 71).

Ainda no âmbito da definição de crime como um fenómeno social, é pertinente abordar a perspetiva de Durkheim (cit. por Oliveira, 2001: 68). Para este conceituado sociólogo francês, o crime consiste num fenómeno normal, que ofende determinados sentimentos coletivos, mas que emana da própria vida em sociedade, não constituindo assim um facto excecional. Essa ação irá desencadear uma reação da sociedade envolvente, de forma a suprir as consequências negativas causadas por ele, impondo assim determinados limites por forma a defender a vida coletiva e a consciência comum. São comportamentos verificados que culminam na necessidade da sua rotulação como crimes e na imposição de consequências negativas que dissuadam o seu cometimento, com o objetivo de manter a ordem e o equilíbrio social.

O primeiro bem que cada homem pretende obter do grupo social em que está inserido e pelo qual nutre um sentimento de pertença é a sua própria segurança e a da sua família nuclear [...] Em qualquer forma de sociedade, desde essas mais primitivas, é necessário que alguém assegure de uma forma aceitável, mesmo imperfeita e com contrapartidas, a segurança física necessária à sobrevivência. Para tanto, esse alguém terá de poder controlar os impulsos agressivos dos elementos da sociedade que põem em risco a vida e a propriedade dos demais, usando, quando necessário, a força. Em resumo, é necessário um fenómeno de poder (Ribeiro, 2009: 20).

Por fim é de enorme relevância deixar uma breve nota. Nesta dissertação pretendemos centrar-nos exclusivamente no conceito de crime, não tendo a intenção de incluir o de contra-ordenação no nosso estudo. Nesse sentido deixamos aqui uma definição sumária deste último, por forma a conseguir estabelecer-se uma distinção entre ambos. Contra-ordenação é um "regime sancionatório, punitivo de condutas que afectam bens jurídicos, cuja tutela o legislador entendeu não dotar de dignidade penal" (Valente, 2014: 268). Em termos sancionatórios, o crime implica a aplicação ao agente de uma pena ou medida de segurança (CPP, art.º 1, al. a). Já a contra-ordenação origina uma coima (DL n.º 433/82, art.º 1).

### 2.1.2. A Criminalidade Feminina

A criminologia é um ramo de pensamento criado por homens e que disserta sobre homens, porém, com a declarada pretensão de ser universal. Ao ser formada a partir de categorias totalizantes, apresenta o masculino como padrão de ser humano e silencia a experiência feminina. (Pereira e Silva, 2015: 25).<sup>5</sup>

A criminalidade feminina refere-se à criminalidade que tem as mulheres como protagonistas, analisando-as enquanto criminosas e enquanto vítimas (Pimentel, 2008: 3). Para tal, é necessário que se adote uma postura menos estereotipada e androcêntrica no que respeita ao fenómeno criminal, começando a atender-se ao género feminino como capaz de práticas criminosas e às suas especificidades, encarando-se a mulher criminosas como aquela que está em “contacto com o sistema de justiça pela prática de ilícitos qualificados pela lei como crime” (Duarte e Vieites-Rodrigues, 2015: 16), e o crime feminino como os crimes cometidos por agentes do sexo feminino (Oliveira, 2001: 178).

5 “*CRIMINOLOGY remains one of the most thoroughly masculinized of all social science fields*” (Britton, 2000: 58).

Apesar do fenómeno criminal no feminino sempre ter existido, apenas começou a ser encarado como digno da esfera pública e do estatuto de fenómeno social a partir dos anos setenta do século vinte, quando começaram a surgir em vários países estudos sobre as mulheres no papel de transgressoras, vítimas e figuras do sistema de justiça, chegando este campo de estudo a Portugal em meados dos anos oitenta. Até essa data, elas eram desprezadas pelo sistema de justiça criminal, especialmente enquanto agressoras, visto que essa prática não condizia com os estereótipos daquilo que era considerado feminino, sendo assim estranho acreditar-se que uma mulher fosse capaz dos mesmos atos criminais que um homem, encontrando-se também na área da criminologia pensamentos misóginos e patriarcais (Ferreira, *et al.*, 2015: 165). “Violência não é assunto para mulher, especialmente ‘mulher donzela’” (Almeida, 2001: 90). Para Harari (2013: 182) há que saber distinguir entre aquilo que é anti-natura e o que é intitulado como tal. O crime será então um comportamento natural que foi rotulado como algo negativo e a evitar.

A cultura tende a afirmar que apenas proíbe o que não é natural. No entanto, de uma perspetiva biológica, nada há que não seja natural. O que for possível, também é, por definição, natural. Um comportamento verdadeiramente contranatura, um comportamento que vá contra as leis da natureza, não pode existir, por isso não necessita de qualquer proibição. Nenhuma cultura se deu ao trabalho de proibir os homens de fazerem a fotossíntese, as mulheres de correrem mais depressa do que a velocidade da luz ou os eletrões negativamente carregados de serem atraídos uns pelos outros (Harari, 2013: 183).

Desta forma, o crime no feminino não é atípico ou contranatura. Poderá, no entanto, ser considerado como contracultura, desafiando as normas socialmente impostas e os conceitos preconcebidos que atribuem os papéis sociais. A biologia permite que as mulheres cometam homicídios, furtos, entre outros crimes. É um comportamento exequível. Mais uma vez, se verifica a rotulação do ser feminino como incapaz face ao seu semelhante. Isto não quer dizer que estejam predispostas a cometer crimes, aplicando-se o mesmo aos homens, da mesma forma que o facto de possuírem um útero não as obriga a procriarem independentemente da sua vontade.



De forma a esquematizar a relação entre género e crime, Duarte e Vieites-Rodrigues (2015: 18) agruparam cinco modelos em duas categorias. A primeira categoria agrupa explicações baseadas na abordagem teórico-metodológica, englobando três dos modelos:

- ◆ Modelo “*add-and-stir*” ou “*mainstream theories*”- Afirma que as teorias explicativas da delinquência masculina também se aplicam à delinquência feminina.
- ◆ Modelo “*female-only focused approach*”- Defende que os fatores de risco são diferentes para mulheres e homens, o que faz com que sejam necessárias teorias explicativas específicas da delinquência feminina e masculina.
- ◆ Modelo das teorias integradas – Consiste na integração dos dois modelos anteriores, assumindo que algumas das causas, motivações e constrangimentos para o crime são genderizadas.

É relevante proceder-se a uma avaliação dos três para compreender os resultados que cada um originou, evoluindo-se progressivamente para uma melhor compreensão do fenómeno estudado e para uma coerência e integração credíveis da sua abordagem teórico-metodológica. Neste campo de estudo convém nunca perder de vista que tratar coisas diferentes de forma igual significa tratá-las diferentemente.

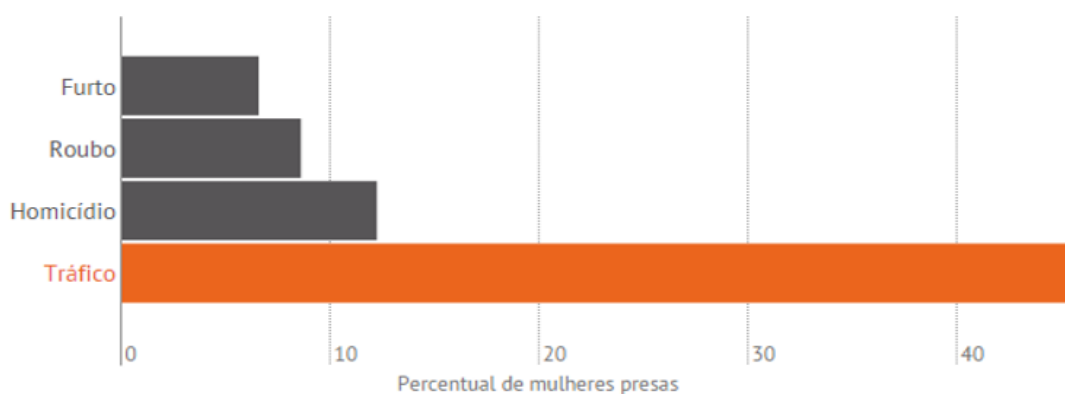
A segunda categoria engloba dois modelos baseados nas implicações da teoria nas agendas políticas e de intervenção, que se complementam mutuamente, o primeiro analisando as causas e raízes do problema, e o segundo propondo soluções que atuem de forma a suprimir o fenómeno:

- ◆ Modelo “*gender responsive*” - Visa a explicação da baixa visibilidade feminina no que respeita ao fenómeno criminal, as causas e os padrões da criminalidade feminina e as respostas paternalistas/sexistas por parte do sistema de justiça criminal.

- ◆ Modelo “*what works*” - Pretende identificar os elementos essenciais para uma intervenção eficaz no que respeita à reincidência e ao tratamento da criminalidade.

Passamos agora à reflexão sobre os crimes, em concreto, perpetrados por sujeitos do sexo feminino. Segundo Sena (2015: 115) os principais crimes praticados por mulheres, a nível global, prendem-se com o tráfico de droga<sup>6</sup>, a prostituição e os furtos, como vêm confirmar Duarte e Carvalho (2013: 37), afirmando que o género feminino está “especializado” nos pequenos furtos em lojas de artigos como brincos, roupas, entre outros.

**Gráfico 2: Tipologia de crimes cometidos por sujeitos do sexo feminino.**



Fonte: Silva e Lopes (2015: 229).

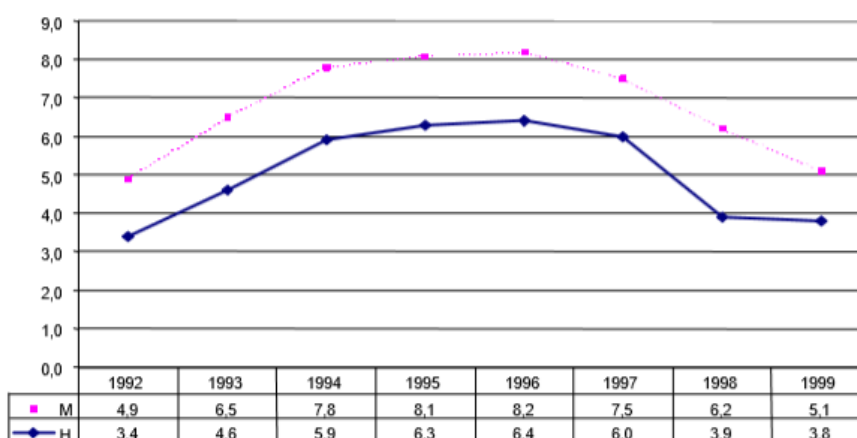
Tendo em conta os estudos já efectuados nesta área, é dado adquirido que, numa perspectiva de género, a pobreza afecta sobretudo as mulheres. Para este facto contribui uma tradição histórica de discriminação com base no sexo que se estende a âmbitos de mais recente intervenção activa da mulher como sejam o mercado de trabalho. Ainda neste contexto destacam-se situações que provocam uma maior vulnerabilidade à pobreza, como é o caso das idosas a viver sós que agregam, geralmente, situações de fracos recursos económicos, devido à ausência de contribuições para o regime de segurança social e sentimentos de solidão e abandono, atribuídos ao isolamento familiar ou social (Instituto Nacional de Estatística, 2001: 16).

No que respeita ao tráfico de droga, consta que este represente aproximadamente 60% da criminalidade feminina (Sena, 2015: 115) e, em conjunto com a prostituição, deriva de uma estratégia de racionalização económica dos recursos escassos, encontrando

<sup>6</sup> Fonte: Sistema Infopen – site do Ministério da Justiça.

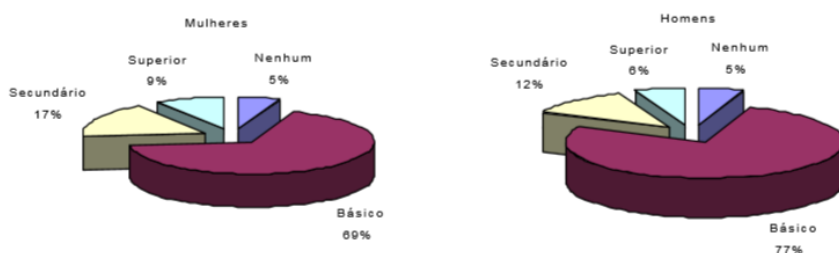
nestes meios ilícitos uma forma de subsistência face à discriminação para com o género feminino no mercado lícito de trabalho. O facto de nas Mulheres se verificarem taxas superiores de viuvez, de exclusão social, de inatividade, de desemprego (especialmente nas faixas etárias mais jovens), agregadas a menores ganhos médios mensais (apesar de se verificar uma maior instrução académica feminina face à masculina), originam uma maior vulnerabilidade feminina face à pobreza, o que acaba por levar algumas mulheres a procurarem fontes alternativas de rendimento (Ferreira, *et al.*, 2015: 157).

**Gráfico 3 : Taxas de desemprego (%) Portugal (1992-1999).**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2001: 9).

**Gráfico 4: Níveis de instrução da população desempregada (%) Portugal (1997).**

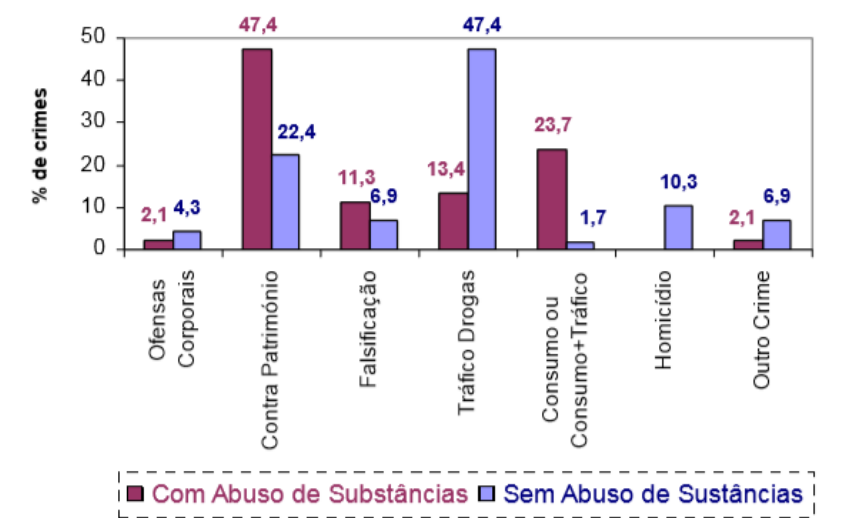


Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2001: 9).

Não apenas os níveis de pobreza feminina influenciam o cometimento de crimes propícios à obtenção de rendimentos adicionais. Em muitos dos casos, estes estão interligados com o consumo e dependência de drogas ou álcool, servindo os crimes cometidos como fontes de sustento para essas mesmas dependências. No gráfico 5

verifica-se uma maior percentagem de abuso de substâncias nos crimes contra o património, na falsificação e no tráfico conjugado com o consumo, delitos onde se conseguem, de certa forma, valores monetários ou convertíveis. Já no caso do homicídio, a influência do consumo de substâncias é mínima, sugerindo a existência de diferentes motivações para esta tipologia de crime.

**Gráfico 5: Tipo de Crime e Abuso de Substâncias.**



Fonte: Gomes (2008: 51).

Outros motivos são apontados como justificação para a preeminência desta tipologia de crimes nas mulheres, bem como o relacionamento amoroso com homens envolvidos no mundo da droga, enquadrando-se como cúmplices e parceiras de negócio, sendo por vezes apanhadas ao tentarem introduzir droga em prisões, de forma a fazê-la chegar ao companheiro detido. Isto demonstra que, mesmo no meio criminoso, é invulgar que as mulheres assumam papéis de liderança e de tomada de decisão, sendo encaminhadas para funções subalternas, de maior risco, tais como as de “mulas de droga”, visto passarem mais despercebidas perante as autoridades, ou traficantes de pequena escala, servindo os lucros obtidos para sustentar os seus próprios vícios (Ferreira, *et al.*, 2015: 158).

A hierarquização sexual do trabalho ilegal deve-se nesses contextos à conjugação de vários factores. Em primeiro lugar ao facto de se regerem por uma visão domesticizada das mulheres que as confina ideologicamente aos tradicionais papéis de género. Mas este "sexismo do sub-mundo" [...] encontra além disso um terreno especialmente propício na violência endémica que aí marca a economia retalhista da droga. A masculinidade hegemónica é com efeito reforçada pelo facto de os empregadores desta economia definirem os requisitos de empregabilidade no narco-comércio como algo de intrinsecamente masculino: às mulheres faltaria, por exemplo, a necessária ferocidade física e mental, ou a capacidade de intimidação necessária para vingar num meio violento (Cunha, s.d.: 4).

Esta realidade é fracamente sustentada, visto que o fenómeno de liderança se baseia em disposições psicológicas e traços característicos, tais como a auto-confiança, o *locus* de controlo interno, a integridade, a consciência social, entre outros (Cunha, *et al.*, 2007: 342), que predispõe determinada pessoa a assumir o papel de líder. Esta aptidão não está relacionada com todas as características individuais, ficando o sexo excluído como fator de influência (*idem*, 2007: 97).

Parece haver estereótipos que tendem a conceber as posições de gestão mais como características do papel dos homens do que das mulheres [...] Alguns consideram que os diferentes processos de socialização na infância induzem as pessoas de cada sexo a traços de personalidade, valores e comportamentos distintos, permanecendo essas diferenças na vida adulta, designadamente no exercício de actividades de liderança. Outros aduzem que as diferenças têm origem genético-biológica. Outros ainda aventam que os estereótipos suscitam diferentes expectativas de papel sobre homens e mulheres, induzindo-os a diferentes papéis (Cunha, *et al.*, 2007: 391).

Um terceiro motivo apontado para a adesão das mulheres ao tráfico de droga está relacionado com o desejo de assumir um *status* associado ao poder e ao controlo, encarando o ilegal como aliciante e digno de atenção. Daí que muitas tolerem situações sem cabimento, desde maus tratos físicos, até à infidelidade por parte dos seus companheiros, de forma a manterem o *status* que construíram na sua mente, entre outros motivos que as levam a não conseguirem largar as relações abusivas em que se encontram (Barcinski, 2009: 1849). Estas novas motivações para o envolvimento da mulher no crime sugerem uma mudança de mentalidades, uma emancipação feminina, deixando o seu ingresso de estar apenas associado a dependência de droga, dificuldades económicas ou “amor bandido”, para passar a relacionar-se com sentimentos de ambição e busca de poder e adrenalina (Souza, 2006: 16). De certa forma, as mulheres começam a perceber que a sua desvalorização e menosprezo por parte do sistema e da sociedade em geral lhes abrem um caminho minimamente seguro para o “sucesso” neste

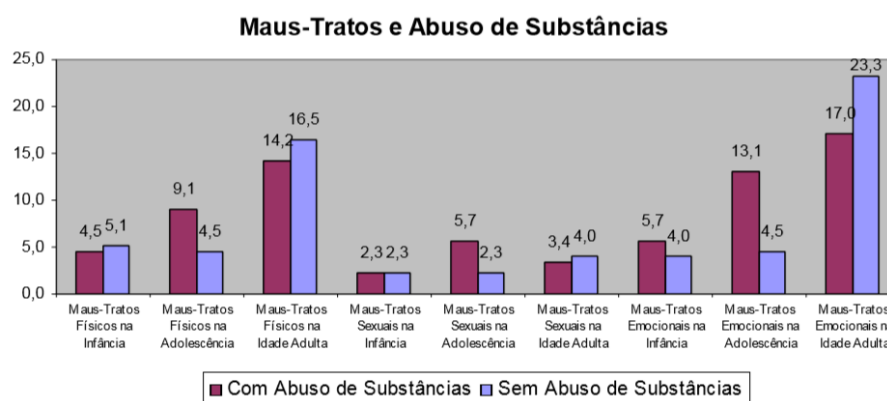
setor, visto que, comparativamente com os homens, suscitam menos suspeitas, constituindo isto uma mais valia para o seu posicionamento no negócio em causa.

O desejo de ascensão social e acesso a setores tradicionalmente associados aos homens, tal como o do tráfico de estupefacientes, é considerado como uma das heranças do movimento feminista de luta pela emancipação. Surge assim, nos anos setenta, a teoria da “Nova Delinquente”, que enuncia a expansão da possibilidade de acesso a oportunidades criminosas por parte de mulheres como uma das consequências aduzidas pelas mudanças ideológicas referentes aos papéis de género originadas pelo feminismo (Cunha, s.d.: 3).

Mas o tráfico parece na verdade ter atraído muitas mulheres e ter-se-lhes apresentado como uma estrutura de oportunidades onde elas, mesmo as mais idosas, poderiam investir. A questão então é a seguinte: dever-se-á às próprias características do tráfico o facto de ele se ter tornado a actividade ilegal de eleição entre as mulheres? Ou será antes que as mulheres conquistaram para si uma arena ilícita que até aí lhes estaria vedada, do mesmo modo que conquistaram as mais variadas arenas lícitas? Por outras palavras, tratar-se-á de uma repercussão ou até da reprodução no mundo do crime do mesmo movimento emancipatório que reivindica a igualdade de oportunidades? (Cunha, s.d.: 3).

Quanto às motivações e fatores de risco femininos para o cometimento de outras tipologias de delitos, várias explicações têm sido oferecidas, desde a influência de sentimentos negativos, frustrações, distúrbios psicológicos, historial de maus tratos e abusos sexuais, institucionalizações, até à procura de risco, aventura e adrenalina (Duarte e Carvalho, 2013: 41).

**Gráfico 6: Maus Tratos e Abusos de Substâncias nas Reclusas do Sexo Feminino.**



Fonte: Gomes (2008: 49).

Um número significativo de mulheres criminosas apresenta um historial de abusos físicos e sexuais. Quando estes abusos foram sofridos durante a infância, verifica-se uma tendência para a entrada precoce no mundo do crime, derivada, muitas das vezes, pela necessidade de rendimentos para começar uma vida nova longe dos seus agressores, ou pelo envolvimento com drogas derivado dos traumas sofridos que levam a uma necessidade de “auto-medicação” de forma a distanciarem-se dos danos emocionais e dos sentimentos de medo, depressão, auto-desvalorização e vergonha que estes, inconscientemente, originam (Gomes, 2008: 28). Pacheco (2014: 8), afirma que as mulheres são mais sensíveis, comparativamente com os homens, à influência de uma experiência de vitimização passada, especialmente relacionada com abusos sexuais, na repercussão de comportamentos transgressivos. Também refere os problemas no seio familiar como associados à conduta criminal feminina, defendendo que estas são mais suscetíveis à influência dos mesmos na sua personalidade, ficando expostas ao desenvolvimento de comportamentos violentos e desviantes mais facilmente em comparação com os homens.

É entre o primeiro ano de vida e os cinco anos de idade que as crianças evidenciam comportamentos socialmente desaprovados, e neste quadro a influência paterna, no sentido de impor limites, é primordial [...] a partir do início da idade escolar até aos doze anos de idade diminuem as condutas discordantes com as normas sociais, para aumentarem a partir da adolescência. Aí, aparecem fenómenos como a rebeldia, própria desta faixa etária, fugas de casa e, por vezes, comportamentos marcadamente violentos. Com a chegada dos 18 anos começa para alguns o início de uma carreira criminal, pois aumentam as probabilidades de serem castigados judicialmente, entre os 20 e os 30 anos acontece um cessar da actividade delituosa, e é muito raro que se inicia uma carreira criminal a partir desta idade (Costa, 2013: 30)

Os fatores situacionais e sociais também representam um papel importante enquanto impulsionadores do comportamento violento e criminal. A frustração, comportamentos provocatórios, a familiaridade com o local em causa, o fácil acesso a armas, entre outros elementos, podem originar condutas agressivas e impulsionar o indivíduo para o cometimento de um crime. Com base nisto, em 1976, Megargee desenvolveu um modelo para a predição de comportamentos violentos, segundo o qual se devem inter-relacionar variáveis de personalidade (sexo, idade, estatuto socioeconómico, entre outras), com situacionais (local do crime, influência de álcool ou substâncias psicotrópicas, entre outras).

Para além dos motivos supra mencionados, tais como os socioeconómicos (que levam a delitos como o tráfico de droga, a prostituição, o roubo e o furto) e os interpessoais (influências advindas de relações amorosas que estas Mulheres mantêm com indivíduos delinquentes) (Gomes e Granja, 2015: 58), casos existem em que a delinquência é encarada como uma forma de auto-afirmação feminina perante a sociedade patriarcal e machista. Visto que as atitudes criminosas são consideradas uma competência e atividade tipicamente masculina (Duarte e Carvalho, 2013: 41) é, mais uma vez, negado o acesso do género feminino a uma determinada esfera, existindo quem sinta a necessidade de provar que é capaz de superar este estereótipo insurgindo-se contra ele e afirmando a sua posição num mundo masculino (Almeida, 2001: 146).

Exemplos reais podem ser enumerados de mulheres delinquentes que agiram por diversas motivações. Nannie Doss assassinou quatro maridos, dois filhos, dois netos, duas irmãs e a própria mãe. Afirmava ser movida pela obsessiva necessidade de encontrar o “verdadeiro amor”. Uma análise mais profunda revela que a sua verdadeira motivação era económica, herdando dinheiro e propriedades das suas vítimas, à semelhança de Belle Guness, a típica “viúva negra” que assassina os seus companheiros para ter acesso a bens, tendo cometido mais de dezoito homicídios (Greig, 2010: 18).

No que respeita a mulheres que enveredam pela vida criminosa devido à influência dos companheiros amorosos, vários casos chocantes existiram, chegando-se à conclusão de que aquilo que estas possuíam em comum era um historial de abusos durante a infância e adolescência, regra geral abusos sexuais por parte dos pais ou de um outro familiar do sexo masculino, e sucessivas institucionalizações. Carol Bundy e o seu companheiro Douglas Clark cometeram vários homicídios com motivação sexual, chegando a perpetrar atos de necrofilia e pedofilia. Karla Homolka e Paul Bernardo violaram, torturaram e assassinaram mais de três mulheres, inclusive a própria irmã de Karla. Caril Fugate, com apenas catorze anos, juntou-se ao namorado Charles Strakweather e mataram familiares, amigos e alguns desconhecidos que se cruzaram com eles. Faye e Ray Copeland, um casal idoso, cometeram uma série de homicídios com motivação económica. Contratavam subalternos para participarem no seu esquema de burlas assassinando-os no fim. Faye construiu uma enorme colcha com as roupas dos defuntos. Por fim, apresentamos o famoso caso de Aileen Wuornos, adaptado para filme. Aileen

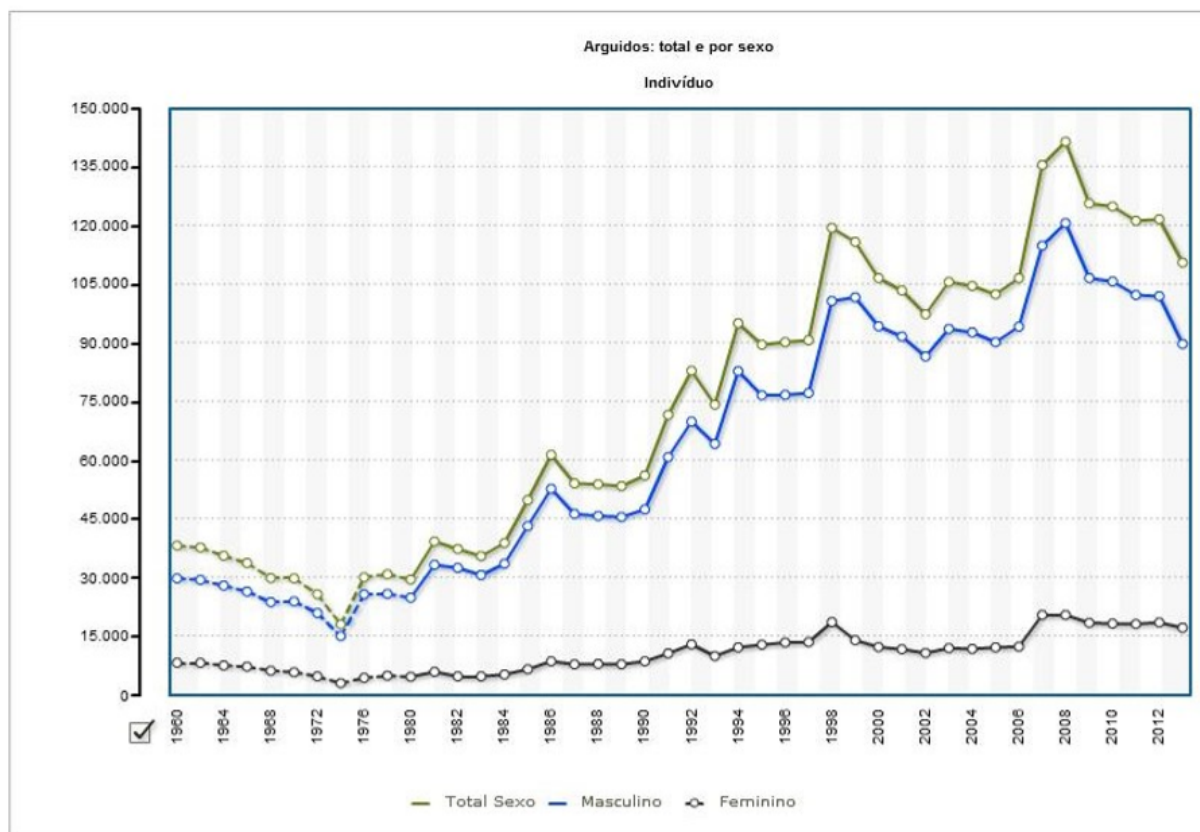


prova que uma mulher é capaz de cometer crimes apelidados de “masculinos”, não tendo agido num âmbito doméstico nem sob a influência de um companheiro amoroso. Sofria de problemas com o álcool e envolvia-se na prostituição de forma a subsistir. Além da prostituição, levava a cabo violentos roubos e consequente homicídio das suas vítimas (Greig, 2010: 106).

## 2.2. Análise de Dados Estatísticos

Através da análise objetiva das estatísticas criminais podemos constatar a realidade de que as mulheres cometem menos delitos do que os homens ou, pelo menos, estão menos presentes no sistema judicial. Tomando a estatística portuguesa como referência, passamos então à análise dos dados quantitativos. No gráfico 7, referente ao intervalo entre 1960 e 2012, verifica-se que a população prisional apresenta discrepâncias em termos de género, sendo os reclusos do sexo masculino mais representados do que os do feminino. Esta realidade pode derivar de um menor número de crimes cometido por mulheres, bem como de uma maior benevolência por parte do sistema de justiça ou, até mesmo, por uma maior impunidade dos seus crimes derivada de diferentes *modus operandis* e tipologias criminais. Estas são algumas das hipóteses explicativas para uma das grandes interrogações nos estudos de género e desvio, sendo necessárias pesquisas mais aprofundadas que venham verificá-las ou desacreditá-las

**Gráfico 7: Evolução dos Arguidos de 1960 a 2012.**



Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça / Ministério da Justiça (2015: 3).

Na tabela 1 conferimos que os crimes cometidos e julgados por sujeitos do sexo feminino, no período entre o ano de 2000 e o de 2014, correspondem a apenas 5% do total, com ligeiras variações consoante o período em causa.

**Tabela 1: Crimes Cometidos e Julgados por Sujeitos do Sexo Feminino e Masculino, em Portugal, Entre os Anos de 2000 e 2014.**

Período de referência dos dados	Sexo	Reclusas/os existentes em 31 de dezembro (N.º) nos estabelecimentos prisionais por Sexo; Anual (1)
		Localização geográfica
		Portugal
		N.º
2014	HM	14 021
	H	13 180
	M	841
2013	HM	14 294
	H	13 441
	M	853
2012	HM	13 623
	H	12 865
	M	758
2011	HM	12 690
	H	11 979
	M	711
2010	HM	11 618
	H	10 991
	M	627

Reclusas/os existentes em 31 de dezembro (N.º) nos estabelecimentos prisionais por Sexo; Anual - Direção-Geral da Política de Justiça

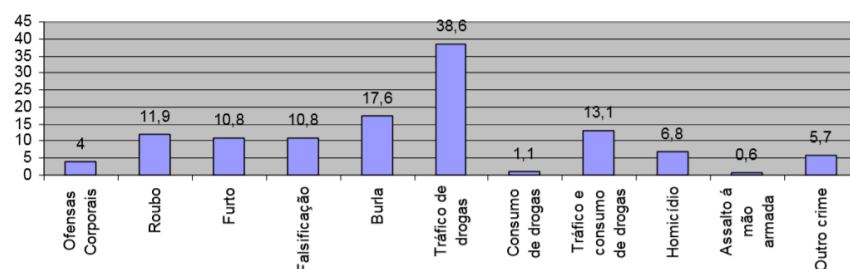
Nota(s):

(1) Está incluído o movimento de reclusas/os nos estabelecimentos prisionais comuns, nos estabelecimentos militares e nos estabelecimentos psiquiátricos não militares.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (*Última atualização destes dados: 30 de julho de 2015*).

Quanto à tipologia de crimes cometidos, Gomes (2008: 49) procede a um estudo onde verifica que o tráfico de droga surge como o crime de maior peso na esfera feminina, mais uma vez se constatando esta realidade (Gráfico 8).

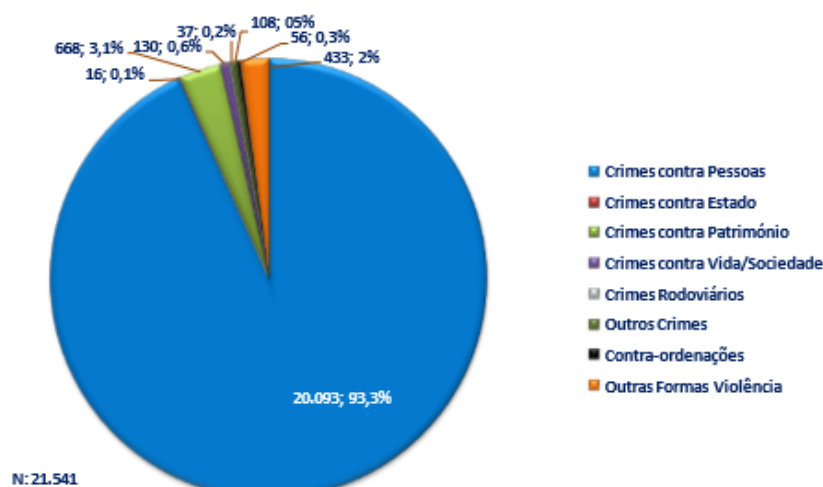
**Gráfico 8: Percentagem de Reclusas Condenadas por Crime.**



Fonte: Gomes (2008: 49).

Segundo o Relatório Anual (2014) da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) os crimes mais notados em Portugal nesse mesmo ano (incluindo crimes praticados por mulheres e por homens), à semelhança dos anteriores, foram: Crimes contra Pessoas, Crimes contra o Património e Outras Formas de Violência (Gráfico 9).

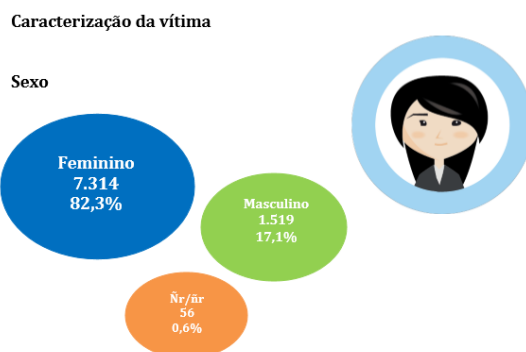
**Gráfico 9: Tipologia dos Crimes Cometidos por Sujeitos do Sexo Feminino e Masculino em Portugal no ano de 2014.**



Fonte: Relatório Anual da APAV (2014: 8).

Nesse mesmo relatório traçaram o perfil da vítima e do autor do crime, concluindo que as vítimas são na sua maioria do sexo feminino (82,3%), com idades compreendidas entre os 25 e os 52 anos (37,1%), casadas e com filhos (39,4%), empregadas (29,6%) e com relação de conjugalidade com o autor do crime (28,4%) (APAV, 2014: 19).

**Imagem 1: Caracterização do Perfil de Vítima.**



Fonte: Relatório Anual da APAV (2014: 15).

Um estudo sobre homicídios ocorridos em relações de intimidade, levado a cabo pela Direção-Geral da Administração Interna (DGAI) em 2013, vem reforçar este perfil, apurando que em 89,5% o agressor era do sexo masculino, sendo a percentagem de casos em que a mulher surge como agressora e não como vítima apenas de 10,5% (MAI, 2013: 14).

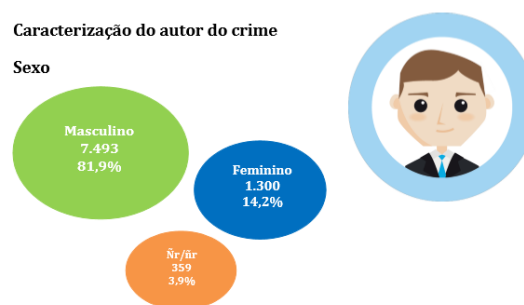
**Tabela 2: Vítimas Vs Agressores: Uma Análise de Género.**

		Vítimas (%)		Denunciados/as (%)
Sexo				
	Homem	15,0		87,9
	Mulher	85,0		12,1

Fonte: MAI (2012: 31).

No que respeita ao autor do crime este é, na grande maioria das vezes, do sexo masculino (81,9%), com idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos (29,9%), casado (35,6%) e está empregado (31,7%) (APAV, 2014: 21).

**Imagem 2: Caracterização do Perfil de Autor do Crime.**



Fonte: Relatório Anual da APAV, 2014: 20.

## 2.3. Teorias Criminológicas

*If the criminologist, before propounding or accepting any theory of crime or delinquency, would pause to ask whether that theory applied to women, he would probably discard it because of its inapplicability to women* (Reckless, 1961 cit. por Daly e Chesney-Lind, 1988: 508).

Iremos começar este ponto com a Escola Positivista da Criminologia, visto que foi com ela que a Criminologia se apresentou como uma ciência detentora de critérios metodológicos e epistemológicos (Dias e Andrade, 2013: 5). Passaremos de seguida à Sociologia Criminal para terminarmos com a Criminologia Crítica. Iremos analisar de que forma as mulheres surgem nas teorias criminológicas, compreendendo como são enquadradas em cada uma delas, colocando de parte o carácter androcêntrico dominante.

### 2.3.1. A Escola Positivista e as Mulheres

Quanto à história feminina no contexto da criminologia, esta começa na Idade Média, com a obra *Malleus Maleficarum*, onde a mulher é encarada pela primeira vez como uma classe perigosa e digna de perseguição e punição, sendo esta obra uma espécie de “código penal” medieval exclusivo para o género feminino (Mendes, 2012: 29), iniciando-se aqui o “discurso criminológico sobre as mulheres” (*idem*, 2012: 137). Após esta fase, não mais a mulher foi contemplada na criminologia, até à chegada do século XIX e da Escola Positivista, que encarou as diferenças das práticas criminais femininas e masculinas baseando-as em fatores biológicos e psicológicos (Sena, 2015: 102).

Com os seus primórdios no século XIX, a Criminologia Positivista, influenciada por autores como Charles Darwin e Auguste Comte, baseia-se no método experimental, fundando o seu conhecimento através da experimentação e da observação (Cusson, 2011: 59), diferenciando-se assim da Escola Clássica que adotava a dedução lógica (Ferri cit. por Dias e Andrade, 2013: 11).

Assume as seguintes proposições (Cusson, 2011: 59):

- Empirismo;
- Objeto de estudo: o criminoso, não o crime;
- Determinismo e rejeição do livre-arbítrio.

Pode considerar-se positivista toda a investigação criminológica conduzida segundo a grelha teórica e metodológica do positivismo (independentemente do conteúdo antropológico (Lombroso), psicológico (Garófalo) ou sociológico (Ferri) das suas hipóteses (Dias e Andrade, 2013: 12).

A partir do momento em que a Criminologia se começa a basear na experiência e na observação, colocando de parte a crença e o mito, um importante passo é dado: a mulher criminosa deixa de ser encarada como um ser sobrenatural, sendo sugeridas novas explicações para o fenómeno.

Segundo Dias e Andrade (2013: 13) existem quatro principais escolas positivistas:

1) Escola Positivista Italiana:

- ➔ Lombroso: A sua tese principal é a do atavismo, ou do criminoso nato, que defende a existência de determinadas características, físicas (cérebro pequeno, maxilares grandes, braços longos, insensibilidade à dor, entre outras) e psicológicas (ausência de remorso, impulsividade, egoísmo, crueldade, vaidade, entre outras), que predis põem o indivíduo ao crime, características essas herdadas geneticamente (Cusson, 2011: 61). Este género de teoria bioantropológica apresenta-se muito perigosa no sentido em que estimula políticas criminais eugenistas de forma a controlar a reprodução e existência dos seres considerados inferiores na escala evolutiva (Costa, 2013: 49).
- ➔ Ferri: Vem acrescentar à teoria de Lombroso o fator sociológico, defendendo que o crime é o conjunto de causas antropológicas, naturais e sociais. Assim, a seu ver, o elemento físico por si só é insuficiente para explicar o crime.

→ Garófalo: Este autor explora uma vertente mais psicológica do crime, aludindo a este conceito como a violação de um conjunto de sentimentos básicos e universais por alguém cuja empatia se encontra alterada.

2) Teorias Fisionomistas: À semelhança da tese de Lombroso, estas teorias classificam os criminosos através dos seus traços faciais. J. K. Lavater é um dos principais autores.

3) Escola Frenológica: Estudo da configuração exterior do crânio. Mais uma vez, está relacionada com a tese lombrosiana.

4) Antropologia Psiquiátrica Criminal: Tenta explicar o crime como uma doença mental. A popularmente intitulada “loucura”, passa a ser encarada como uma doença, um distúrbio deixando de estar associada a influências demoníacas e espirituais, que originavam rituais de purificação macabros e desumanos, especialmente no que respeita a mulheres. Com a escola positivista passa a racionalizar-se esta questão, progredindo-se um pouco.

Dos diversos autores positivistas, Cesare Lombroso foi aquele que se debruçou mais seriamente sobre a criminalidade feminina. Na decorrência da sua obra “O Homem Delinquente”, embrenhou-se, em 1895, em conjunto com Giovanni Ferrero, numa outra dedicada especificamente ao sexo feminino: “A Mulher Delinquente”. À semelhança do que definiu para os homens, Lombroso buscou definir o conjunto de características que rotulassem a intitulada “criminosa nata”, agrupando as mulheres em diversas categorias delinquentes (Faria, 2008: 163):

1. Criminosas Natas (Prostitutas);
2. Criminosas Ocasionais;
3. Criminosas Histéricas;
4. Criminosas Passionais;
5. Suicidas;
6. Criminosas Lunáticas;
7. Epiléticas;
8. Moralmente Insanas.



As suas conclusões basearam-se na medição de crânios, no estudo das características faciais e dos cérebros femininos de reclusas em Itália, nas quais identificou alguns sinais específicos (assimetria craniana e facial; mandíbula proeminente; estrabismo; dentes irregulares; clítoris pequenos; sexualidade exacerbada e grande perversão), que afirmou serem característicos consoante o crime cometido. Acrescentou ainda que, caso a mulher possuísse quatro ou mais dessas características, inseria-se na categoria “criminosa nata”; se possuísse pelo menos três, na “categoria intermédia”; e se possuísse no máximo duas, seria uma mulher comum (Faria, 2008: 164).

Para além destes traços, acrescentou-se que a mulher criminosa sofrera um processo de “masculinização”, fugindo ao que era considerado “normal” e sendo encarada como uma “aberração” que assume padrões de comportamento masculinos (Matos, 2006: 81). Ou seja, incorriam no delito quando possuíam excesso de características masculinas, insinuando que o crime não é um fenómeno tipicamente feminino (Lise, 1994: 4).

A tese de Lombroso baseia-se exclusivamente em fatores biológicos e psicológicos, excluindo por completo da sua abordagem a influência de fatores sociais externos ao indivíduo, chegando até a afirmar que a criminalidade era hereditária, visto que grande parte dos criminosos eram descendentes de outros criminosos. Desvalorizou que essa realidade poderia derivar de fatores sociais, como a consequente exclusão sofrida por esses descendentes e eventual dificuldade económica daí resultante, e não necessariamente de fatores genéticos e biológicos (Faria, 2008: 158).

Para além de Lombroso, Otto Pollak seguiu uma linha de pensamento idêntica, ao defender os fatores fisiológicos como impulsionadores do comportamento criminal feminino, destacando três principais: fraqueza física (que leva à adoção de métodos divergentes dos masculinos, recorrendo menos à violência física, optando por técnicas como o envenenamento), sobredesenvolvimento fisiológico e implicações psicológicas do ciclo reprodutivo na psique feminina (Matos, 2006: 72).

Antunes (2013: 17) não desvaloriza a influência mútua do psicológico e do biológico. Quando sentimos alegria, sorrimos. Quando sentimos dor, choramos. Quando nos sentimos ameaçados, os nossos sentidos ficam em sobreaviso. Mas isso não implica um determinismo do corpo sobre a mente e vice-versa. Deverá também ter-se em conta que

homens e mulheres são diferentes biologicamente, realidade que não é bem explorada pelos pensadores da escola positivista. Daí a relevância do complemento de outros elementos, tais como o social e o psicológico.

### **2.3.2. A Sociologia Criminal e as Mulheres**

A Sociologia Criminal distingue-se do Escola Positivista principalmente por não visar como objeto de estudo o indivíduo criminoso, mas sim a relação deste com a sociedade e cultura onde está inserido, deixando o crime de ser encarado como uma mera abstração para passar a ser estudado enquanto um comportamento humano e facto social (Costa, 2013: 35). Tem em Lacassagne, Tarde, Durkheim e Merton, quatro dos seus principais pensadores (Dias e Andrade, 2013: 20).

Segundo Dias e Andrade (2013: 20), a Sociologia Criminal guia-se por dois princípios basilares:

- Encara o crime como um fenómeno coletivo, determinista e previsível;
- Atribui como causas do crime fatores sociais, tais como a miséria, a educação e a família. Como exemplo, tomemos o caso da prostituição: era encarada pela escola positivista como sendo um desvio sexual da mulher, passando a ser vista pela sociologia criminal como uma estratégia de motivação económica (Matos, 2006: 115).

Diversas teorias surgiram no âmbito desta corrente de pensamento. As mais proeminentes são:

- Teoria da Conformidade (Merton, 1968): as divergências entre a estrutura cultural e a social irão originar a desviância;
- Teoria da Associação Diferencial (Sutherland, 1939): é durante o desenvolvimento e socialização do indivíduo que surgem “falhas” indutoras do comportamento desviante;
- Teoria do Controlo Social (Hirschi, 1969): Afirma que é a sociedade e as suas regras que impedem o ser humano de sucumbir aos seus impulsos selvagens.

Estas teorias pretendem demonstrar toda a dinâmica latente entre o homem e a sociedade em que ele está inserido, assim como o papel que cada um dos intervenientes representa na complexa teia dos comportamentos desviantes [...] compreender, entre outras coisas, não apenas o comportamento criminal do indivíduo, bem como o modo como este se inter-relaciona com a comunidade que o cerca, atendendo às interdependências da mente humana e aos arquétipos sociais (Costa, 2013: 35).

Para efeitos desta dissertação iremos apenas esmiuçar a teoria da associação diferencial, erigida por Sutherland em 1939, e a teoria da contenção, de Walter Reckless em 1960, teoria psico-sociológica que vem contrapor-se à de Sutherland. Este último afirma que durante o processo de aprendizagem do ser humano vão ocorrendo algumas “falhas” que originam os comportamentos desviantes, sendo o crime encarado como uma realidade aprendida através da interação com outros seres humanos e da interiorização de ideias e crenças (Costa, 2013: 37).

O comportamento criminal é aprendido através de trocas interpessoais que permitem ao indivíduo adquirir técnicas de execução dos delitos, atitudes, racionalizações e motivações. Um indivíduo torna-se delinquente quando tiver sido exposto mais frequente e mais intensamente a interpretações desfavoráveis do respeito devido à lei do que a interpretações que lhe são favoráveis (Cusson, 2011: 89).

Desta forma, convém refletir-se sobre o seguinte: será que essas “falhas” no processo de aprendizagem são idênticas para ambos os sexos? Esta questão não foi abordada no âmbito da teoria, o que leva à conclusão de que, mais uma vez, o carácter androcêntrico imperou, ignorando-se a perspetiva feminina.

Neste sentido, apenas nos podemos basear nos dados recolhidos ao longo dos anos que apontam para certos pontos em comum nos percursos de vida das mulheres criminosas, podendo estes ser encarados como as tais “falhas”: abuso sexual em criança, numa grande maioria perpetrados por familiares ou outros indivíduos próximos (Giordano cit. por Matos, 2006: 95); comportamentos de risco durante a infância e adolescência, tais como fugas de casa, abuso de drogas e de álcool (Burman cit. por Matos, 2006: 95).

Se Sutherland irá universalizar o crime para todos os atores do espaço público, o pensamento feminista demonstrará que existem formas cruéis de violências no espaço privado. Diferentemente do que a tradição do pensamento patriarcal demonstra, no âmbito da vida privada e familiar as pessoas não se encontram em plena segurança. Pelo contrário, é na vida doméstica que formas brutais de violência são perpetradas e perpetuadas (Campos e Carvalho, s.d.: 153).

Perante a escola positivista e a sociologia criminal, Walter Reckless considerava a existência de uma grande falha nas teorias explicativas do crime. Segundo ele, o facto de nem todos os indivíduos responderem da mesma forma quando expostos a uma situação que poderia, eventualmente, desencadear a prática de um crime, visto que, colocados perante a escolha entre o caminho do crime e o caminho da legalidade, nem todos optam pela alternativa criminal, existindo um número substancial daqueles que optam pela via legal, leva a que Reckless questione as teorias existentes até à altura (Dias e Andrade, 2013: 218).

Perante o “universo de alternativas” que se apresenta aos indivíduos confrontados com este tipo de dilema, Reckless critica as explicações sociológicas para o fenómeno criminal, dado que estas não têm em linha de conta a possibilidade de alguns indivíduos resistirem à alternativa criminosa. É neste contexto, perante a falha aos olhos do autor, que este introduz o conceito de “*self-factors*”, que correspondem às variáveis individuais de cada um que levam a que se opte pelo crime ou pela legalidade. Dentro destas variáveis individuais encontram-se as “resistências”, que correspondem aos fatores internos do indivíduo que o impedem de enveredar pelo delito (Dias e Andrade, 2013: 219).

Com esta ideia de que o crime é originado por um processo de escolha racional e individual, Reckless pretendia construir uma teoria que conseguisse explicar qualquer tipo de criminalidade. Cria assim a Teoria da Contenção. Genericamente, esta visa explicar porque é que a maioria das pessoas resiste a enveredar pelo caminho do crime, independentemente de todas as pressões que possam ser exercidas sobre elas para que sigam nessa direção. Sugere, assim, que todos os indivíduos estão sujeitos a fatores de controlo interno e fatores de controlo externo que servem como contenção aos impulsos naturais que impelem no sentido de cometimento de crimes, servindo esses controlos para incitarem o sujeito a seguir o “caminho da lei” (Calixto, 2014: 3).

Os argumentos utilizados pelo autor podem servir de confirmação para as diferentes opções criminais femininas e masculinas, com base nos diferentes modelos de educação e socialização. Existem dissemelhantes fatores de controlo, tanto internos como externos, para ambos os sexos. A mulher é mais vigiada e recriminada pela sociedade em geral, e pela esfera familiar em particular, contando estes como elementos externos relevantes na formação da sua personalidade e forma de encarar o crime e a sua intervenção no fenómeno, acabando por desenvolver também um maior *locus* de controlo interno, relacionado com a passividade e a contenção que levam o sujeito feminino a moderar e compelir de forma mais resistente os seus impulsos em comparação com o masculino, que é incentivado a arriscar e seguir os seus instintos.

### **2.3.3. A Criminologia Crítica e as Mulheres**

Surgida nos anos sessenta do século XX, sob a influência de mudanças políticas e culturais na sociedade que originaram a emergência de contra-culturas e grandes revoluções nas mentalidades, a Criminologia Nova, posteriormente intitulada de Criminologia Crítica, consiste num “conjunto de perspetivas pouco rígidas, que não beneficiam do efeito estabilizador que só as verdadeiras teorias permitem alcançar” (Dias e Andrade, 2013: 42), passando a focar-se não no delinquentes ou no conceito de crime, mas sim nas instâncias normativas e de reação, encarando o direito criminal como um jogo de interesses de “*stakeholders*”, e não como uma construção social e cultural (*idem*, 2013: 43).

Esta corrente afirma que a criminalização consiste num processo de “etiquetamento” de um grupo sobre outro, muitas vezes de forma a proteger determinados interesses, sejam eles políticos, económicos, entre outros, do grupo rotulador, servindo o processo de criminalização como um instrumento de poder, denotando um certo carácter marxista. Sendo assim, o rótulo de criminoso é distribuído de forma desigual (Godoy, 2011). Numa arena onde existe uma imposição de vontades das classes dominantes, poderá deduzir-se que as mulheres ficarão em desvantagem perante os homens.

A principal e fundamental causa das desigualdades de género reside no sistema capitalista, que promove e sustenta a divisão sexual do trabalho. As acções que ameaçam o modo de funcionamento do sistema capitalista são tipificadas como crime. Assim, as acções das mulheres que ameaçam a dominação económica dos homens são classificadas como crimes de propriedade, enquanto que as práticas femininas que ameaçam o controlo masculino da sexualidade e corpos femininos são classificadas como crimes sexuais (Machado, 2008: 103).

O *Labeling Approach*, a Etnometodologia e a Criminologia Radical são três das principais perspetivas dentro desta corrente. Iremos focar-nos apenas no *Labeling Approach*, ou teoria da Rotulação Social.

Possuindo o seu objeto de estudo nas estruturas de reação social, o *labeling* consiste em “toda a investigação interaccionista que gravita em torno da estigmatização, assumida quer como variável dependente (quais os critérios em nome dos quais certas pessoas e só elas são estigmatizadas como delinquentes), quer como variável independente (quais as consequências desta estigmatização?)” (Dias e Andrade, 2013: 343). Defende que a imposição de certos estereótipos delinquentes leva a uma rotulação social e consequente estigmatização de determinadas pessoas, originando que, em alguns casos, essa situação leve a pessoa estigmatizada a interiorizar o rótulo que lhe é imposto, transformando-se assim num verdadeiro delinquente (*idem*, 2013: 345).

São regras e valores historicamente determinados que definem quais classes de comportamentos e de sujeitos serão considerados como desviantes e, a partir dessa classificação, são etiquetadas certas atitudes e pessoas *in concreto*. Dessa forma, a qualidade de criminal ou de desviante deixa de ser compreendida como uma característica natural, nos termos do paradigma etiológico da Criminologia tradicional, e se converte em um atributo estabelecido por meio de processos sociais de definição e de reação (Bueno, 2011: 27).

Neste sentido, depreendemos que o ser feminino é menos rotulado como criminoso, estando esse estereótipo mais associado ao sexo masculino, visto serem estes a grande maioria dos autores de crimes. As mulheres são mais encaradas como vítimas do que como criminosas, vindo isso contribuir para a sua auto-imagem e consequente afastamento do crime.

A forma como a sociedade encara as mulheres reflete-se nelas, seja de forma negativa ou positiva. Em alguns casos, a discriminação terá consequências negativas, ao

negligenciar-se e marginalizar-se as Mulheres, mas poderá também ser vantajoso, levando a que estas se encarem como seres benéficos superiores a atos considerados hediondos.

## **2.4. A Criminologia Feminista**

A Criminologia Feminista é uma corrente criminológica que se preocupa com a análise das especificidades do envolvimento feminino na criminalidade e no sistema de justiça, distinguindo-o do masculino e do “carácter androcêntrico da criminologia tradicional” (Gomes e Granja, 2015: 9), que deixa de fora as experiências femininas em concreto. Foca o seu estudo na criminalidade e vitimização femininas (Daly e Chesney-Lind, 1988 cit. por Simões, 2011: 122), servindo o desprezo pelo enquadramento das especificidades femininas como uma das suas principais motivações (Pereira e Silva, 2015: 11).

Revela-se como um campo essencial no que respeita à mulher enquanto criminosa e ao combate da hegemonia masculina no estudo sobre o crime. Surge como mais uma perspetiva na área de estudo da criminologia, que constitui uma ligação entre esta e o feminismo, aplicando os estudos de género no âmbito criminal (Pimentel, 2008: 8). Convém aqui salientar que, tal como a criminologia, também o feminismo se encontra fragmentado, ou seja, da mesma forma que existem vários pontos de vista sobre o fenómeno criminal, também os existem no que respeita ao feminismo. Sendo a criminologia feminista uma soma dos dois âmbitos de estudo, significa então que é uma espécie de “compartimento compartimentado”, figurando como uma das diversas correntes criminológicas e possuindo em si subdivisões decorrentes das diversas vertentes feministas.

Desde os anos 70, muitos trabalhos feministas importantes chamaram a atenção para a diferença entre os contextos em que ocorrem as transgressões criminais cometidas por mulheres e homens e para o modo como a experiência do sistema penal de justiça pelas mulheres é influenciado por determinados pressupostos de género relativos aos papéis masculino e feminino apropriados (Giddens, 2009: 227).

O surgimento dos movimentos feministas, especialmente durante a segunda vaga do feminismo nos anos sessenta, levou à crítica da criminologia tradicional, afirmando a existência de lacunas no que respeita ao género, inclusive a invisibilidade da mulher nos estudos criminológicos e a distorção das experiências transgressivas femininas. Assim, começam a eclodir perspetivas feministas na criminologia, inclusive a de Frances Heidenson que critica o objeto e os métodos tradicionais e introduz os estudos de género na área, centrando-se na etiologia do crime e nos mecanismos de controlo, e os conceitos de “dupla desviância” (a mulher criminosa é julgada por transgredir não só a lei, como também as normas socialmente impostas) e de “duplo padrão de avaliação no sistema penal” (o crime feminino é encarado como indicativo de alguma espécie de desequilíbrio intrínseco, enquanto o masculino é visto como um comportamento natural) (Matos e Machado, 2012: 34), ou as patentes nas duas grandes obras impulsionadoras da criminologia feminista, publicadas em 1975: “*Sisters in Crime: The Rise of The New Female Criminal*”, de Freda Adler, onde a autora descreve o processo de masculinização feminino com a entrada das mulheres na esfera pública, o que as leva a adotar comportamentos mais violentos; e “*Women and Crime*”, de Rita Simon, visando o aumento da criminalidade feminina derivado do maior acesso a oportunidades criminais com a saída destas da esfera privada (Machado, 2008: 103).

*The founding of feminist criminology can be somewhat arbitrarily fixed at 1976, with the publication of Carol Smart's Women, Crime and Crimi-nology: A Feminist Critique* (Britton, 2000: 58).

A Criminologia Feminista começa por centrar-se na mulher enquanto vítima e no reconhecimento das suas necessidades nesse papel. Só nos anos setenta, perante um aumento da criminalidade feminina, esta começa a surgir enquanto agente criminoso, associando-se os seus crimes a uma tentativa de melhoria das suas posições políticas, económicas e sociais perante os homens. Ao passar a relacionar-se as motivações femininas para o cometimento de crimes quase que exclusivamente a fatores ambicionais, de emancipação e imposição na esfera pública, ou seja, ao intitulado “processo de masculinização”, as mulheres acabam por ser mais uma vez estereotipadas e menosprezadas: apenas as ambiciosas, feministas e competitivas, consideradas uma exceção ao papel feminino, são consideradas como detentoras de motivação criminal,



ignorando-se aquelas que se inserem nos papéis tradicionais, que também poderão ter motivações para infringir a lei em determinadas circunstâncias

Nos anos oitenta e noventa, muda-se novamente a lente de análise, passando a encarar-se a mulher no âmbito das instâncias formais de controlo, levando à emergência de dois tópicos de estudo (Matos e Machado, 2012: 36):

- Estudos sobre mulher e Crime: análise do envolvimento das mulheres no crime e na desviância;
- Estudos sobre mulher e Justiça: análise das experiências femininas nos sistemas de justiça criminal e penal que, segundo Carol Smart, é sexista e guiado por valores masculinos criados por homens e por eles aplicados (Pereira e Silva, 2015: 19).

Apesar das novas perspetivas de análise da mulher no crime, enquanto agente criminosa e agente do sistema de justiça criminal, não se deve esquecer o seu papel enquanto vítima, negligenciando-se o objetivo de decréscimo da elevada taxa de vitimização feminina.

A criminologia feminista assume como principais interrogações (Gomes e Granja, 2015: 10):

- De que forma as construções sociais de género influenciam a criminalidade e a violência femininas?
- Quais as motivações subjacentes ao envolvimento das mulheres no crime?
- Que tipo de crimes são maioritariamente perpetrados?
- Que fronteiras se desenvolvem entre os papéis de vítima e ofensora?
- Como visa o sistema de justiça criminal as especificidades das transgressoras femininas?

- Quais os significados que as mulheres atribuem ao cumprimento de penas de prisão? Estes diferem consoante os fatores de posicionamento social, tais como a etnia e a nacionalidade?
- Como é que as mulheres vivem e atribuem sentido ao afastamento dos filhos e à reconfiguração das relações íntimas no contexto prisional?
- Quais os pressupostos em que assenta a delineação de estratégias de intervenção direcionadas para raparigas delinquentes?

A perspetiva teórica em causa condena as características atribuídas à mulher delinvente pelo discurso criminológico tradicional (Dupla Desviância- considera-se que, além de transgredir a lei, ela transgride também as normas da conduta feminina adequada; associação da mulher a determinados crimes específicos; crença de que a mulher criminosa é irracional e que as suas características derivam de causas bio-psicológicas) sugerindo a sua desconstrução e reconstrução, através da recontextualização da criminalidade feminina nos discursos criminológicos, e da sua (re)significação (Matos e Machado, 2012: 37).

Para finalizar, convém refletir sobre uma das principais críticas direcionadas à criminologia feminista: estará esta abordagem demasiado centrada no género, menosprezando assim outras dimensões de relevo para a compreensão da criminalidade feminina, tais como a etnia ou classe social, e desvalorizando o impacto da interseccionalidade? (Matos, 2006: 171).

Abordagens feministas recentes valorizam a multiculturalidade, acentuando as diferenças entre as mulheres, em termos de classe, de raça, de etnia, ao nível das experiências com o crime, a vitimização e o sistema de justiça (Machado, 2008: 104).

A criminologia feminista é das escolas de pensamento sobre o crime que mais se foca concretamente nas mulheres, sendo crucial para a análise da criminalidade feminina, mas deverá ter em conta outros fatores, não caindo no erro de encarar as mulheres como um conceito geral e tendo em conta a sua heterogeneidade. Não poderá, assim, focar-se

exclusivamente no sexo feminino, devendo analisar também o sujeito masculino de forma a compará-los e compreender quais as principais divergências e de onde estas emanam.

### Capítulo 3

## **Teoria das Atividades Rotineiras**

### **3.1. Introdução**

Passamos agora à análise da Teoria das Atividades Rotineiras, procedendo ao seu enquadramento no âmbito da Criminologia Ambiental. Tentaremos, desta forma, perceber qual a sua relevância na incidência feminina no fenómeno criminal.

### **3.2. Criminologia Ambiental**

Impulsionada, em 1980, por Paul e Patrícia Brantingham, a criminologia ambiental vem alterar o foco de atenção da disciplina, deixando esta de ter o criminoso como tema central de análise, para passar a focar-se no meio envolvente e nos elementos ambientais (fatores externos), defendendo que estes afetam o processo de tomada de decisão do indivíduo, oferecendo-lhe oportunidades ou erguendo-lhe barreiras. Consideram que é necessária a convergência de quatro elementos para a ocorrência de um crime: o espaço geográfico e temporal; o criminoso; a vítima/alvo; e a lei (Gomes, 2012: 13).

Assim, o contexto, a situação e as oportunidades que estes conferem para a prática do crime, passam a integrar a equação do saber criminológico. O crime era visto como uma confluência de fatores motivacionais no qual as oportunidades desempenhavam um papel secundário (Ramos, 2012: 3).

A criminologia ambiental possui três premissas fundamentais:

- O meio envolvente influencia a conduta criminal;
- A distribuição espácio-temporal dos delitos não é aleatória, estando relacionada com fatores ambientais;
- A análise dos fatores ambientais/situacionais propulsores do crime deve ser utilizada em prol da prevenção, dissuasão e controlo dos delitos, evitando-se chegar à punição.

Tonglet vem reforçar as ideias defendidas pela criminologia ambiental através de um estudo onde verifica que em 74% das situações de furto não existe um planeamento prévio, demonstrado que os sujeitos são influenciados pelas oportunidades que surgem, cometendo atos criminosos espontâneos (Ramos, 2012: 5).

Esta corrente criminológica levou a um maior enfoque nas medidas criminais preventivas, ao invés de se focarem tanto na punição como dissuasora da ação criminal. Originou assim conceitos como o de prevenção situacional através do *design* ambiental, que visam a manipulação do ambiente por forma a tornar determinado espaço menos atrativo ao crime através do aumento do risco de exposição do criminoso e da diminuição de oportunidades atrativas (Monteiro, 2014: 16).

A criminologia ambiental engloba três principais teorias:

A perspetiva ambiental pretende encontrar um padrão na atividade delituosa (teoria do padrão criminal), que se consuma com a interação entre um ofensor e um alvo desprovido de proteção (teoria das atividades de rotina), e quando o benefício do crime supera os potenciais custos que este acarreta (teoria da escolha racional) (Ramos, 2012: 7).

- 1) Teoria da Escolha Racional: Desenvolvida por Clarke e Cornish, esta teoria baseia-se numa perspetiva económica do crime, conceito introduzido por Gary Becker em 1968, e defende que o “comportamento criminal é propositado e racional”, tendo em conta as necessidades e interesses do criminoso que irá analisar os custos e benefícios da sua ação por forma a verificar se ela será compensatória. Se os benefícios compensarem os custos, tenderá a perpetrar o delito (Ramos, 2012: 9), sendo o processo de decisão e ponderação variável consoante o tipo de crime em causa (Monteiro, 2014: 5).
- 2) Teoria do Padrão Criminal: Introduzida por Brantingham e Brantingham, defende que existe uma lógica na distribuição espacio-temporal do crime, o que origina uma padronização, não encarando o crime um fenómeno meramente aleatório. Este padrão pode ser identificado através da existência de três elementos num determinado contexto: tipificação de um ato como crime; ofensor motivado; vítima ou alvo (Ramos, 2012: 7). Ou seja, determinadas

situações que originem a confluência destes elementos serão propícias à ocorrência de um delito, podendo assim antecipar-se o seu cometimento.

Este conceito de padronização e não aleatoriedade permite compreender e quase antever não só a existência de hot-spots – pequena área geográfica que exhibe um número desproporcional e excessivo de eventos criminais (Rossmo, 2000) – mas também, a existência de ofensores de alto risco de reincidência e vítimas de risco repetido (Monteiro, 2014: 8).

- 3) Teoria das Atividades Rotineiras: será descrita detalhadamente no ponto 3.3..

### 3.3. Teoria das Atividades Rotineiras

A Teoria das Atividades Rotineiras surge em 1979 através do artigo “*Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach*”, escrito por Lawrence E. Cohen e Marcus Felson.

*Routine activities theory derives from Amos Hawley's (1950) theory of human ecology, which explores the temporal aspects of human behavior in community environments. Hawley identifies three key aspects of collective human activities: rhythm (the normal recurrence of events), tempo (the number of events in a certain period of time), and timing (the coordination and intersection of behaviors in the environment). Lawrence Cohen and Marcus Felson (1979) adapt these principles and introduce routine activities theory as an ecological perspective on criminal behavior (Branic, s.d.: 1).*

Os autores vêm afirmar que, para a ocorrência de um crime, é necessária a convergência no tempo e no espaço de três elementos mínimos (Cohen e Felson, 1979: 588):

- ◆ Um agressor motivado: a motivação do agressor está relacionada com a existência de uma oportunidade criminosa que maximize o seu lucro sem que o coloque em risco de sofrer consequências elevadas. Também a educação e o meio social do indivíduo irão ser um contributo fundamental na tomada de decisão do mesmo.
- Uma das principais críticas apontadas à teoria encontra-se na questão de esta não esclarecer sucintamente aquilo em que consiste um “ofensor motivado”, ou seja, quais os fatores que levam alguém a cometer um delito, quais as

motivações e os impulsionadores (Groff, 2007: 76). Innes (2004: 9) coloca duas questões que devem ser feitas para descortinar esta dúvida: “Porque será que algumas pessoas se tornam criminosas, ao passo que à maioria tal coisa não sucede? Se enfrentamos todos as mesmas tentações, por que será que apenas certos indivíduos lhes sucumbem, enquanto outros seguem o estreito caminho da rectidão?”. Várias têm sido as tentativas de resposta a estas interrogações. Uma das primordiais defende a existência de indivíduos incapazes de controlarem os seus instintos selvagens, considerando que os mesmos estão possuídos por seres demoníacos (Innes, 2004: 9). Já a explicação positivista baseia-se na fisionomia, definindo quais as características físicas que indicam uma personalidade e aptidão para o crime. Lombroso propõe dois tipos de criminosos, os naturais (“criminoso nato”) e os ocasionais, indivíduos que cometem crimes em função das circunstâncias envolventes (*idem*, 2004: 11). Determinadas correntes teóricas do século XX socorrem-se das características psicológicas e sociais de forma a encarar o comportamento criminal como um derivado dos processos mentais individuais (*idem*, 2004: 16), acreditando numa inter-relação entre a personalidade individual (“conjunto de traços que predispõe o indivíduo a agir de determinada maneira, num conjunto de situações”) e o ambiente envolvente, que dará origem a reações únicas consoante os sujeitos (Costa, 2013: 53).

- Para Costa (2013: 29), alguns dos fatores que influenciam a prática criminal são: género; idade; estrutura familiar; raça; estatuto social; estado civil; estados de frustração e provocação; antecedentes criminais; tipo de alvo (“As inibições podem variar consoante o tipo de alvo [...] não é a mesma coisa dar um murro a um agente de autoridade ou a um vizinho” (Costa, 2013: 33)); e fatores situacionais.

O conhecimento da arma do crime, do local, da sazonalidade, da hora, entre outros factores situacionais, ajuda-nos na compreensão da dinâmica que envolve o acto criminal. Tudo conjugado, permite-nos estabelecer padrões na forma criminosa de agir. Berkowitz *et. al.* (1967) conduziram uma experiência em estudantes universitários, na qual se verificou que estes, quando hostilizados, ficavam muito mais agressivos na presença de uma arma do que na presença de uma raquete de *badminton* [...] Chegados à verificação das variáveis situacionais, que podem ser, por exemplo, o fácil acesso a armas, assim como as vítimas, o próprio local do crime, os níveis de frustração do agressor, a influência do álcool no acto desviante, etc., estas variáveis devem ser percebidas em conjunto com as variáveis de personalidade; interessa perceber como elas interagem umas com as outras, no sentido de ajustar as situações às personalidades dos diversos sujeitos que podem encetar uma carreira criminal, ou, reincidir (Costa, 2013: 32-33).

- ◆ Um alvo adequado: Refere-se a pessoas ou propriedades que possam ser vítimas de um agressor motivado. Segundo Gomes (2012: 15), um alvo adequado enquadra-se no modelo VIVA, que engloba quatro dimensões valorativas: Valor, Inércia, Visibilidade e Acessibilidade do alvo. Reunidas as condições necessárias e verificadas as características desejadas, determinado alvo torna-se suscetível perante um criminoso motivado. Já Clarke (cit. por Miró, 2014: 3) analisa os alvos segundo o acrónimo CRAVED (*concealable, removable, available, valuable, enjoyable, disposable*).
  - Para a Teoria do Estilo de Vida, enunciada em 1976 por Hindelang (Miró, 2014: 5), a vitimização e suscetibilidade do alvo são influenciadas pelas suas rotinas e estilos de vida, “as ocasiões de contacto entre delinquentes potenciais e vítimas potenciais são, portanto, condicionadas pelo modo de vida de uns e de outros” (Cusson, 2011: 168). Neste contexto, pode dizer-se que a revolução tecnológica levou ao aumento dos crimes contra a propriedade, visto que tornou os alvos mais pequenos e fáceis de transportar, ao mesmo tempo que incrementou o seu valor. Da mesma forma que a emancipação feminina, aumentando o acesso das mulheres a oportunidades criminosas, também aumentou a sua suscetibilidade enquanto vítimas através da sua entrada na esfera pública.



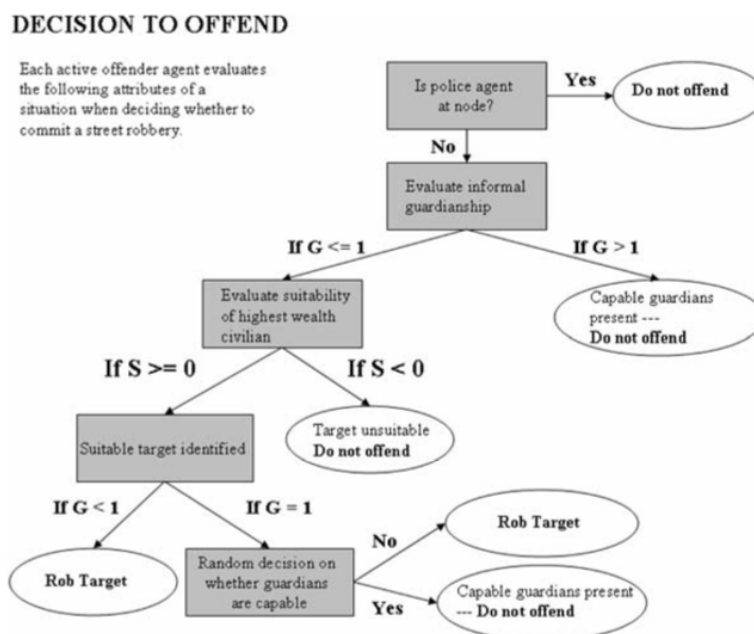
É necessário que a vítima esteja em presença do seu homicida para que o projecto deste se concretize; e é necessário que alguém possua um bem para que o furto seja cometido (Cusson, 2011: 163).

- O aumento da suscetibilidade dos alvos e da motivação dos criminosos leva, conseqüentemente, ao aumento da insegurança. O sentimento de insegurança é definido por Lourenço e Lisboa (1992: 47) como “manifestações de inquietação, de perturbação ou de medo, quer individuais, quer colectivas, cristalizadas sobre o crime”, ou seja, é a “expressão de uma representação social do meio, em que estão presentes lógicas culturais e identitárias e lógicas situacionais do actor sobre a realidade vivida” (*idem*, 1992: 55). Salientam alguns fatores que contribuem para o aumento do sentimento de insegurança dos cidadãos, tais como a crescente densidade populacional, a desqualificação urbanística, os evidentes contrastes sociais ou a insuficiente oferta de infra-estruturas e equipamentos sociais (Calixto, 2015: 2).
- ◆ A ausência de um guardião apto para impedir o crime: o termo guardião refere-se não só a pessoas, como também a mecanismos que desencorajem a prática de crimes. Daí subdividir-se o termo em duas componentes: guardiões formais (polícia, sistemas de vigilância, entre outros) e guardiões informais (família, amigos, vizinhos, entre outros). Não é apenas a presença física de um guardião em determinado local que desencoraja as práticas delituosas. Também a educação dos indivíduos por parte de familiares ou outros entes próximos leva ao encorajamento ou desencorajamento dessas mesmas práticas, sendo esses educadores, que tentam afastar o potencial delinquente de problemas, também considerados como guardiões (Miró, 2014: 3).
- Felson subdivide os guardiões em quatro níveis relacionados com o seu grau de responsabilidade e envolvimento: pessoal, profissional, difuso e genérico. O sucesso e a eficácia do guardião estão interligados com o nível de responsabilidade imbuído neles. Um pai empenhar-se-à mais em defender o seu filho de um perigo iminente do que a envolver-se numa situação potencialmente perigosa de forma a ajudar um desconhecido (Miró, 2014: 4).

A teoria defende que as atividades quotidianas irão influenciar a convergência destes três elementos. Consequentemente, as eventuais alterações nas rotinas provocarão maiores ou menores oportunidades para a prática de crimes, tornando o sujeito mais vulnerável à tentação de delinquir através da colocação do mesmo perante situações propícias à prática de delitos.

Esta situação pode ser ilustrada através do paradoxo que surgiu pouco depois da II Guerra Mundial. Neste contexto histórico, os níveis de pobreza estavam a diminuir, mas os níveis de crime, nomeadamente os crimes contra a propriedade, estavam a registar um aumento. Cohen & Felson (1979) explicam este fenómeno à luz das alterações sociais vigentes na altura. Assim, uma grande alteração nas rotinas diárias dos indivíduos impulsionou um maior número de atividades realizadas fora de casa e uma maior dispersão dos bens de consumo, o que resultou num aumento da probabilidade de ofensores motivados convergirem no espaço e no tempo com alvos sem proteção (Ramos, 2012: 8).

**Imagem 3: Tomada de Decisão do Potencial Ofensor.**



Fonte: Groff (2007: 89).

O contrário também pode acontecer: mudanças nas rotinas podem levar o sujeito a cenários onde a prática de delitos seja desencorajada devido à existência de um maior nível de controlo e à ausência de alvos aliciantes. Tanto os potenciais criminosos como as potenciais vítimas têm rotinas que os “impulsionam” para os respetivos papéis. Ou seja, é no decorrer das atividades diárias, no desenrolar do estilo de vida de cada um, que se proporciona a permanência de um alvo adequado, um criminoso motivado e a ausência de guardiões no mesmo local e ao mesmo tempo (Cohen e Felson, 1979: 589), prendendo-se intimamente com o conceito de crime de ocasião, uma tipologia particular de crime que se baseia num conjunto de circunstâncias contextuais que tornam determinada situação vantajosa para o cometimento de um dado delito. Ou seja, perante o cenário que se afigura ao potencial delinquente, as vantagens são superiores ao risco, tornando assim apeteável um crime não planeado mas que, perante a acessibilidade da situação, se torna quase que inevitável, incitando o indivíduo à sua perpetração (Calixto, 2015: 2). “A variável fundamental não é o número de pessoas dispostas a delinquirem mas a convergência no espaço e tempo de um objeto adequado e a ausência de vigilância, o que consequentemente dará origem ao crime” (Santos, 2011: 42).

A teoria das atividades rotineiras está relacionada com a questão espacio-temporal, elemento crucial no que respeita à interceção dos três elementos supra referidos, visto que a junção destes se faz num determinado espaço a uma determinada altura (Branic, s.d.: 1). O estudo dos padrões geográficos surgiu no século XIX pela mão de Guerrey e Quetelet, e afirma que através deles se pode dizer muito acerca do crime em causa, inclusive se foi planeado, ou se a vítima foi encontrada ocasionalmente no decorrer da rotina quotidiana do predador (Innes, 2004: 151). Além de ajudar a compreender as dinâmicas de um crime já ocorrido, pode também contribuir para a prevenção de futuros crimes através da chamada prevenção situacional, conceito que se refere às “medidas não penais que têm por objectivo impedir a passagem ao acto através da alteração das circunstâncias particulares em que delitos da mesma natureza são cometidos ou poderiam sê-lo” (Cusson, 2011: 204). Visa a alteração das condições envolventes, que propiciam um determinado delito por se afigurarem como vantajosas para o cometimento do mesmo, por forma a passarem a imagem ao eventual delinquente de dificuldade e risco para a perpetração do delito que este possa ter em mente. Cusson (2011: 205) identifica algumas das medidas de prevenção situacional, definindo como

principais exemplos a iluminação das ruas, a vigilância, os obstáculos físicos, o controlo dos acessos e o controlo das armas de fogo. Em termos de prevenção, convém ter também em mente o significado de “prevenção da criminalidade através do desenho urbano”, na medida em que se prende com as “providências a serem tomadas, visando reduzir a probabilidade do acontecimento de delitos, através de modificações no desenho urbano, aumentando assim a sensação de segurança” (Bondaruk cit. por Neto e Vieira, 2014: 58). Esta tipologia de prevenção parte do pressuposto de que o ambiente envolvente irá contribuir ou desincentivar a prática de atos delituosos, tendo assim como principal objetivo a diminuição das oportunidades e o aumento dos riscos e da dificuldade para o infrator, com base em quatro princípios: o controlo do acesso, ou seja, o controlo da entrada e permanência em determinado local; a vigilância natural, que deverá transmitir ao potencial delinquente a ideia de que está a ser observado; o reforço territorial e a manutenção do espaço público, através da conservação e vigia dos espaços de forma a dissuadir impulsos criminosos (Calixto, 2015: 3).

Algumas das críticas feitas a esta teoria relacionam-se com a questão de não esclarecer apropriadamente o conceito de infrator motivado, ou afirmam que não é explícito o papel do contexto no que refere às oportunidades criminais (Branic, s.d.: 3). Para Groff (2007: 76), o principal problema encontra-se na metodologia, a qual considera inadequada perante a complexidade e as variadas dinâmicas das diferentes relações interpessoais, afirmando que a teoria possui um suporte inconsistente, sofrendo de três principais lacunas: fraca consideração da estrutura espácio-temporal; questão metodológica; e desconsideração pelas dinâmicas individuais.

*The rationality and opportunity components of the theory have been subject to more criticism by some authors. Critics have also argued that the theory's basis in the idea of the rational decision makes it only applicable to minor crimes with a smaller emotional component, and never to violent crimes (Miró, 2014: 6).*

### 3.4. Rotinas Femininas e Oportunidades Criminais

A Teoria das Atividades Rotineiras parte do pressuposto de que o agressor já possui motivação, sendo esse um dos três elementos enunciados como necessários para a ocorrência de um crime. Uma das principais críticas que lhe são apontadas prende-se, precisamente, com esta questão. Groof, por exemplo, afirma que existe uma grande desconsideração das dinâmicas individuais e da estrutura espácio-temporal (2007: 76). Também Reckless (Dias e Andrade, 2013: 218) critica as teorias que partem da igualdade, não tendo em conta a diversidade de possibilidades de reação consoante o sujeito em causa, defendendo que a aplicação ao fenómeno de diversas lentes de análise é fundamental. Branick (s.d.: 3) aponta como falha na teoria o fraco esclarecimento do conceito de infrator motivado.

Apesar de a Teoria das Atividades Rotineiras, tal com a Criminologia Ambiental no geral, partir do pressuposto da igualdade, analisando essencialmente a influência dos elementos externos na tomada de decisão do indivíduo, referindo que para a ocorrência de um crime é necessária a convergência, no espaço e no tempo, de um alvo adequado, a ausência de um guardião e um agressor motivado (incluindo a motivação do criminoso nos elementos necessário, não se focando excessivamente nas variáveis que originaram essa motivação), seria mais profícua se visasse mais aprofundadamente os fatores “*a priori*” que levaram à convergência que suscita reações semelhantes independentemente do sujeito em causa. Se assim não for, parece-nos que se poderá tornar uma teoria genérica e de fraca sustentação, analisando apenas a fase final (o encontro dos elementos), sem ter em conta todos os passos que foram dados até esse “*clímax*”.

Consideramos que seria adequado interligá-la com a questão da criminalidade feminina. Apesar da “lente de género” já ter sido aplicada a diversas correntes teóricas da criminologia, a Criminologia Ambiental ainda carece deste ponto de vista, tornando-se assim de todo o interesse juntar as duas áreas de estudo, analisando a sua influência mútua. Também a Criminologia Feminista deveria investir no estudo da Criminologia Ambiental, não se focando tanto na mulher em concreto, analisando também as diversas correntes criminológicas e a sua relação com o sujeito do sexo feminino, beneficiando

assim com a compreensão de teorias que partem da igualdade, visto que ela parte exclusivamente da diferença, podendo ser interessante esta partilha de perspetivas.

Principalmente, pretendemos focar-nos nos supra referidos “elementos *a priori*”, percebendo como as diversas rotinas irão levar o indivíduo, *in casu*, a mulher, a encontrar-se no papel de criminoso motivado com uma oportunidade adequada para cometer determinado delito, relacionando variáveis de personalidade com situacionais.

Assim, neste último ponto será realizada uma sobreposição da teoria das atividades rotineiras, com as diferentes rotinas consoante o género.

Desta forma, duas perguntas se demonstram como fundamentais para compreender a questão:

- De que forma as diferentes rotinas em função do género influenciam a prática criminal?
- Existem verdadeiramente crimes femininos e masculinos (em termos de diferenças patológicas e sociais em função do género), ou é tudo uma questão de oportunidade?

Como referido nos capítulos anteriores, todo um processo histórico, cultural e social, levou a que as mulheres fossem associadas e confinadas à esfera privada, enquanto a pública é considerada como território masculino, sendo elas consideradas como guardiãs do lar e eles como criadores da moral e mediadores da cultura e das normas formais e sociais (Daly e Chesney-Lind, 1988: 510). Esta realidade tornou as oportunidades de trabalho remunerado e fora de casa mais restritas para os sujeitos do sexo feminino, ficando muitas vezes limitadas a profissões relacionadas com o lar e os cuidados familiares (Oliveira, 2001: 31). Estas diferentes esferas de circulação (em termos de meio social e mercado de trabalho) levam a diferenças de género no que respeita à tipologia de crimes cometidos, fazendo com que cada um atue através das oportunidades que lhes surgem na esfera onde circulam (*idem*, 2001: 74).

Embora a mulher participe do mundo público, com seu trabalho, ela continua mais retraída ao lar do que o homem, o que a expõe em menor grau ao crime. Dessa forma, a mulher comete apenas os crimes específicos denominados “crimes femininos”, pela própria debilidade física, sensibilidade, emotividade e não-participação no mundo social. Só lhes são atribuídos os crimes relacionados aos atributos de ordem biológica que influenciam uma ação delituosa típica na mulher: o aborto, procurado indistintamente por qualquer mulher e ocasionado por vários fatores; o infanticídio, quando a mãe mata o próprio filho, e o maritícídio, quando a mulher mata o marido (Oliveira, 2001: 75).

Adler e Simon relacionam o aumento da criminalidade feminina com o processo de emancipação. De que forma este processo contribuiu para tal? Através da entrada cada vez maior da mulher na esfera pública, antes dominada quase exclusivamente por elementos masculinos. Enquanto Adler defende que o aumento da criminalidade feminina se deve à adoção de comportamentos masculinos (processo de masculinização), um dos quais a aptidão para o crime, Simon afirma que este está relacionado com o aumento de oportunidades para delinquir oferecidas às mulheres através da sua emancipação, que lhes veio dar acesso não só a mais oportunidades legais, como também a ilegais (Daly e Chesney-Lind, 1988: 510).

O acesso das mulheres a esta esfera não só veio contribuir para o incremento dos seus papéis enquanto agressoras, como contribuiu também para o aumento das taxas de vitimização feminina, visto que as atividades decorridas fora do lar representam novos riscos em comparação com que as que se realizam dentro do mesmo (Miró, 2014: 2). Também ocorreu uma certa modificação em termos de delitos praticados: com a entrada das mulheres no mundo do trabalho, as residências passaram a estar mais tempo vazias e desprotegidas, levando ao aumento do furto residencial (Branic, s.d.: 3).

O que analisamos nesta dissertação não é a possibilidade de as mulheres se tornarem mais “masculinas” com a sua entrada na esfera pública, ideia que preconiza o crime como uma realidade exclusivamente masculina, apenas adotada por mulheres em situações excecionais. Examinamos, sim, a realidade de que, com a sua entrada na esfera pública, estas começaram a ter acesso a maiores e mais diversificadas oportunidades criminais. Ou seja, a perspetiva de que o crime não é uma questão masculina ou feminina, mas sim uma questão de oportunidade, visto que a criminalidade feminina aumenta substancialmente a partir do momento em que ambos

os sexos passam a ter as mesmas oportunidades de acesso, tanto a situações legais como ilegais, demonstrando que aquilo que era considerado um “comportamento masculino” se afigura apenas como um “comportamento circunstancial”, afetando também os sujeitos femininos quando expostos a oportunidades. Esta questão carece de estudos mais aprofundados para que se consiga perceber detalhadamente o que diferencia os crimes de ambos os sexos e o porquê, para que se compreenda se existe mesmo uma tipificação criminal em matéria de género.



## Capítulo 4

### **Metodologia**

Este capítulo será dedicado à análise metodológica, ou seja, aos métodos e procedimentos de pesquisa que tornam possível a análise científica do objeto de estudo (Silva e Pinto, 2014: 9), do trabalho em curso. A sua principal finalidade é organizar e estruturar criticamente os objetivos, métodos, metas e conceitos a empreender na investigação, de forma a traçar a estratégia que irá conduzir à produção de resultados através da interação entre a teoria e a experiência (Quivy e Campenhoudt, 2013: 25).

Antes de mais, será conveniente distinguir o conhecimento científico do conhecimento do senso-comum, de forma a demonstrar que as metodologias que pretendemos seguir se enquadram nos critérios de rigor científico que originam a produção de conhecimento sustentado e credível. Segundo Sousa e Baptista (2011: 6) “O conhecimento científico pode ser definido como o conhecimento racional, sistemático, exacto e verificável da realidade. Este conhecimento tem como origem o uso de procedimentos e regras baseados na metodologia científica”.

Para Eco (2015: 58) a pesquisa científica deve preencher os seguintes requisitos:

- 1) Objeto bem definido e identificável;
- 2) Produzir conhecimento novo ou novas óticas sobre um determinado assunto;
- 3) Deve ser útil;
- 4) Deve testar as suas hipóteses, de forma a confirmá-las ou rejeitá-las;
- 5) Deve contribuir para o desenvolvimento do conhecimento.

Já Bachelard (cit. por Quivy e Campenhoudt, 2013: 25) afirma que existem três etapas para que o conhecimento se possa intitular de científico:

- 1) Rutura com os preconceitos: visa o abandono das ideias pré-concebidas baseadas em conhecimento vulgar e evidências do senso comum sem qualquer tipo de confirmação adjacente. Parece-nos pertinente evocar o exemplo ilustrativo de

Silva (2014: 32) a respeito da rutura com os preconceitos de forma a produzir conhecimento científico: é comum afirmar-se que existem comportamentos tipicamente masculinos e femininos. O autor defende que esta é uma visão preconcebida baseada em ideias derivadas do senso comum que consideram as diferenças biológicas e psicológicas entre sexos como impulsionadoras de comportamentos e destinos determinísticos, descuidando os fatores sociais e culturais que, regra geral, estão na origem desta discriminação.

- 2) Construção baseada na razão: construção fundamentada num quadro teórico explícito e racional.
- 3) Verificação através dos factos.

A investigação em ciências sociais segue um procedimento análogo ao do pesquisador de petróleo. Não é perfurando ao acaso que este encontrará o que procura. Pelo contrário, o sucesso de um programa de pesquisa petrolífera depende do procedimento seguido [...] no que respeita à investigação social, o processo é comparável. Importa, acima de tudo, que o investigador seja capaz de conceber e de pôr em prática um dispositivo para a elucidação do real, isto é, no sentido mais lato, um método de trabalho (Quivy e Campenhoudt, 2013: 15).

Após esta referência, passamos à exposição do objeto de estudo, das perguntas e das hipóteses de investigação.

#### **4.1. Objeto de Estudo, Pergunta de Partida e Hipóteses de Investigação**

O objeto de estudo da dissertação é a análise da mulher no universo criminal, com principal destaque para a particularidade de estas cometerem menos delitos do que os homens. Pretendemos articular a criminalidade feminina com a teoria das atividades rotineiras, de forma a perceber como ambas se relacionam e de que forma a última influencia a primeira no sentido de servir como explicação para o menor índice de crimes cometidos por mulheres.

Formulámos a seguinte questão de partida:

- Qual a relação entre as atividades rotineiras e a incidência de sexos no fenómeno criminal?

À primeira vista poderá parecer um tema bastante amplo e abrangente, o que não é o mais adequado e desejável neste tipo de trabalho de investigação. “Quanto mais se restringe o campo, melhor se trabalha e com maior segurança” afirma Eco (2015: 43), defendendo que um tema muito abrangente levará a uma maior probabilidade de cometimento de erros por omissão e a uma maior oportunidade de contestação dos argumentos defendidos.

Por isso mesmo, convém esclarecer desde já que o objetivo desta investigação não será estudar toda a história das mulheres desde os seus primórdios até à atualidade. Pretendemos, sim, começar com um breve enquadramento histórico, selecionando momentos que, segundo a nossa perspetiva, se apresentam como adequados para figurar no estudo. A pertinência desta etapa pode ser considerada desnecessária, mas como compreender a evolução feminina em termos criminais sem conhecer e explorar os vários ângulos da história das mulheres?

Depois da revisão histórica, delimitámos o objeto de estudo para a mulher criminosa, direcionando a nossa atenção para este campo mais concreto por forma a terminar com a enunciação da teoria das atividades rotineiras.

Assim, propomos as seguintes hipóteses de investigação, ou seja, as “respostas provisórias e relativamente sumárias que guiarão o trabalho de recolha e análise dos dados e que terão, por sua vez, de ser testadas, corrigidas e aprofundadas por ele” (Quivy e Campenhout, 2013: 111):

#### Hipóteses

- 1- Estão as mulheres mais confinadas à esfera privada em comparação com os homens?
- 2- Estará o quotidiano feminino mais sobrecarregado do que o masculino?
- 3- Estarão os homens mais expostos a oportunidades criminosas em comparação com as mulheres?
- 4- Passarão os crimes femininos mais despercebidos do que os masculinos?
- 5- De que maneira as diferentes formas de socialização de género influenciam o comportamento criminal?

6- Existem verdadeiramente crimes tipicamente femininos e masculinos (em termos de diferenças patológicas e sociais em função do género), ou é tudo uma questão de oportunidade?

Selecionaram-se estas seis hipóteses considerando que são as mais pertinentes para a concretização dos objetivos propostos. A resposta às mesmas irá confirmar, ou não, a influência da rotina na incidência criminal consoante os géneros.

#### **4.2. Métodos e Técnicas de Investigação Selecionados**

Para responder aos objetivos propostos no âmbito do trabalho iremos recorrer à análise de estatísticas criminais (Relatório Anual de Segurança Interna, Instituto Nacional de Estatística). Como técnicas de investigação principais, selecionámos a pesquisa bibliográfica e a entrevista a especialistas na área em questão, tendo em vista a sua adequação ao estudo e a escassez de recursos disponíveis.

Em primeiro lugar, sendo a nossa investigação exploratória e descritiva, visando a enunciação de uma realidade pouco estudada de forma a esclarecê-la sucintamente e levantar hipóteses de entendimento inovadoras, a abordagem mais adequada será, segundo Sousa e Baptista (2011: 35), a qualitativa, que se centra na análise e compreensão dos problemas. Existem três técnicas de recolha de dados adequadas para operacionalizar as investigações qualitativas: entrevista, observação e análise documental (*idem*, 2011: 79). Selecionámos a análise documental como técnica principal da nossa investigação. De forma a completá-la, iremos também recorrer à entrevista.

Leituras e entrevistas exploratórias devem ajudar a constituir a problemática de investigação. As leituras ajudam a fazer o balanço dos conhecimentos relativos ao problema de partida; as entrevistas contribuem para descobrir os aspectos a ter em conta e alargam ou rectificam o campo de investigação das leituras. Uma e outras são complementares e enriquecem-se mutuamente. As leituras dão um enquadramento às entrevistas exploratórias e estas esclarecem-nos quanto à pertinência desse enquadramento [...] as entrevistas exploratórias têm, portanto, como função principal revelar determinados aspectos do fenómeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim, completar as pistas de trabalho sugeridas pelas suas leituras (Quivy e Campenhoudt, 2013: 69).

Em segundo lugar, a questão dos recursos limitados influenciou e condicionou a escolha dos métodos a empreender. Inicialmente contemplámos, para além da revisão bibliográfica, a hipótese de levarmos a cabo entrevistas biográficas a reclusas do sexo feminino, de forma a conhecer os seus estilos de vida, os crimes que cometeram e as suas principais motivações, método este que, a nosso ver, seria o mais adequado para o estudo. Por uma questão de escassez de recursos, tais como os financeiros, o tempo, a disponibilidade e os obstáculos burocráticos, optámos pelas entrevistas a especialistas na área, técnica que também se afigura como bastante adequada.

Ao formular a pergunta de partida, um investigador deve assegurar-se de que os seus conhecimentos, mas também os seus recursos em tempo, dinheiro, meios logísticos, lhe permitirão obter elementos de resposta válidos. O que é concebível para um centro de investigação bem equipado e para investigadores com experiência não o é forçosamente para quem não dispõe de recursos comparáveis [...] os investigadores subestimam quase sempre as restrições materiais, particularmente as de tempo [...] em consequência, uma boa parte das informações recolhidas é subexplorada e a investigação termina num *sprint* angustiante, durante o qual nos expomos a erros e negligências (Quivy e Campenhoudt, 2013: 53).

Por fim, concluímos ainda que a entrevista a especialistas possuía algumas vantagens relativamente à entrevista biográfica a reclusas, visto que neste último caso as informações poderiam ser enviesadas pela eventual necessidade sentida pelas entrevistadas em justificar as suas ações, fornecendo assim a ilusão de transparência na resposta, quando na verdade, o facto de estarem diretamente envolvidas na realidade explorada, leva a uma visão parcial, pessoal e subjetiva da mesma (Quivy e Campenhoudt, 2013: 72).

#### **4.2.1. Pesquisa Bibliográfica / Análise Documental**

“Não há nada mais prático do que uma boa teoria”

(Kurt Lewin cit. por Jesuíno, 2014: 246).

A nossa dissertação terá um carácter teórico, trabalhando um problema que já foi, no passado, refletido por outros autores. Desta forma, é imprescindível que se proceda a uma pesquisa bibliográfica detalhada para se conhecer estes trabalhos sobre o mesmo tema, afigurando-se esta uma técnica adequada aos nossos objetivos.

A pesquisa documental- apesar de, por definição, se basear no que já existe- pode, no entanto, contribuir para produzir materiais empíricos novos: a criatividade do investigador levá-lo-á por vezes a documentar-se de maneira inovadora, recorrendo a fontes existentes mas até então inexploradas, porque ninguém antes pensara em utilizá-las, ou pelo menos em utilizá-las dessa maneira (Saint-Georges, 2011: 30).

Convém não cair no preconceito de subvalorizar a revisão bibliográfica. Esta requer tanto rigor metodológico e científico quanto as outras técnicas de recolha de dados (Quivy e Campenhoudt, 2013: 66). É a sustentação teórica que vai impulsionar a necessidade de recolha de mais informações através da entrevista, além de que ajuda na produção de novos conhecimentos através de relações inovadoras entre conceitos já conhecidos (Almeida e Pinto, 2014: 55). No nosso caso em particular, pretendemos articular o resultado da soma da criminalidade feminina com a teoria das atividades rotineiras.

Outro motivo que justifica a pesquisa bibliográfica nesta dissertação é a pré-existência dos dados necessários. Sendo assim, considerando que eles já estão disponíveis e ao nosso alcance, apenas será necessário proporcionar-lhes uma sustentação mais firme no que respeita às rotinas quotidianas femininas, âmbito onde existe menos informação disponível (Saint-Georges, 2011: 16)

Desiludam-se, pois, os que creem poderem aprender a fazer investigação social contentando-se com o estudo das técnicas de investigação: terão também de explorar as teorias, de ler e reler as investigações exemplares e de adquirir o hábito de reflectir antes de precipitarem sobre o termo ou sobre os dados, ainda que seja com as técnicas de análise mais sofisticadas. Quando um investigador inicia um trabalho, é pouco provável que o assunto tratado nunca tenha sido abordado por outra pessoa, pelo menos em parte ou de forma indirecta [...] [por isso é] indispensável tomar conhecimento de um mínimo de trabalhos de referência sobre o mesmo tema ou, de modo mais geral, sobre problemáticas que lhe estão ligadas, seria ao mesmo tempo absurdo e presunçoso acreditar que podemos pura e simplesmente passar sem esses contributos, como se estivéssemos em condições de reinventar tudo por nós próprios (Quivy e Campenhoudt, 2013: 50).

Por último, recorrer às entrevistas sem uma boa base teórica seria inútil, visto que “as operações de leitura visam essencialmente assegurar a qualidade da problematização, ao passo que as entrevistas e os métodos complementares ajudam especialmente o investigador a ter um contacto com a realidade vivida pelos actores sociais” (Quivy e Campenhoudt, 2013: 49). Assim, a utilização dos dois métodos é essencial de forma a complementarem-se mutuamente.

#### 4.2.2. Entrevista

É pertinente optar-se pelo uso da entrevista enquanto método de investigação quando não existam dados explícitos e concretos sobre o assunto que queremos explorar, vendonos assim obrigados a obtê-los (Ruquoy, 2011: 86). No que respeita às rotinas e ao quotidiano feminino não conseguimos dados explícitos. Por isso, decidimos recorrer a entrevistas direcionadas a especialistas na área. Em primeiro lugar, para que estes nos fornecessem respostas à questão em causa. Em segundo, servirá para a troca de pontos de vista sobre o assunto, para que o estudo não se torne demasiado tendencioso, aludindo apenas à visão do investigador com base na análise das informações recolhidas e analisadas (Quivy e Campenhoudt, 2013: 53). Além disso, a mesma servirá de complemento à pesquisa bibliográfica, como já foi supra referido.

Optámos por uma entrevista semi-diretiva, possuindo um guião bem definido (anexo 1) para que o entrevistado possa estruturar o seu pensamento em torno da questão a abordar, mas possibilitando-lhe também a liberdade de ir mais além e exprimir-se naturalmente, deixando fluir o seu pensamento sem grandes restrições (Sousa e Baptista, 2011: 80), composta por questões abertas, possibilitando ao entrevistado a “possibilidade de exprimir e justificar livremente a sua opinião” (*idem*, 2011: 81), e intensiva, centrando-se em especialistas que não foram “escolhidos em função da importância numérica da categoria que representam, mas antes devido ao seu carácter exemplar” (Ruquoy, 2011: 103), visando observações estrategicamente recolhidas e tratadas em profundidade (Hiernaux, 2011: 172) e contendo perguntas sobre cada uma das hipóteses pré-estabelecidas (Quivy e Campenhoudt 2013: 181).

Os melhores materiais são aqueles em que os sujeitos se exprimem à sua maneira, com o mínimo de restrições ou de induções externas e igualmente com a maior riqueza em conteúdos e em combinações de sentido (Hiernaux, 2011: 169).

Posto isto, apresentamos brevemente as cinco informantes privilegiadas, focando as suas áreas de trabalho que as tornam especialistas imprescindíveis para o nosso estudo:

1. Doutoranda Ana Guerreiro: Licenciada em Criminologia e Mestre em Medicina Legal, desempenha funções de prevenção da violência de género na União de Mulheres

Alternativa e Resposta. É investigadora na Unidade de Investigação em Criminologia e Ciências do Comportamento.

2. Doutora Dália Costa: Licenciada em Política Social, Mestre em Sociologia e Doutora em Sociologia da Família. É vice-coordenadora, co-fundadora e investigadora do CIEG; coordenadora da Pós-Graduação em Criminologia e Reinserção Social no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Desenvolve trabalho na área da Criminologia, Vitimologia e Género.

3. Doutora Irene Vaquinhas: Licenciada, Mestre e Doutora em História. É professora catedrática na Universidade de Coimbra. Foi fundadora e vice-presidente da Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres de 1993 a 2007.

4. Doutora Isabel Ventura: Doutora em Sociologia pela Universidade do Minho e Mestre em Estudos sobre as Mulheres, pela Universidade Aberta. Desenvolve investigação sobre regulação da sexualidade, crimes sexuais e justiça. É co-coordenadora da rede de investigadores emergentes da APEM e coordena o seminário de mestrado em Género e Direito na Universidade Católica do Porto.

5. Doutora Sónia Caridade: Licenciada em Psicologia, Mestre e Doutora em Psicologia da Justiça. Regente da unidade curricular “Criminalidade Feminina” na Universidade Fernando Pessoa, de Setembro de 2009 a Julho de 2010.



## **Análise e Discussão dos Resultados**

A irrelevância estatística da prática de crime por parte das mulheres e a sua diminuta taxa de reincidência criminal contribuíram para que, durante muito tempo, a prática do crime por parte das mulheres fosse negligenciada. Ainda hoje, a abordagem teórica e empírica do crime parte essencialmente da análise do comportamento dos homens, por serem estes a grande maioria dos autores do crime (Machado, 2008: 102).

Após a revisão bibliográfica elaborada até aqui e a exposição das estatísticas criminais, resta-nos proceder a uma súmula conclusiva que contribua para a resposta à interrogação presente no título: "A Mulher no Crime: Submissa ou Subtil?". Apresentamos quatro das explicações sobre o fenómeno, sugeridas ao longo do tempo por vários autores, umas em prol da submissão, outras da subtileza: maior controlo social exercido sobre as mulheres; Tese do Galanterio; confinção das mulheres à esfera privada; subestimação dos crimes femininos.

1. Controlo Social: segundo Matos (2006: 10), existem três formas principais de controlo exercidas sobre as mulheres: controlo informal, referindo-se à regulação dos comportamentos através das respostas sociais; controlo por parte da estrutura familiar e controlo formal por parte da lei. Devido a uma grande influência histórica e cultural, as jovens do sexo feminino estão sujeitas a um controlo informal e a uma vigilância, por parte dos progenitores ou de outros cuidadores, muito mais rigorosos do que os seus pares masculinos, surtindo implicações nos seus comportamentos. São-lhes impostas mais restrições e exigidas mais justificações, ensinando-as a serem passivas e educadas, enquanto os rapazes são influenciados a assumir os riscos e apresentarem bravura e espírito aventureiro (Matos, 2006: 13). Chesney-Lind (cit. por Simões, 2011: 130) afirma que esse maior controlo origina nas mulheres uma maior conformidade para com as normas sociais e afasta-as dos comportamentos considerados de risco e, consequentemente, das práticas criminais.

As mulheres, ao longo da história, têm sido vítimas de uma armadilha social que as coloca numa posição de fragilidade e de docilidade, características responsáveis por uma construção de um estereótipo de pessoas menos capazes. Em matéria criminal, as mulheres também eram consideradas, fruto da tão aclamada docilidade, muito menos capazes de cometer crimes que os homens e quando os cometiam, seria sempre sob a influência de um homem ou por motivos de paixão. Essa suposta incapacidade para o mundo do crime é um dos

elementos que ajuda a fortalecer o universo feminino como inferior nos diversos campos sociais (Faria, 2008: 163).

No campo das hipóteses, esta realidade pode dar origem a que as mulheres passem mais despercebidas enquanto suspeitas de um determinado crime, visto serem encaradas como incapazes da prática do mesmo, sendo este estereótipo um fator que ajuda à “subtileza” dos crimes cometidos pelas mesmas. Será que incorrem, efetivamente, em menos comportamentos criminais, ou são descredibilizadas, negligenciadas e subvalorizadas enquanto suspeitas?

2. Tese do Galanterio: numa segunda linha de pensamento, explica-se a menor taxa de criminalidade feminina através da “Tese do Galanterio”. Elaborada por Otto Pollak nos anos cinquenta, defende que grande parte dos crimes femininos passa despercebida, visto que a maioria decorre na esfera privada e que, segundo o autor, as mulheres são especialistas na arte do encobrimento dos seus atos. Afirma também que, quando detidas, são tratadas de forma mais branda pelo sistema penal de justiça, visto serem consideradas como mais frágeis e menos perigosas, saindo assim beneficiadas (Duarte e Carvalho, 2013: 32), não se verificando esta situação nos casos em que elas transgridem gravemente o papel de género que lhes é socialmente imposto, ou seja, quando incorrem, por exemplo, em delitos que ponham em causa a sua credibilidade enquanto mãe ou esposa.

*Feminist criminologists sought to rectify the inadequacies of classic criminology by employing new methodologies [...] In 1950, Pollak suggested that crimes committed by women went largely underreported or hidden. Pollak alleged that women were particularly skilled at hiding their crimes due to female biology [...] He claimed that women learned to hide the pain and discomfort of menstruation from men and were also able to fake interest in sexual intercourse in a way that men could not. He also suggested that domestic role of women gave them the opportunity to hide crimes such as sexually abusing their children or poisoning relatives (Lise, 1994: 4).*

3. Esfera Privada: teoria de que a mulher comete menos delitos pelo facto de, em consequência da divisão sexual do trabalho, estar mais confinada à esfera privada (esfera do indivíduo e da família), enquanto a esfera pública (esfera da sociedade, da economia, do Estado, entre outros), onde abundam as oportunidades criminais, é ocupada predominantemente por homens (Machado, 2004: 4). Apesar de, na atualidade, o papel da mulher ter sofrido mudanças, esta assimilação dos papéis sociais leva as

mulheres a conformarem-se com o estatuto que lhes é atribuído, não aderindo a meios criminosos, tanto pelo menor acesso a oportunidades, como pelas barreiras psicológicas originadas pela educação patriarcal que as impedem e afastam do crime (Barcinski, 2009: 1844). Nesta linha de reflexão, Adler e Simon, em 1975, sugeriram que a emancipação feminina e a igualdade de oportunidades para ambos os sexos, que originaram a entrada da mulher no espaço público oferecendo-lhes uma panóplia mais alargada de oportunidades, fariam subir drasticamente a taxa de criminalidade feminina (Simões, 2011: 129; Gomes e Granja, 2015: 12), vindo este facto contribuir para a sustentação do argumento de que as mulheres estão confinadas à esfera doméstica e condicionadas pela discriminação de género, não possuindo assim oportunidades e aspirações criminosas (Daly e Chesney- Lind, 1988).

Os papéis domésticos que as mulheres exercem, assim como o controlo a que estão sujeitas, traduzem-se numa desigualdade de oportunidades criminais disponíveis, comparativamente com as que são oferecidas aos indivíduos do sexo oposto. O reforço do domínio masculino resulta assim da imposição de inferioridade da mulher, cuja situação de dependência, física, emocional ou económica, limita as suas oportunidades nos diferentes quadrantes da vida social, incluindo a própria actividade criminal. Um dos principais exemplos a este nível, já aqui referido, consiste no facto de às mulheres, por ocuparem menos cargos de poder, não serem proporcionadas tantas oportunidades para participarem em crimes de colarinho branco (S. Brown, 1998). Outro exemplo diz respeito à participação das mulheres em determinados tipos de organização criminal (e.g., tráfico de droga), onde ocupam posições de inferioridade de poder, replicando o seu estatuto na sociedade (Matos, 2006: 24 e 25).

Lemgruber (cit. por Souza, 2006: 12), possui uma opinião distinta da de Adler e Simon afirmando que as mulheres, com o processo de emancipação, passam a ter mais oportunidades mas menos tempo e necessidade, isto em termos de crimes de cariz económico. Partiu da premissa de que, com a diminuição das diferenças sócio-económico-estruturais entre homens e mulheres, o número de reclusas iria aumentar exponencialmente. Mas isto não se verificou. A autora propõe então duas explicações para o fenómeno:

1. As mulheres possuem diferentes motivações para a perpetração criminal: no que respeita a crimes patrimoniais, em grande parte, praticam-nos em caso de necessidade e carência económico-financeira. Logo, ao diminuírem as diferenças sócio-económicas entre ambos os sexos, irão existir cada vez mais mulheres

empregadas, auto-suficientes e independentes economicamente. O facto de terem acesso a um maior número de oportunidades criminais não significam que incorram no crime.

- II. Dupla jornada: a entrada feminina na esfera pública levou a que estas estejam muito mais ocupadas, possuindo agora um papel ativo no mundo laboral além do trabalho doméstico, onde continua a existir uma desigual distribuição das tarefas.

4. Subestimação dos crimes femininos: Por fim, existe a hipótese, intimamente relacionada com a Tese do Galanterio por parte do sistema, de que os crimes cometidos por mulheres são mais subestimados, menos visíveis, menos denunciados e menos sancionados do que os cometidos por homens, ficando estas impunes e sem cadastro na maior parte das vezes, dissimulando-se assim nas cifras negras do crime (Pollak cit. por Matos, 2006: 72). Otto Pollak oferece quatro argumentos que sustentam esta tese (Ishiy, 2014: 65):

- 1) Os crimes comumente cometidos por mulheres, devido à sua pequena dimensão e intensidade, poucas vezes são comunicados às autoridades
- 2) Os homens vitimizados por mulheres sentem que o seu dever é protegê-las, o que os leva a não as denunciarem. Noutros casos deve-se a uma questão de orgulho, como se a sua masculinidade fosse diminuída, o que os leva a sentirem vergonha de se assumirem publicamente como vítimas.
- 3) O confinamento feminino à esfera doméstica leva a que os poucos crimes que cometem se desenrolem nessa mesma esfera, tornando-se muito mais simples camuflarem as suas condutas desviantes.
- 4) As mulheres usufruem de um tratamento mais brando pelo sistema de justiça criminal, sendo condenadas menos vezes e, quando condenadas, sofrem penas mais leves em comparação com as masculinas.

Esta desvalorização das aptidões femininas para a criminalidade constitui um grande perigo, pois pode cair-se no erro de pensar que as mulheres não precisam

de grande investimento a diversos níveis por não constituírem uma ameaça para a sociedade. Assim, menosprezando-se o sexo feminino, ignorando-o, abre-se-lhe um caminho seguro para o cometimento de grandes delitos, visto que não se desconfia delas, julgando-as como incapazes (Duarte e Vieites-Rodrigues, 2015: 24).

*Due to the fact that male were the main offenders, theorists tended to concentrate on males. Females were regarded as somewhat less of a problem, thus considered to entail no need for research ... Historically theories about women's criminality have ranged from biological to psychological and from economic to social ... Classical theorists studied female offenders with great emphasis on the role of biology and physiology (Lise, 1994: 3).*

Colmatamos o nosso estudo com uma súmula conclusiva que resume concisamente as respostas às hipóteses de investigação, tomando por base toda a revisão bibliográfica apresentada nos capítulos anteriores e as respostas de especialistas recolhidas através de entrevistas (apresentadas em anexo).

### Hipóteses:

#### **1- Estão as mulheres mais confinadas à esfera privada em comparação com os homens?**

Com a emancipação das mulheres, assistimos a uma progressiva integração sua no mercado de trabalho, mas ainda assim estas, comparativamente com os homens, continuam inevitavelmente mais confinadas à esfera privada. A meu ver, isto é algo que perdurará pois continuam a existir certos estereótipos de género que fomentam tal tendência (Caridade, 2016).

Sim. A evolução do papel feminino ao longo das diversas épocas históricas, como descrito no primeiro capítulo, tem sido direccionado para a esfera privada, enquanto os homens são os principais elementos da esfera pública.

Dália Costa (2016) acrescenta que esta realidade constata-se desde tenra idade, visto que as meninas são incentivadas a permanecer em casa e os meninos a fazerem um estilo de vida de “rua”, fora do lar. Isto tem o seu ponto positivo, levando as meninas a dedicarem-se mais à progressão escolar, obtendo assim um maior sucesso académico. “Apesar disto, possuem um nível salarial mais baixo em comparação aos homens, sendo

este diferencial salarial justificado com o argumento de que elas possuem uma maior responsabilidade no que respeita ao espaço residencial, tarefa socialmente atribuída às mulheres. E, paradoxalmente, conforme possuem aptidões académicas e posições hierárquicas mais elevadas, mais notórias são as diferenças salariais em relação aos pares masculinos” (Costa, 2016). Ana Guerreiro (2016) defende a necessidade de mudar esta tendência de socialização, apelando à desconstrução dos papéis de género, especialmente por uma questão evolutiva.

Em termos criminais, o confinamento à esfera privada poderá contribuir para a subtileza da criminalidade feminina, tornando propício o cometimento de determinados tipos de crime: “a sua posição, no espaço privado, seria igualmente instrumental para alcançar com sucesso a impunidade, ou por recorrerem a formas sub-reptícias de «matar» ou por as suas ofensas recaírem sobre vítimas especialmente vulneráveis para utilizarem meios de delação” (Simões, 2011: 133).

## **2- Estará o quotidiano feminino mais sobrecarregado do que o masculino?**

Ana Guerreiro, Dália Costa, Isabel Ventura e Sónia Caridade (2016), afirmam que sim.

Uma das justificações sugeridas prende-se com o conceito de “dupla jornada”: além dos compromissos profissionais, as mulheres possuem ainda grande parte dos compromissos domésticos, visto continuarem associadas a este papel, estando encarregues das tarefas de manutenção diária do lar. Esta divisão assimétrica das tarefas, leva a que as mulheres estejam mais sobrecarregadas em comparação aos homens, possuindo diariamente, em média, mais duas horas e meia de trabalho não remunerado.

Irene Vaquinhas (2016) exprime uma opinião um pouco diferente, defendendo que o quotidiano está dependente dos estratos sociais. Apesar de o quotidiano feminino parecer sem dúvida mais sobrecarregado do que o masculino, é necessário ter em conta que ele irá diferir consoante a classe social.

Esta dupla jornada, acentuada pela emancipação feminina, leva a mulher a assumir, para além do papel doméstico e familiar, um papel económico e profissional, verificando-se um quotidiano cada vez mais sobrecarregado. Do ponto de vista criminal, pode dizer-se

que os sujeitos do sexo feminino têm menos tempo e oportunidades de planejar e cometer delitos comparativamente aos do masculino. A crise da masculinidade veio acentuar esta realidade, levando a que as mulheres assumam ainda mais responsabilidades, enquanto os homens tentam repor a sua consciência e postura social, demonstrando que não é apenas o papel feminino que se metamorfoseia, verificando-se mudanças também no masculino. Uma dessas mudanças prende-se com a desconstrução do conceito de masculinidade hegemónica, que consiste num conjunto de práticas padronizadas e normativas atribuídas aos homens para que sejam dignos desse “estatuto”, incorporando “a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens” (Connel e Messerschmidt, 2013: 245).

O conceito [masculinidade hegemónica] também influenciou a criminologia. Todos os dados refletiam que os homens e os meninos perpetravam mais os crimes convencionais – e os mais sérios desses crimes – que as mulheres e as meninas. Para além, os homens mantinham um monopólio virtual sobre determinadas formas de crime, como crimes em sindicatos e crimes de colarinho-branco. O conceito de masculinidade hegemónica contribuiu na teorização da relação entre masculinidades e uma série de crimes,<sup>34</sup> e foi também usado em estudos sobre crimes específicos de homens e meninos, tais como estupro na Suíça, assassinato na Austrália, hooliganismo no futebol americano e crimes do colarinho-branco na Inglaterra, além da agressão violenta nos Estados Unidos (Connel e Messerschmidt, 2013: 246).

### **3- Estarão os homens mais expostos a oportunidades criminosas em comparação com as mulheres?**

É inegável que os homens constituem os principais agentes criminais e uma das principais explicações reside precisamente no facto de estes terem mais oportunidades para a prática dos crimes que as mulheres, sendo certo que isto ainda se mantém (Caridade, 2016).

Esta questão relaciona-se com os diferentes estilos de vida e de aprendizagem. Em termos educativos, as mulheres são remetidas para a submissão e os homens para a agressão. No que respeita ao estilo de vida, os jovens do sexo masculino têm uma maior tendência a saírem desacompanhados em comparação com os do sexo feminino. Segundo Dália Costa (2016), também os locais frequentados são diferentes e existe uma

discrepância muito grande no que respeita ao acesso, ao uso e ao porte de armas por parte de ambos os sexos.

O incentivo à violência, o estilo de vida, a menor vigilância dos sujeitos do sexo masculino, a maior facilidade de acesso a armas e a circunstâncias propícias a utilizá-las, leva a que estes estejam mais expostos não só a oportunidades criminosas, como também a situações de vitimação.

Os sujeitos do sexo feminino, ao não ocuparem tantos cargos de poder como os homens, não estão tão expostos a oportunidades criminais. Se existisse uma fação igual, e existissem mais mulheres em cargos de poder com acesso a oportunidades criminais, talvez a taxa e criminalidade feminina fosse mais elevada (Guerreiro, 2016).

Assim constata-se que o crime, grande parte das vezes, depende do contexto em que nos inserimos e das oportunidades que ele nos oferece. Isabel Ventura (2016), no que a esta afirmação diz respeito, acrescenta que, independentemente das oportunidades, depende do sujeito a decisão final. Ou seja, mesmo que as oportunidades sejam superiores para um dos sexos, isto não significa que se verifique uma maior taxa de criminalidade do mesmo, interferindo aqui a questão da socialização e da aprendizagem, que poderá tornar os sujeitos masculinos mais inclinados para a perpetração de delitos tendo em conta a sua educação mais virada para a violência, agressão e pro-atividade.

#### **4- Passarão os crimes femininos mais despercebidos do que os masculinos?**

Quanto à subtileza da criminalidade feminina, todas as entrevistadas partilham da mesma opinião: existe uma dependência com o tipo de crime, o “tipo” de mulher, a classe e o contexto social onde esta se insere.

Não é que os crimes femininos passem mais despercebidos, apesar de em determinados casos, devido essencialmente ao *modus operandi* a que recorrem, elas se apresentarem como criminosas mais contidas e organizadas em comparação com os homens. O que se verifica é que a mulher, por um lado, é mais desculpabilizada penalmente apelando ao seu papel maternal e de cuidado familiar e, por outro, punida mais severamente ao



cometer delitos que transgridam os papéis socialmente impostos (crimes relacionados com a maternidade).

### **5- De que maneira as diferentes formas de socialização de género influenciam o comportamento criminal?**

É inegável que, ao longo dos tempos, têm-se verificado divergências na educação consoante o sexo: as mulheres são educadas e instruídas para a submissão e passividade, ao passo os homens são remetidos para a agressividade e pro-atividade. Acrescenta-se ainda que, em termos de controlo, tanto formal como informal, as mulheres são sujeitas a um maior escrutínio em todos os aspetos da sua vida: são-lhes pedidas mais justificações para as suas ações, impostas regras mais rígidas e julgamentos mais áridos em comparação com os sujeitos masculinos que, desde jovens, são incentivados a tornarem-se aventureiros, independentes e destemidos.

Devemos ter em conta a relação entre a educação e a envolvente: não apenas o género, mas também o ambiente social onde o sujeito está inserido irão influenciar a sua educação:

Pessoas oriundas de meios mais violentos terão uma maior propensão para a violência do que pessoas oriundas de um contexto onde exista uma grande censura de comportamentos criminais. Ou seja, toda a questão criminal não se prende apenas com o género, mas também com o contexto social e a educação recebida (Ventura, 2016).

As diferentes posturas perante a vida assumidas por parte de mulheres e homens, derivadas, em grande parte, do processo educativo aplicado a cada um, irão inevitavelmente interferir na sua incidência criminal: da mesma forma que uma mulher é educada para ser passiva enquanto vítima, também o é enquanto agressora, verificando-se isso através das estatísticas, que nos demonstram uma taxa de criminalidade feminina reduzida face a masculina. Até no tipo de crimes é espelhada esta realidade, verificando-se uma maior agressividade e violência nos delitos masculinos.

**6- Existem verdadeiramente crimes tipicamente femininos e masculinos (em termos de diferenças patológicas e sociais em função do género), ou é tudo uma questão de oportunidade?**

A questão da tipicidade dos crimes em função do género está relacionada com a estatística, o contexto e a época histórica.

Sónia Caridade (2016) afirma que não podemos generalizar e reduzir a explicação para o fenómeno a um único fator. Devemos tomar em linha de conta variáveis diferenciadas consoante o género, tais como as motivações e os funcionamentos individuais do agressor, as oportunidades oferecidas, as questões biológicas e as sociais.

Isabel Ventura (2016) é da mesma opinião, declarando que crime é “um conjunto de oportunidade, socialização e necessidade”. Não desconsiderando as questões biológicas, desde as diferenças hormonais à força física entre sexos, valoriza mais a socialização e o meio social onde o indivíduo se insere, que irá estimular ou reprimir determinadas características, consideradas inatas, como, por exemplo, impulsos psicóticos que poderão cumular em comportamentos violentos. Dália Costa (2016) vem reforçar esta ideia de que “não existe do ponto de vista patológico, genético ou cromossómico diferenças que influenciem a prática criminal. São os fatores sociais e as normas sociais, fatores ligados ao meio portanto, que têm influência na questão. Fundamentalmente a explicação é social, não genética, cromossómica ou patológica”.

É importante referir os estudos da criminologia positivista que se debruçaram sobre a questão da biologia, estudos esses muito criticados devido a falta de sustentação metodológica e credibilidade científica.

Duas últimas questões: estatística e época histórica.

Dália Costa e Isabel Ventura sugerem que as diferenças nas estatísticas criminais podem originar o estereótipo de crimes típicos consoante o género, remetendo o sexo feminino para práticas criminais associadas à família e a relações de grande proximidade, e o masculino para uma criminalidade mais violenta.

As diferenças entre homens e mulheres residem essencialmente na frequência e severidade e não tanto no tipo de crimes cometidos. Autoras feministas têm também argumentado que se as estatísticas mostram que as mulheres tendem menos a reincidir e a cometer crimes considerados graves ou violentos, é mais correcto atribuir essas diferenças a uma estrutura diferencial de oportunidades (como a restrição no acesso da mulher a patamares hierárquicos superiores), a diferentes formas de socialização e ao controlo social genderizado, do que a características inatas do(a) ofensor(a) (Heidensohn cit. por Matos, 2006: 151).

Por fim, há que ter em conta que o crime depende da época histórica, bem como a genderização criminal: “existiram alguns comportamentos que apenas eram criminalizados quando cometidos por mulheres, tais como o adultério, as mulheres 'alcoviteiras' (mulheres que angariavam outras mulheres para praticarem atos sexuais a troco de dinheiro, considerado crime até ao século XVIII), ou até mesmo a questão do aborto. Isto leva a que durante as diversas épocas históricas, existam crimes associados unicamente a mulheres. Mas isso vai-se alterando com as mudanças na legislação” (Ventura, 2016). Irene Vaquinhas (2016), evoca ainda dois crimes comumente associados ao sexo feminino entre 1858 e 1918: infanticídio e aborto.

## Considerações Finais

Nogueira (s.d.: 8) defende que toda a história da mulher e todas as lutas pela reivindicação da dignidade do ser feminino levaram a que se conseguisse, nos tempos que correm e em grande parte da sociedade ocidental, uma igualdade legal e política para ambos os sexos, mas que isso não se verifica na prática. Apesar de as mulheres, na sociedade ocidental (porque, em muitas outras, a luta ainda está longe de terminar. Podem-se dar como exemplo neste âmbito os vinte e nove países africanos e asiáticos onde, diariamente, cerca de seis mil meninas são mutiladas genitalmente por uma questão cultural, ignorando-se os traumas e consequências que advêm para a saúde destas crianças; ou a questão das mulheres islâmicas que se veem obrigadas a viver sob a tutela do marido ou do progenitor, sem terem acesso à educação, ao mundo laboral e à liberdade de expressão, vivendo sob um regime patriarcal que as encara como simples objetos para divertimento masculino (Joyce e Rámila, 2014: 31)), já possuírem direito ao voto, ao controlo da fertilidade, à frequência das instituições de ensino, entre outros, ainda continuam a ser as principais responsáveis no que respeita à prestação de cuidados à família, evocando-se justificações de cariz biológico. Para que isto mude é necessário, além da reivindicação dos direitos humanos das mulheres, a reeducação dos homens para que se consiga abolir a “perspetiva do valor específico”<sup>7</sup>. Relativamente a este conceito, Donna Haraway (2002: 230) afirma que, com o desenvolvimento das novas tecnologias, cada vez menos existem as brincadeiras estereotipadas atribuídas às crianças, que as vão remetendo, consoante o seu sexo, para os respetivos papéis que lhes cabem na sociedade (*nenucos* e materiais de culinária para as meninas, que devem seguir a vida doméstica; carros e *playmobil* para os meninos, que se devem começar a familiarizar com uma carreira profissional), visto que os brinquedos passam a ser iguais para ambos (instrumentos tecnológicos, desde telemóveis a computadores), contribuindo isto para a diminuição das diferenças entre géneros e para a reeducação masculina.

Os movimentos de mobilização pelos direitos da mulher devem continuar existindo afim de que possam construir um futuro baseado na igualdade entre os gêneros e no respeito e valorização das diferenças (Couto *et al.*, 2012: 8).

7 Perspetiva que defende que as mulheres possuem características específicas que as tornam mais adequadas para o desempenho de determinadas tarefas, nomeadamente, as domésticas (Nogueira, s.d.: 9).

No âmbito da criminologia, tal como na História, verifica-se uma preterição da mulher face ao homem, existindo também um cariz androcêntrico e patriarcal no estudo do fenómeno criminal. As diversas correntes criminológicas atribuíram pouca dedicação ao estudo da mulher, encarando o homem como principal sujeito de análise. Neste âmbito, a mulher criminosa surge na idade média, sendo encarada como um ser sobrenatural. Com o positivismo, passando a criminologia a basear-se na experiência e na observação, esta deixa de ser encarada como um ser sobrenatural mas, mesmo assim, são-lhe atribuídas características que a afastam da imagem feminina socialmente aceite e imposta, afirmando-se que sofre de anomalias de cariz biológico e psicológico. Com o surgimento da sociologia criminal passa a focar-se a interação do indivíduo com a sociedade e propõe-se que as diferenças criminais consoante o sexo derivam de diferentes modelos de educação e socialização. Já a criminologia crítica considera o processo de criminalização como um processo de etiquetação de uma classe dominante sobre outra. Assim, verifica-se, mais uma vez, uma imposição de vontades masculinas sobre as femininas, constatando-se uma distribuição desigual do rótulo de criminoso, sendo as mulheres mais rotuladas como vítimas do que como criminosas, visto serem os homens a grande maioria dos autores de crimes.

De forma a colmatar estas lacunas, surge a criminologia feminista, corrente criminológica cujo principal objetivo é a análise das especificidades do envolvimento feminino na criminalidade, seja enquanto vítimas, criminosas ou agentes do sistema de justiça. Visa o combate da hegemonia masculina no estudo sobre o crime, a introdução dos estudos de género no âmbito criminal e o combate da invisibilidade feminina nos estudos criminológicos e da distorção das suas experiências transgressivas.

Constata-se, através da análise de estatísticas criminais, que as mulheres cometem menos crimes em comparação com os homens, estando menos presentes no sistema judicial enquanto criminosas. Verifica-se também que os principais crimes cometidos por estas estão relacionados com o tráfico de droga, a prostituição e pequenos furtos (*shoplifting*). Várias motivações para o incorrimento criminal feminino têm sido apontadas. De entre as principais, destacam-se as motivações socio-económicas; as interpessoais (por exemplo, a relação amorosa com um homem envolvido no crime); a procura de um *status* de poder e controlo, encarando o crime como uma forma de auto-

afirmação; a influência de sentimentos negativos, frustrações e distúrbios psicológicos; historial de maus tratos, abusos sexuais e institucionalizações durante a infância e adolescência; necessidade de procura de risco, aventura e adrenalina; fatores situacionais e sociais.

Intimamente relacionada com os fatores situacionais enquanto elemento motivador, surge em 1979, pela mão de Cohen e Felson, a teoria das atividades rotineiras, que sugere a necessidade da convergência de três elementos cruciais para a ocorrência de um crime: um agressor motivado, um alvo adequado e a ausência de um guardião. Esta teoria defende que as atividades quotidianas exercem influência na convergência destes três elementos. Ou seja, as rotinas individuais irão proporcionar as oportunidades criminosas, colocando o potencial criminoso perante situações tentadoras. Estando, numa grande maioria, mulheres e homens inseridos em diferentes esferas de circulação, irão surgir diferentes oportunidades a cada um, originando diferenças nas tipologias dos crimes cometidos consoante o sexo, existindo um maior e mais diversificado número de oportunidades criminais para as mulheres com o aumento da presença feminina no mercado de trabalho e na esfera pública em geral. Isto demonstra, até determinado ponto, que certos comportamentos genderizados são, na realidade, comportamentos circunstanciais, influenciados também pelas oportunidades e não exclusivamente pelo sexo. Esta questão carece de estudos mais aprofundados para que se consiga perceber detalhadamente o que diferencia os crimes de ambos os sexos e o porquê, de forma a perceber se existe mesmo uma tipificação criminal em matéria de género.

Apresentámos quatro hipóteses explicativas para as diferenças criminais entre mulheres e homens:

1. Maior controlo social exercido sobre o sexo feminino: como se pode verificar no capítulo 1, durante a evolução histórica as mulheres têm sofrido tratamentos diferenciados em comparação aos homens, estando sujeitas a uma maior e mais rigorosa vigilância por parte da sociedade, levando a que estas adquiram uma maior conformidade perante as normas que lhes são impostas, ficando assim menos suscetíveis ao cometimento de crimes.

2. Tese do Galanterio: teoria de que as mulheres são tratadas de uma forma mais branda pelo sistema penal de justiça, devido aos seus crimes serem, geralmente, de pequena dimensão e por serem encaradas como mais frágeis e menos perigosas, muitas vezes não chegando sequer a serem denunciadas. Assim, as mulheres acabam por serem condenadas menos vezes e, quando condenadas, recebem penas mais leves comparativamente aos homens

3. Maior confinção das mulheres à esfera privada: relativamente às esferas de circulação, as mulheres, ao longo da História, estiverem sempre mais associadas à esfera privada, onde existem menos oportunidades criminais e, caso ocorram, maior facilidade em dissimulá-las.

4. Subestimação dos crimes femininos: como se verifica uma menor percentagem de crimes cometidos por sujeitos do sexo feminino, muitas vezes estes acabam por passar despercebidos, inclusive pelo facto de, em grande parte, consistirem em pequenos delitos.

De forma muito sucinta, chegaram-se às seguintes conclusões relativamente às hipóteses:

1. As mulheres estão mais confinadas à esfera privada;
2. O quotidiano feminino está mais sobrecarregado do que o masculino;
3. Quanto à questão de os crimes femininos passarem mais despercebidos em relação aos masculinos, considera-se que existe uma dependência quanto ao tipo de crime, ao sujeito em causa, à classe e ao contexto social onde este se insere;
4. As mulheres são educadas e instruídas para a submissão e passividade, ao passo os homens são remetidos para a agressividade e pro-atividade. Estes diferentes processos de educação e socialização levam a que os sujeitos do sexo masculino sejam mais propensos à violência.

5. Quanto à interrogação sobre a existência de crimes tipicamente femininos e masculinos, será necessário um estudo mais aprofundado para que se consiga uma resposta bem sustentada, que não generalize e reduza a explicação para o fenómeno a um único fator, sendo necessária a contabilização de outras variáveis.

Qual a relação entre as atividades rotineiras e a incidência de géneros no fenómeno criminal? Foi esta a nossa pergunta de partida. Após todo o trabalho de investigação, traduzido nas páginas precedentes, parece-nos seguro afirmar que a rotina influencia o fenómeno criminal em termos de incidência de género. Não nos devemos cingir exclusivamente a esta vertente. Há que ter em consideração outros fatores, tais como a socialização, a educação, o meio onde o sujeito está inserido, as diferenças individuais, entre outros.

Um conjunto de oportunidade e motivação impulsionam o cometimento de delitos. As rotinas individuais irão contribuir para a convergência destas duas variáveis. Visto que mulheres e homens possuem quotidianos diferenciados em função do seu sexo, derivados de um longo processo histórico de socialização em função de género, irão também ter convergências diferentes em termos de oportunidade criminal. A questão da socialização e educação também irá influenciar em termos motivacionais.

Por fim, a mulher no crime é então submissa ou subtil? Concluímos que, no crime, a mulher, de certa forma, soube tirar partido de uma imposição histórica de submissão. As tipologias criminais e a discrepância nas estatísticas consoante o sexo carecem de um estudo mais aprofundado mas, no que respeita ao *modus operandi*, a forma subtil e requintada como a mulher atua (apesar de existir uma dependência desta afirmação com o tipo de crime, a mulher e o contexto social em análise), poderá ter sido estimulada pelas barreiras e condicionantes que lhe têm sido impostas, originando a sua criatividade e subtileza nas formas como ultrapassá-las, seja no crime, seja na vida.

Infelizmente, não existem dados relativos às "cifras negras" do crime. Caso existissem, poderíamos perceber a percentagem de mulheres que nelas se encontram dissimuladas. Isso ajudar-nos-ia a ter uma noção da sua criminalidade, percebendo quantas delas saíram impunes dos seus crimes (seja pela maior desculpabilização por parte do sistema,



a menor percentagem de denunciadas ou, até mesmo, constatadas e expostas) em comparação com o sexo masculino. Isso mostrar-nos-ia mais consistentemente a sua característica de subtileza enquanto criminosa.

De futuro, seria de todo o interesse proceder-se a um estudo fenomenológico mais aprofundado que, através de inquéritos por questionário ou, até mesmo, de entrevistas biográficas (a reclusas do sexo feminino, de forma a conhecer os seus estilos de vida, os crimes que cometeram e as suas principais motivações; e a um grupo de sujeitos de ambos os géneros e de diversos estratos sociais, para compreender as suas rotinas e quotidianos), confirme mais detalhadamente as hipóteses levantadas nesta investigação. Também seria de grande interesse a elaboração de projetos escolares que visem a reeducação das crianças para a rutura com os preconceitos e estereótipos de género.

Posto isto, damos assim por concluído o estudo a que nos propusemos.

## Bibliografia.

### Citado:

- ACÁCIO, Camila; *et al.* (2011). *A Condição da Mulher no Império Romano: Noções Jurídicas e Sociais*. Disponível em: <http://www.redireito.org/wp-content/uploads/2013/05/3-A-CONDI+%C3%A7+%C3%A2O-DA-MULHER-NO-IMP+%C3%ABRIO-ROMANO-falta-a-parte-de-Camila.pdf> (última consulta em 15 de Novembro de 2015).
- ALBERTO, Octávio, Manuel Gomes (s.d.). *Direito Penal Introdução*. Disponível em: <http://octalberto.no.sapo.pt/introducao3.htm> (última consulta em 7 de Dezembro de 2015).
- ALMAHDY, Salim (s.d.). *O Que é a Mulher no Islamismo? Como as Mulheres são Tratadas no Islamismo*. Disponível em: <http://www.ditizio.adv.br/txt/qmi.pdf> (última consulta em 15 de Novembro de 2015).
- ALMEIDA, João Ferreira de e PINTO, José Madureira (2014). *Da Teoria à Investigação Empírica. Problemas Metodológicos Gerais* in *Metologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento.
- ALMEIDA, Rosemary de Oliveira (2001). *Mulheres que Matam: Universo Imaginário do Crime no Feminino*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- ANGELIN, Rosângela (2005). *A “Caça às Bruxas”: Uma Interpretação Feminista*. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/053/53angelin.htm> (última consulta em 15 de Novembro de 2015).
- ARRUDA, João (s.d.). *Posição Social da Mulher na Antiga Roma*. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/65973/68584> (última consulta em 18 de Novembro de 2015).
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA (2014). *Estatísticas APAV: Relatório Anual 2014*. Disponível em: [http://www.apav.pt/apav\\_v3/images/pdf/Estatisticas\\_APAV\\_Relatorio\\_Anual\\_2014.pdf](http://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2014.pdf) (última consulta em 9 de Fevereiro de 2016).
- BARCINSKI, Mariana (2009). Centralidade de Gênero no Processo de Construção da Identidade de Mulheres Envolvidas na Rede do Tráfico de Drogas. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 14 (5): 1843-1853.
- BEAUMONT, Émilie (2003). *A Mitologia*. Paris: Fleurus.

- BELNET, Frédéric (s.d.). *A Mulher na Pré-História*. Disponível em: [http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/a\\_mulher\\_na\\_pre-historia.html](http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/a_mulher_na_pre-historia.html) (última consulta em 20 de Novembro de 2015).
- BESSON, Luc (1999). *Joana D'arc*. Gaumont (filme).
- BRAIDOTTI, Rosi (2002). *A Diferença Sexual como um Projecto Político Nómada in Género, Identidade e Desejo- Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*. Lisboa: Edições Cotovia.
- BRANIC, Nicholas (s.d.). *Routine Activities Theory*. Disponível em: [https://webfiles.uci.edu/ckubrin/Branic\\_Routine\\_Activities\\_Theory\\_Entry.pdf?uniq=-32lsbd](https://webfiles.uci.edu/ckubrin/Branic_Routine_Activities_Theory_Entry.pdf?uniq=-32lsbd) (última consulta em 31 de Março de 2016).
- BRITTON, Dana M. (2000). Feminism in Criminology: Engendering the Outlaw. *American Academy of Political and Social Science*, 571 (1): 57-76.
- BUENO, Mariana Guimarães Rocha da Cunha (2011). *Feminismo e Direito Penal*. São Paulo: FDUSP (Dissertação de Mestrado em Direito Penal).
- CALIXTO, Inês Isabel Capão (2014). *Teoria da Contenção: De Walter Reckless*. Lisboa: ISCPSI (Trabalho Final da Unidade Curricular de Criminologia).
- CALIXTO, Inês (2015). *Análise Situacional da Passagem Aérea da Estação de Comboios de Azambuja*. Lisboa: ISCPSI (Trabalho Final da Unidade Curricular de Estratégias de Prevenção da Criminalidade).
- CAMPOS, Carmen Hein de e CARVALHO Salo de (s.d.). *Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira*. Disponível em: [http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/02/1\\_8\\_tensoes-atuais.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/02/1_8_tensoes-atuais.pdf) (última consulta em 22 de Setembro de 2015).
- COHEN, Lawrence E. e FELSON, Marcus (1979). Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach. *American Sociological Review*, 44: 588-608.
- CONNEL, Robert W. e MESSERSCHMIDT James W. (2013). Masculinidade Hegemónica: Repensando o Conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(1): 241-282.
- COSTA, José Martins Barra da (2013). *Perfis Psicocriminais: Do Estripador de Lisboa ao Profiler*. Lisboa: Pactor.
- COUTO, Rafaella; KAZMIERCZAK, Marília e SOUZA, Daryane Ariel (2012). *Mulher na Sociedade: Como Podemos Compreender as Mulheres à Luz de seus Direitos Sociais na Contemporaneidade?*. Disponível em:

[http://www.colegiomaededeus.com.br/revistacmd/revistacmd\\_v32012/artigos/A6\\_Mulher\\_Sociedade.pdf](http://www.colegiomaededeus.com.br/revistacmd/revistacmd_v32012/artigos/A6_Mulher_Sociedade.pdf) (última consulta em 16 de Setembro de 2015).

- CUNHA, Manuela Ivone P. da (s.d.). *Os Géneros do Tráfico*. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8376> (última consulta em 07 de Agosto de 2016).
- CUNHA, Miguel Pina e; *et al.* (2007). *Manual de Comportamento Organizacional e Gestão*, 6ª Ed.. Lisboa: Editora RH.
- CUSSON, Maurice (2011). *Criminologia*, 3ª Ed.. Lisboa: Casa das Letras.
- DALY, Kathleen e CHESNEY-LIND, Meda (1988). Feminism and Criminology. *Revista Justice Quarterly*, 5 (4): 497-538.
- Decreto-Lei nº 78/1987, de 17 de Fevereiro. Código de Processo Penal. Diário da República, 1ª Série, nº 40, 617.
- Decreto-Lei nº 433/1982, de 27 de Outubro. Ilícito de Mera Ordenação Social. Diário da República, 1ª Série, nº 249, 3552.
- DELMAR, Rosalind (s.d.). *What is Feminism?*. Disponível em: <http://www.sfu.ca/~decaste/OISE/page2/files/DelmarFeminism.pdf> (última consulta em 15 de Novembro de 2015).
- DIAS, Jorge de Figueiredo e ANDRADE, João da Costa (2013). *Criminologia: O Homem Delinvente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora.
- DIREÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA (2013). *Homicídios em Violência Doméstica: Análise Retrospectiva de Homicídios Ocorridos em Relações de Intimidade*. Disponível em: [http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/files/1436797085\\_homicidios\\_19\\_casos\\_acastanho.pdf](http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/files/1436797085_homicidios_19_casos_acastanho.pdf) (última consulta em 9 de Fevereiro de 2016).
- DUARTE, Vera Mónica e CARVALHO, Maria João Leote de (2013). (Entre) Olhares Sobre Delinquência no Feminino. *Revista Ex æquo*, n.º 28: 31-44.
- DUARTE, Vera e VIEITES-RODRIGUES, Luísa (2015). *Intervenção com Raparigas Delinquentes: Contributos para uma Discussão Focado no Género in Mulheres e Crime: Perspetivas Sobre Intervenção, Violência e Reclusão*. Porto: Húmus.
- ECO, Umberto (2015). *Como se Faz um Tese em Ciências Humanas*, 19ª Ed.. Lisboa: Presença.

- ELEUTÉRIO, Fernando (s.d.). *Análise do Conceito de Crime*. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/12203-12203-1-PB.pdf> (última consulta em 7 de Dezembro de 2015).
- FAJARDO, Gerardo Andrés Godoy (2015). O Mito das Amazonas. *Revista Hispanista*, 16 (60).
- FARIA, Lia Ciomar Macedo de e AVELAR, Ediana Abreu (2007). *Ser Mulher na Contemporaneidade: Contribuições da Teoria do Imaginário Social*. Disponível em: [http://intranet.ufsj.edu.br/rep\\_sysweb/File/vertentes/Vertentes\\_29/lia\\_e\\_ediana.pdf](http://intranet.ufsj.edu.br/rep_sysweb/File/vertentes/Vertentes_29/lia_e_ediana.pdf) (última consulta em 19 de Setembro de 2015).
- FARIA, Thais Dumêt (2008). *Mulheres no Tráfico de Pessoas: vítimas e agressoras*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n31/n31a08.pdf> (última consulta em 29 de Janeiro de 2016).
- FEITOSA, Lourdes Conde (2008). Gênero e Sexualidade no Mundo Romano: A Antiguidade em Nossos Dias. *Revista História: Questões & Debates*, n.º48: 119-135.
- FERREIRA, Fernanda Macedo, et al. (2015). *Opressão e Transgressão: O Paradoxo da Atuação Feminina no Tráfico de Drogas* in *Dossiê: As Mulheres e o Sistema Penal*. Disponível em: <http://www.oabpr.org.br/downloads/dossiecompleto.pdf> (última consulta em 22 de Setembro de 2015).
- FIORENZA, Elisabeth Schüssler (2002). *As Obras da Sabedoria-Sophia: A Herança Ambígua da Woman's Bible* in *Gênero, Identidade e Desejo- Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*. Lisboa: Edições Cotovia.
- FOUCAULT, Michel (1994). *História da Sexualidade I- A Vontade de Saber*. Lisboa: Relógio D'Água.
- FRANCO, Hilário (2001). *A Idade Média, Nascimento do Ocidente*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- GEABRA, Ivone (s.d.). Teologia Feminista: Uma Expressão da Contracultura na Religião. *Revista Filosofia*, (6): 8-17.
- GIDDENS, Anthony (2009). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GODOY, , Edvania Fátima Fontes (2011). *Máquina Penal: Perspectivas a Partir da Criminologia Crítica, da Intervenção Mínima e do Garantismo Penal*. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/18222/maquina-penal-perspectivas-a-partir-da-criminologia->

[critica-da-intervencao-minima-e-do-garantismo-penal#ixzz2C1Y1ylJE](#) (última consulta em 16 de Agosto de 2016).

- GOMES, Alexandra Rodrigues (2012). *Crimes Contra a Propriedade: Uma Abordagem de Criminologia Ambiental*. Porto: FCHS (Trabalho de conclusão de Licenciatura em Criminologia).
- GOMES, Ivânia Gaspar (2008). *Maus-Tratos, Droga e Criminalidade: Uma Trilogia no Feminino*. Lisboa: Universidade de Lisboa (Dissertação de Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses).
- GOMES, Silvia e GRANJA, Rafaela (2015). *Introdução in Mulheres e Crime: Perspetivas Sobre Intervenção, Violência e Reclusão*. Porto: Húmus.
- GOMES, Silvia e GRANJA, Rafaela (2015). *Trajetórias de Vida e Experiências Prisionais de Mulheres Ciganas Recluídas in Mulheres e Crime: Perspetivas Sobre Intervenção, Violência e Reclusão*. Porto: Húmus.
- GREIG, Charlotte (2010). *Serial Killers: Nas Mentes dos Monstros*. São Paulo: Madras.
- GROFF, Elizabeth R. (2007). Simulation for Theory Testing and Experimentation: An Example Using Routine Activity Theory and Street Robbery. *J Quant Criminol Review*, 23: 75-103.
- GURGEL, Telma (2010). *Feminismo e Luta de Classe: História, Movimento e Desafios Teórico-Políticos do Feminismo na Contemporaneidade*. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277667680\\_ARQUIVO\\_Feminis\\_moelutadeclasse.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277667680_ARQUIVO_Feminis_moelutadeclasse.pdf) (última consulta em 15 de Novembro de 2015).
- HARARI, Yuval Noah (2013). *Sapiens: História Breve da Humanidade*. Lisboa: Vogais.
- HARAWAY, Donna (2002). *O Manifesto Ciborgue: A Ciência, a Tecnologia e o Feminismo Socialista nos Finais do Século XX in Género, Identidade e Desejo- Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*. Lisboa: Edições Cotovia.
- HIERNAUX, Jean-Pierre (2011). *Análise Estrutural de Conteúdos e Modelos Culturais: Aplicação a Materiais Volumosos in Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- INNES, Brian (2004). *Mentes Criminosas: Como o Estudo do Perfil Psicológico Ajuda a Resolver Crimes*. Lisboa: Editorial Estampa.

- Instituto Nacional de Estatística. [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine\\_main&xpid=INE](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE).
- Instituto Nacional de Estatística (2001). *Mulheres e Homens nos Anos 90*. Disponível em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=70470&DESTAQUESmod\\_o=2&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=70470&DESTAQUESmod_o=2&xlang=pt) (última consulta em 07 de Agosto de 2016).
- ISHIY, Karla Tayumi (2014). *A Desconstrução da Criminalidade Feminina*. São Paulo: Universidade de São Paulo (Dissertação de Mestrado).
- JESUÍNO, António Joaquim (2014). *O Método Experimental em Ciências Sociais in Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento.
- JOYCE, Isabel; RÁMILA, Iván (2014). A Marcha Rumo à Igualdade. *Revista Super Interessante*, Edição Especial “As Mulheres mais Poderosas da História”: 28-34.
- KOLLER, Sílvia Helena e NARVAZ, Martha Giudice (2006). Metodologias Feministas e Estudos de Género: Articulando Pesquisa, Clínica e Política. *Revista Psicologia em Estudo*, 11 (3): 647-654.
- KROLOKKE, C. e SORENSEN, Anne Scott. Three Waves of Feminism: From Suffragettes to Grrls in GENDER COMMUNICATION THEORIES & ANALYSES: FROM SILENCE TO PERFORMANCE, 2006. Disponível em: [http://knowledge.sagepub.com/cite/gender-communication-theories-and-analyses\\$002fn1.xml;jsessionid=076BBE3754F2D5002C279DABE8B749B6?nojs=true](http://knowledge.sagepub.com/cite/gender-communication-theories-and-analyses$002fn1.xml;jsessionid=076BBE3754F2D5002C279DABE8B749B6?nojs=true) (última consulta em 22 de Setembro de 2015).
- LEAL, Larissa do Socorro Martins (2012). *As Várias Faces da Mulher no Medievo*. Disponível em: <http://www.giacon.pro.br/lem/EDICOES/03/Arquivos/larissaleal.pdf> (última consulta em 15 de Novembro de 2015).
- Lei Constitucional nº 1/2005, de 12 de Agosto. Constituição da República Portuguesa, 4ª ed.. Coimbra: Almedina, 2011.
- Lei nº 60/2013, de 23 de Agosto. Código Penal, 8ª ed.. Lisboa: Quid Juris, 2013.
- LISE, Marcia Y. (1994). *Are Female Offenders Treated Differently From Male Offenders Within the Criminal Justice System?*. Disponível em: [http://www.angelfire.com/falcon/sociology/female\\_offenders.pdf](http://www.angelfire.com/falcon/sociology/female_offenders.pdf) (última consulta em 30 de Janeiro de 2016).
- LOURENÇO, Nelson e LISBOA, Manuel (1991). Violência, Criminalidade e Sentimento de Insegurança. *Revista Textos*, 2: 45-62.



- MACHADO, Helena (2004). *Cidadania polifônica e a (in)justiça para as mulheres*. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4487/3/Texto%20BAPEM.pdf> (última consulta em 30 de Janeiro de 2016).
- MACHADO, Helena (2008). *Manual de Sociologia do Crime*. Porto: Edições Afrontamento.
- MARTINSA, Mariana (s.d.). *A Mulher e a Revolução Francesa*. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/A\\_mulher\\_e\\_a\\_revolucao\\_francesa.pdf](http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/A_mulher_e_a_revolucao_francesa.pdf) (última consulta em 15 de Novembro de 2015).
- MARTÍNEZ, Viviana Carola Velasco; SOUZA, Ivy Semiguen Freitas de (2014). O Mito das Amazonas em Cena: Uma Discussão Psicanalítica Sobre a Feminilidade e o Género. *Revista Caderno Psicanálise*, 36 (30): 171-197.
- MARTOS, José Ángel (2014). Pré-História e Poder Feminino: As Mães da Terra. *Revista Super Interessante*, Edição Especial “As Mulheres mais Poderosas da História”: 21-27.
- MATOS, Raquel Maria Navais de Carvalho (2006). *Vidas raras de mulheres comuns: Percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas*. Minho: Universidade do Minho (Tese de Doutoramento em Psicologia).
- MATOS, Raquel e MACHADO, Carla (2012). Criminalidade Feminina e Construção do Género: Emergência e Consolidação das Perspectivas Feministas na Ciminologia. *Revista Análise Psicológica*, 30 (1): 33-47.
- MENDES, Soraia Da Rosa (2012). *(Re)pensando a Criminologia: Reflexões Sobre um Novo Paradigma Desde a Epistemologia Feminista*. Brasília: FDUB (Tese de Doutoramento em Direito).
- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA (2012). *Violência Doméstica*. Disponível em: <http://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/Rel%20VD%202013-%20v14ago2014.pdf> (última consulta em 9 de Fevereiro de 2016).
- MIRÓ, Fernando (2014). *Routine Activity Theory*. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/9781118517390.wbetc198/full> (última consulta em 31 de Março de 2016).
- MONTEIRO, Aleksandra Luísa Liachenko de Abreu Fonseca (2014). *Análise criminal de Vila Nova de Gaia: caracterização dos crimes contra a propriedade e identificação de hot-spots*. Porto: UFP (Dissertação de Mestrado em Psicologia Jurídica).



- NASCIMENTO, Maria Filomena Dias (1997). Ser Mulher na Idade Média. *Revista Textos de História*, 5 (1): 82-91.
- NETO, Joaquim Soares de Lima e VIEIRA, Thiago Augusto (2014). A Estratégia de Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano. *Revista Ordem Pública*, 7 (1): 55-77.
- NOGUEIRA, Conceição (s.d.). *Feminismo e Discurso de Género na Psicologia Social*. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4117/1/feminismo%20e%20discurso%20do%20g%C3%A9nero%20na%20psicologia%20social.pdf> (última consulta em 16 de Setembro de 2015).
- NOGUEIRA, Conceição; SILVA, Sofia Marques da (s.d.). *Impressões Sobre Feminismos: Introdução*. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4367/3/capitulo-%2Bolhar%2Bfeminismos-%2Brepositortium.pdf> (última consulta em 15 de Novembro de 2015).
- NOGUEIRA, Mariana Brasil (2007). *A Família: Conceito e Evolução Histórica e sua Importância*. Disponível em: <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/18496-18497-1-PB.pdf> (última consulta em 20 de Novembro de 2015).
- OLIVEIRA, Ana Rodrigues; et al. (2012). *O Fio da História*. Lisboa: Texto Editores.
- OLIVEIRA, Fernandes Alves de (2001). *Direito Penal- Parte Geral*. Disponível em: [http://intervox.nce.ufrj.br/~diniz/d/direito/penal-Dir\\_Penal\\_ParteGeral.pdf](http://intervox.nce.ufrj.br/~diniz/d/direito/penal-Dir_Penal_ParteGeral.pdf) (última consulta em 8 de Dezembro de 2015).
- PACHECO, Mariana Baldaia Paim Vasconcelos (2014). *Criminalidade Adulta: Fatores de Risco e Diferenças de Género*. Minho: Universidade do Minho (Dissertação de Mestrado em Psicologia).
- PEREIRA, Luísa Winter e SILVA, Tayla de Souza (2015). *Por uma Criminologia Feminista: Do Silêncio ao Empoderamento da Mulher no Pensamento Jurídico Criminal in Dossiê: As Mulheres e o Sistema Penal*. Disponível em: <http://www.oabpr.org.br/downloads/dossiecompleto.pdf> (última consulta em 22 de Setembro de 2015).
- PERROT, Michelle (1995). *Escrever uma História das Mulheres: Relato de uma Experiência*. Disponível em: [file:///C:/Users/In%C3%AAsIsabel/Downloads/cadpagu\\_1995\\_4\\_2\\_PERROT.pdf](file:///C:/Users/In%C3%AAsIsabel/Downloads/cadpagu_1995_4_2_PERROT.pdf) (última consulta em 15 de Novembro de 2015).

- PIMENTEL, Elaine- Criminologia e Feminismo: Um Casamento Necessário **in** VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA. Lisboa: FCSH, 2008.
- POLLOCK, Griselda (2002). *A Política da Teoria: Gerações e Geografias na Teoria Feminista e na História das Histórias de Arte* **in** *Género, Identidade e Desejo- Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*. Lisboa: Edições Cotovia.
- PORDATA. <http://www.pordata.pt/>.
- PULEO, Alicia H. (2003). *Filosofia e Género: Da Memória do Passado ao Projeto de Futuro* **in** *Políticas Públicas e Igualdade de Género*. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf> (última consulta em 16 de Setembro de 2015).
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van (2013). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- RAMOS, Óscar Filipe Martins (2012). *O Furto em Espaços Comerciais: Contributos para a Compreensão das Dinâmicas do Crime e da Prevenção no Contexto*. Porto: FDUP (Dissertação de Mestrado em Criminologia).
- RIBEIRO, Manuel de Almeida (2009). *Introdução ao Direito para as Ciências Sociais*. Lisboa: ISCSP.
- RUQUOY, Danielle (2011). *Situação de Entrevista e Estratégia do Entrevistador* **in** *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- S.A. (2014). Dossier: As Poderosas. *Revista Super Interessante*, Edição Especial “As Mulheres mais Poderosas da História”: 44-59.
- SAINT-GEORGES, Pierre de (2011). *Pesquisa e Crítica das Fontes de Documentação nos Domínios Económico, Social e Político* **in** *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- SALEH, Taviq (2013). *Estudo Apona Egito como o 'Pior País para Mulheres' no Mundo Árabe*. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/africa/estudo-aponta-egito-como-o-pior-pais-para-mulheres-no-mundo-arabe,83c5e31952d42410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html> (última consulta em 20 de Novembro de 2015).
- SAMPAIO, Ângela Oliveira; VENTURINI, Renata Lopes Biazotto (2007). *Uma Breve Reflexão Sobre a Família na Roma Antiga* **in** *VI Jornada de Estudos Antigos e Medievais*.

- SANTOS, João Carlos Carvalho dos (2011). *A Política Criminal e a Criminalidade Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: ISCSP (Dissertação de Mestrado em Administração Pública).
- SANTOS, Poliane Vasconi dos (2005). *A Mulher e a Instituição do Casamento no Egito Antigo: Da Liberdade às Restrições Morais*. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1485.pdf> (última consulta em 15 de Novembro de 2015).
- SCHOUTEN, Maria Johanna (2000). *Modernidade e Indumentária: As Mulheres Islâmicas*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/schouten-johanna-mulheres-islamicas.pdf> (última consulta em 15 de Novembro de 2015).
- SENA, Lúcia (2015). *Gênero, Criminalidade e Desigualdade Social no Brasil Contemporâneo in Mulheres e Crime: Perspetivas Sobre Intervenção, Violência e Reclusão*. Porto: Húmus.
- SHOWALTER, Elaine (2002). *A Crítica Feminista no Deserto in Gênero, Identidade e Desejo- Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*. Lisboa: Edições Cotovia.
- SILVA, André Candido da; MEDEIROS, Márcia Maria de (2013). Sexualidade e a História da Mulher na Idade Média: A Representação do Corpo Feminino no Período Medieval nos Séculos X a XII. *Revista História em Reflexão*, 7 (14): 1-16.
- SILVA, Augusto Santos (2014). *A Ruptura com o Senso Comum nas Ciências Sociais in Metologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento.
- SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (2014). *Uma Visão Global Sobre as Ciências Sociais in Metologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento.
- SILVA, Marcela Guedes Carsten da e LOPES, Valéria Kotacho (2015). *Por Que Elas Reincidem? Uma Análise Sobre a Situação da Criminalidade Feminina Brasileira, as Políticas Públicas e o Mito Sobre a APAC como o Método Milagroso in Dossiê: As Mulheres e o Sistema Penal*. Disponível em: <http://www.oabpr.org.br/downloads/dossiecompleto.pdf> (última consulta em 22 de Setembro de 2015).
- SILVA, Tânia Maria Gomes da (2008). Trajetória da Historiografia das Mulheres no Brasil. *Revista Politeia*, 8 (1): 223-231.
- SILVA, Talita Nunes (2011). *As Estratégias de Ação das Mulheres Transgressoras em Atenas no V século a.C.*. Niterói: Universidade Federal Fluminense (Dissertação de Mestrado em História).

- SILVEIRA, Maria Lucia da (2014). Apontamentos para uma Trajetória Teórica do Feminismo. *Revista Comunicare*, 14 (1): 159-170.
- SIMÕES, Rita Joana Basílio de (2011). *Crime, Castigo e Género nas Sociedades Mediatizadas: Políticas de (In)justiça no Discurso dos Media*. Coimbra: Universidade de Coimbra (Tese de Doutoramento em Letras).
- SOUSA, Aline Fernandes de (2008). O Papel das Mulheres na Sociedade Faraónica: A Igualdade em Discussão. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST70/Aline\\_Fernandes\\_de\\_Sousa\\_70.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST70/Aline_Fernandes_de_Sousa_70.pdf) (última consulta em 15 de Novembro de 2015).
- SOUSA, Maria José e BAPTISTA, Cristina Sales (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios Segundo Bolonha*, 5ª Ed.. Lisboa: Pactor.
- SOUSA, Rainer Gonçalves (s.d.). *O Cotidiano da Mulher na Pré-História*. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/historiag/o-cotidiano-mulher-na-pre-historia.htm> (última consulta em 20 de Novembro de 2015).
- SOUZA, Ivy Semiguen Freitas de (2012). *O Mito das Amazonas: Uma Discussão Psicanalítica sobre a Feminilidade*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá (Dissertação de Pós-Graduação em Psicologia).
- Souza, Simone Brandão (2006). Criminalidade Feminina: Trajetórias e Confluências na Fala de Presas do Talavera Bruce. *Revista Democracia Viva*, 33 (1): 10-16.
- TAVARES, Maria Manuela Paiva Fernandes (2008). *Feminismos em Portugal (1947-2007)*. Lisboa: Universidade Aberta (Tese de Doutoramento em Estudos sobre as Mulheres na Especialidade em História das Mulheres e do Género).
- TÔRRES, Moisés Romanazzi (2001). *Considerações sobre a condição da mulher na Grécia Clássica (sécs. V e IV a.C.)*. Disponível em: <file:///C:/Users/In%C3%AAsIsabel/Downloads/DialnetConsideracoesSobreACondicaoDaMulherNaGreciaClassic-2226874.pdf> (última consulta em 15 de Novembro de 2015).
- VALCÁRCEL, Amelia (2014). Revolução Feminina. *Revista Super Interessante*, Edição Especial “As Mulheres mais Poderosas da História”: 4-8.
- VALENTE, Manuel Monteiro Guedes (2014). *Teoria Geral do Direito Policial*, 4ª Ed.. Coimbra: Almedina.

**Consultado:**

- ALBARELLO, Luc (2011). *Recolha e Tratamentos Quantitativos dos Dados de Inquéritos in Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Criminologia e Feminismo: Da Mulher como Vítima à Mulher como Sujeito de Construção da Cidadania. In SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CRIMINOLOGIA E FEMINISMO. Porto Alegre: Themis, 1996.
- ARAUJO, Fernanda Carolina de (2010). *A Teoria Criminológica do Labelling Approach e as Medidas Socioeducativas*. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Dissertação de Mestrado).
- BARROS, Ana Maria de; et al. (s.d.). *Criminalidade e Análise de Gênero: A Mulher e o Crime. Um Estudo na Penitenciária de Garanhuns- PE*. Disponível em: <https://www.ufpe.br/ppgdh/images/documentos/anamb3.pdf> (última consulta em 22 de Setembro de 2015).
- BECCARIA, Cesare (2014). *Dos Delitos e das Penas*, 4ª Ed.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BEAUVOIR, Simone de (1967). *O Segundo Sexo: A Experiência Vivida*. Disponível em: <http://brasil.indymedia.org/media/2008/01/409680.pdf> (última consulta em 15 de Novembro de 2015).
- BEAUVOIR, Simone de (1970). *O Segundo Sexo: Fatos e Mitos*. Disponível em: <http://brasil.indymedia.org/media/2008/01/409660.pdf> (última consulta em 15 de Novembro de 2015).
- BESSA, Daniel (2014). *O Uso das Estatísticas em Economia in Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; RICOLDI, Arlene Martinez (2012). Revendo Estereótipos: O Papel dos Homens no Trabalho Doméstico. *Revista Estudos Feministas*, 20 (1): 259-287.
- BUMACHAR, Bruna (2015). *No Emaranhado Prisional Transnacional: O Exercício da Maternidade entre Estrangeiras Presas em São Paulo in Mulheres e Crime: Perspetivas Sobre Intervenção, Violência e Reclusão*. Porto: Húmus.

- CAMERON, Deborah (2002). *Dicotomias Falsas: Gramática e Polaridade Sexual in Género, Identidade e Desejo- Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*. Lisboa: Edições Cotovia.
- CAMPOS, Carmen Hein de (2010). *Criminologia Feminista no Brasil*. Disponível em: [http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1367011478\\_Criminologia%20Feminista%20no%20Brasil.pdf](http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1367011478_Criminologia%20Feminista%20no%20Brasil.pdf) (última consulta em 22 de Setembro de 2015).
- CAMPOS, Carmen Hein de (2013). *Teoria Crítica Feminista e Crítica à(s) Criminologia(s): Estudo para uma Perspectiva Feminista em Criminologia no Brasil*. Porto Alegre: UCRGS (Tese de Doutoramento em Direito).
- CASTRO, Armando (2014). *A Causalidade nas Ciências Sociais: Uma Abordagem Epistemológica in Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento.
- CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA ECLESIASTICA (2015). *Vozes da Vida Religiosa Feminina*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- COELHO, Edméia de Almeida Cardoso; GUEDES, Rebeca Nunes e SILVA, Ana Tereza Medeiros Cavalcanti (2007). Violência Conjugal: Problematizando a Opressão das Mulheres Vitimizadas sob o Olhar de Género. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 9 (2): 362-378.
- COLOMBAROLI, Ana Carolina de Moraes (s.d.). *Criminologia Crítica e Pensamento Feminista: Convergências, Divergências e Possibilidades de Interpenetração*. Disponível em: <https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAAahUKEwjZ5YPrr4rIAhXMtBQKHc4pANM&url=http%3A%2F%2Fwww.libertas.edu.br%2Frevistajuridica%2Fdownloadpdf.php%3F%3Drevistajuridica3%2F0102&usg=AFQjCNGz1zvCC4eV8dNE4aEhpLfkTJTNEw&sig2=IrrqRI0B33rAUfyNaRPW-sw> (última consulta em 22 de Setembro de 2015).
- CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. (2013). Masculinidade Hegemônica: Repensando o Conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21 (1): 241-282.
- COSTA, António Firmino da (2014). *A Pesquisa de Terreno em Sociologia in Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento. VALA, Jorge (2014). *A Análise de Conteúdo in Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento.
- DAUPHIN, Cécile; *et al.* (2000). A História das Mulheres. Cultura e Poder das Mulheres: Ensaio e Historiografia. *Revista Género*, 2 (1): 7-30.

- DIE, Amelia (2014). Da Cama ao Trono. *Revista Super Interessante*, Edição Especial “As Mulheres mais Poderosas da História”: 60-65.
- DIGNEFFE, Françoise (2011). *Do Individual ao Social: A Abordagem Biográfica in Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- ESTEVES, António Joaquim (2014). *A Investigação-Ação in Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento.
- FAIA, Thaís Dumê (2010). *A Mulher e a Ciminologia: Relações e Paralelos Entre a História da Criminologia e a História da Mulher no Brasil*. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3310.pdf> (última consulta em 22 de Setembro de 2015).
- FERREIRA, Jonatas; HAMLIN, Cynthia (2010). Mulheres, Negros e Outros Monstros: Um Ensaio Sobre Corpos Não Civilizados. *Revista Estudos Feministas*, 18 (3): 811-836.
- FERREIRA, Virgínia (2014). *O Inquérito por Questionário na Construção de Dados Sociológicos in Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento.
- GODINHO, Tatau (2003). Construir a Igualdade Combatendo a Discriminação **in** *Políticas Públicas e Igualdade de Género*. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf> (última consulta em 16 de Setembro de 2015).
- GOMES, Camilla de Magalhães. Direito Penal e Género- O Tratamento da Mulher em Situação de Violência Doméstica na Lei Maria da Penha **in** CONGRESSO ALAS CHILE, 2013. Disponível em: [http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT11/GT11\\_deMagalhaesGomesC.pdf](http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT11/GT11_deMagalhaesGomesC.pdf) (última consulta em 22 de Setembro de 2015).
- GRANGEIA, Helena (2015). *Genderização do Stalking: Mulheres que Perseguem, Mulheres Perseguidas in Mulheres e Crime: Perspetivas Sobre Intervenção, Violência e Reclusão*. Porto: Húmus.
- GUBAR, Susan (2002). *A 'Página em Branco' e Questões Acerca da Criatividade Feminina in Género, Identidade e Desejo- Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*. Lisboa: Edições Cotovia.
- GUIMARÃES, Elina (1986). A Mulher Portuguesa na Legislação Civil. *Revista Análise Social*, 22 (92): 557-577.



- HARTMAN, Jennifer L. e SUNDT, Jody L. (2010). *Adler, Freda: Sisters in Crime* in *Encyclopedia of Criminological Theory*. SAGE Publications.
- HIRATA, Helena (s.d.). *Trabalho Doméstico: Uma Servidão “Voluntária”?* in *Políticas Públicas e Igualdade de Género*. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf> (última consulta em 16 de Setembro de 2015).
- ITURRA, Raúl (2014). *Trabalho de Campo e Observação Participante em Anropologia* in *Metologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento.
- JONES, Ann Rosalind (2002). *Escrever o Corpo: Para uma Compreensão de L'Écriture Féminine* in *Género, Identidade e Desejo- Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*. Lisboa: Edições Cotovia.
- KONVALINA-SIMAS, Tânia (2012). *Introdução à Biopsicossociologia do Comportamento Desviante*. Lisboa: Rei dos Livros.
- LAITANO, Grégori Elias (2009). *Criminologia e Feminismo: A Construção de um Sentido Criminológico Feminista desde a Ética da Alteridade*. Disponível em: [http://www.pucrs.br/edipucrs/IVmostra/IV\\_MOSTRA\\_PDF/Ciencias\\_Criminais/72258-GREGORI\\_ELIAS\\_LAITANO.pdf](http://www.pucrs.br/edipucrs/IVmostra/IV_MOSTRA_PDF/Ciencias_Criminais/72258-GREGORI_ELIAS_LAITANO.pdf) (última consulta em 22 de Setembro de 2015).
- LEAL, José Manuel Pires (2007). *Crime no Feminino: Trajectórias Delinquenciais de Mulheres*. Lisboa: Almedina.
- MACEDO, Ana Gabriela (2002). *Introdução in Género, Identidade e Desejo- Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*. Lisboa: Edições Cotovia.
- MAROY, Christian (2011). *A Análise Qualitativa de Entrevistas in Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- MATOS, Raquel e BARBOSA, Mariana (2015). *Mulheres de Nacionalidade Estrangeira Detidas em Portugal: Breve Caracterização de Trajetos de Vida e Envolvimento no Crime* in *Mulheres e Crime: Perspetivas Sobre Intervenção, Violência e Reclusão*. Porto: Húmus.
- MELATTI, Julio Cezar (2001). *Matriarcas e Amazonas*. Disponível em: <http://www.juliomelatti.pro.br/mitos/m05matri.pdf> (última consulta em 19 de Novembro de 2015).
- MOTAHARI, Ayyatullah Sheikh Mortedha (2008). *Os Direitos das Mulheres no Islam*. Disponível em: [http://www.mesquitadobras.org.br/arquivos/file/livros/pdf/3\\_Os](http://www.mesquitadobras.org.br/arquivos/file/livros/pdf/3_Os)



[%20direitos%20das%20mulheres%20no%20Islam.pdf](#) (última consulta em 15 de Novembro de 2015).

- NASCIMENTO, Élida Dantas do; *et al.* (s.d.). *Mulheres Criminosas: Analisando a Relação Entre a Desestruturação Familiar e Criminalidade*. Disponível em: [http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais\\_XVENABRAPSO/242.%20mulheres%20criminosas.pdf](http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/242.%20mulheres%20criminosas.pdf) (última consulta em 11 de Dezembro de 2015).
- NASCIMENTO, Lissa Crisnara Silva do (s.d.). *A (In)visibilidade da Mulher Criminosa e a Desigualdade de Gênero no Espaço da Prisão: Uma Análise da Vivência das Mulheres em Situação de Prisão no Complexo Penal Estadual Agrícola Drº Mário Negócio em Mossoró/RN*. Disponível em: [https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCEQFjAAahUKEwj3cHwqYrIAhXGWBQKHSO3AfM&url=http%3A%2F%2Fperiodicos.ufrn.br%2Ftransgressoes%2Farticle%2Fdownload%2F6582%2F5095&usg=AFQjCNHBVnKhgKTZS\\_3D5\\_Jn0CmjRyWBaQ&sig2=PySetk7gR3WuqhX7laL97Q](https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCEQFjAAahUKEwj3cHwqYrIAhXGWBQKHSO3AfM&url=http%3A%2F%2Fperiodicos.ufrn.br%2Ftransgressoes%2Farticle%2Fdownload%2F6582%2F5095&usg=AFQjCNHBVnKhgKTZS_3D5_Jn0CmjRyWBaQ&sig2=PySetk7gR3WuqhX7laL97Q) (última consulta em 22 de Setembro de 2015).
- NEVES, Nadja Gleide Sá das; *et al.* (2011). *Mulher na Antiguidade Clássica: Sua Importância nas Esferas Jurídico-Social das Cidades-Estado de Atenas e Esparta*. Disponível em: [http://www.redireito.org/wp-content/uploads/2013/05/4-Artigo\\_IENPC\\_OLIVEIRAFILHO.pdf](http://www.redireito.org/wp-content/uploads/2013/05/4-Artigo_IENPC_OLIVEIRAFILHO.pdf) (última consulta em 15 de Novembro de 2015).
- NOGUEIRA, Patrícia (2015). *Três Horas para Amar: A Representação da Sexualidade Feminina em Reclusão in Mulheres e Crime: Perspetivas Sobre Intervenção, Violência e Reclusão*. Porto: Húmus.
- PAGLIA, Camille (2008). *Feminism Past and Present: Ideology, Action, and Reform*. Disponível em: <http://www.bu.edu/arion/files/2010/03/Feminism-Paglia1.pdf> (última consulta em 15 de Novembro de 2015).
- PINA-CABRAL, João de (2011). A Antropologia e a “Crise”. *RBCS*, 26 (77): 31-38.
- PINTO, Ana Lúcia; CARVALHO, Maria Manuela e NEVES, Pedro Almiro (2009a). *Cadernos de História A7- Tempos, Espaços e Protagonistas: 1ª Parte*. Porto: Porto Editora.
- PINTO, Ana Lúcia; CARVALHO, Maria Manuela e NEVES, Pedro Almiro (2009b). *Cadernos de História A7- Tempos, Espaços e Protagonistas: 2ª Parte*. Porto: Porto Editora.

- PINTO, Ana Lúcia; CARVALHO, Maria Manuela e NEVES, Pedro Almiro (2009c). *Cadernos de História A7- Tempos, Espaços e Protagonistas: 3ª Parte*. Porto: Porto Editora.
- POIARES, Nuno Caetano Lopes de Barros (2014). *Políticas de segurança e as dimensões simbólicas da lei: o caso da violência doméstica em Portugal*. Lisboa: ISCTE (Tese de Doutoramento em Sociologia).
- PRIORI, Claudia- Mulheres Detentas: O Exemplo da Penitenciária Feminina do Paraná (1970-1995). In CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 2011. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/97.pdf> (última consulta em 22 de Setembro de 2015).
- RABELO, Yuri Tadeu de Souza (2010). *Condicionantes Ambientais e Crime: Estudo sobre as condicionantes ambientais nos furtos a residências urbanas na cidade de Caeté – MG nos de 2008 a 2010*. Belo Horizonte: FFCH (Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública/CRISP).
- REIS, José (2014). *A Recolha de Informação Não Estatística em Economia in Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento.
- RICH, Adrienne (2002). *Notas para uma Política da Localização in Género, Identidade e Desejo- Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*. Lisboa: Edições Cotovia.
- RIDÃO, Adriana; et. al. (2010). *Mulheres no Crime: Análise Psicossocial dos Contextos de Vulnerabilidade de Adolescentes do Sexo Feminino de Classes Populares no Cometimento de Actos Ilícitos*. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1..AdrianaCia.pdf> (última consulta em 11 de Dezembro de 2015).
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. (2003). *Diferença ou Indiferença: Género, Raça/Etnia, Classe Social in Políticas Públicas e Igualdade de Género*. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf> (última consulta em 16 de Setembro de 2015).
- SANTOS, Carla A. da Silva (s.d.). *Políticas Públicas: o Sexismo e o Racismo Institucional no Âmbito Prisional*. Disponível em: <https://nugsexdiadorim.files.wordpress.com/2011/12/politicas-pc3bablicas-o-sexismo-e-o-racismo-institucional-no-c3a2mbito-prisional.pdf> (última consulta em 22 de Setembro de 2015).

- SERRANO, Jorge Jiménez (2012). *Análise Vitimológica no Profiling Criminal in Profiling, Vitimologia & Ciências Forenses: Perpetivas Atuais*. Lisboa: Pactor.
- UNIDAVI (2010). *Policramento Orientado a Soluções de Problemas*. Disponível em: [http://www.conseg.pr.gov.br/arquivos2/File/material\\_didatico/02\\_Curso\\_POP\\_UNIDAVI\\_Policia\\_Comunitaria\\_e\\_POP.pdf](http://www.conseg.pr.gov.br/arquivos2/File/material_didatico/02_Curso_POP_UNIDAVI_Policia_Comunitaria_e_POP.pdf) (última consulta em 29 de Fevereiro de 2016).
- VIEIRA, Bruno César Ferreira (s.d.). *Bruxaria e Feminismo: Uma Análise da Independência da Mulher Através dos Seriados da TV*. Disponível em: <http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/BRUNO%20CESAR%20FERREIRA%20VIEIRA.pdf> (última consulta em 15 de Novembro de 2015).
- Women's Conference (2010). *A Short History of Feminism*. Disponível em: <http://www.ffaw.nf.ca/Docs/a%20short%20history%20of%20feminsm.pdf> (última consulta em 16 de Setembro de 2015).

# Anexos

## **Anexo 1**

### **Guião Entrevista:**

Um guião de entrevista pouco estruturado não significa que o investigador tenha cometido omissões ou sido negligente durante a fase de construção, significa, sim, que, por diversas razões ligadas aos seus objectivos de investigação, não julgou desejável que o tipo de construção da sua entrevista transparecesse através das perguntas (Quivy e Campenhoudt, 2013: 183).

1. Estão as mulheres mais confinadas à esfera privada em comparação com os homens?
2. Estará o quotidiano feminino mais sobrecarregado do que o masculino?
3. Estarão os homens mais expostos a oportunidades criminosas em comparação com as mulheres?
4. Serão os crimes femininos mais subtis do que os masculinos?
5. De que maneira as diferentes formas de socialização de género influenciam o comportamento criminal?
6. Existem verdadeiramente crimes tipicamente femininos e masculinos (em termos de diferenças patológicas e sociais em função do género), ou é tudo uma questão de oportunidade?

## **Anexo 2**

### **Entrevista Doutoranda Ana Guerreiro:**

#### **1. Estão as mulheres mais confinadas à esfera privada em comparação com os homens?**

Sim. Convém referir que houve uma grande evolução nos últimos anos relativamente aos papéis de género na sociedade.

Se continuam mais confinadas à esfera privada? É um facto. Apesar da tendência evolutiva neste âmbito, ainda existe um grande número de mulheres confinadas à esfera privada em comparação com os homens. Na questão das relações de poder, ainda existe uma visão estereotipada em que as mulheres estão mais ligadas à esfera doméstica e familiar.

Esta realidade deve-se também à socialização de géneros levada a cabo pela sociedade, que ainda persiste nos dias de hoje. As crianças continuam a ser socializadas de acordo com os papéis de género existentes há uns anos. É necessário desmistificar e desconstruir esta tendência, até por uma questão de evolução. Ainda é necessário um trabalho longo e árduo nesta área. Se nos sentimos indignadas com estas questões iremos transmitir aos nossos filhos esses ideais, socializando-os para que se evolua no caminho de uma desconstrução dos papéis de género. O trabalho com os jovens é crucial para isto.

#### **2. Estará o quotidiano feminino mais sobrecarregado do que o masculino?**

Sem dúvida. As mulheres fazem uma “dupla jornada” em comparação com os homens. A própria emancipação levou a que estas conseguissem entrar na esfera pública, mas continuando associadas ao papel doméstico, familiar e de cuidado, o que faz com que, ao chegarem a casa depois de um dia de trabalho, continuem a ter essas tarefas. Apesar de atualmente serem mais partilhadas, ainda persiste a ideia de que o homem tem de ajudar e não de partilhar. Eles têm de partilhar, tem de se lutar por isso, pois só assim é que poderemos falar de uma carga doméstica igualitária.

### **3. Estarão os homens mais expostos a oportunidades criminosas em comparação com as mulheres?**

Pode dizer-se que estão mais expostos em certas esferas. Tendo os homens mais poder e dominando-as, terão mais acesso a essas oportunidades.

A mulher continua a ser vista como alguém com um papel submisso em qualquer tipo de crime. Nas relações de intimidade, os dados dizem-nos que as mulheres são vítimas e não agressoras. No que toca à exposição a oportunidades criminais, por exemplo na esfera económica, os homens estão mais expostos pois lideram esses sectores. Com a entrada das mulheres na esfera pública começaram a surgir casos em que elas eram protagonistas de determinados crimes económico-financeiros.

Ou seja, os sujeitos do sexo feminino, ao não ocuparem tantos cargos de poder como os homens, não estão tão expostos a oportunidades criminais. Se existisse uma fação igual, e existissem mais mulheres em cargos de poder com acesso a oportunidades criminais, talvez a taxa e criminalidade feminina fosse mais levada.

### **4. Serão os crimes femininos mais subtis do que os masculinos?**

Alguns estudos dizem-nos que as próprias sentenças judiciais que têm as mulheres como arguidas, normalmente cumulam numa pena reduzida, pois é sempre tido em atenção o papel familiar crucial que a mulher representa. Efetivamente, o que os estudos indicam é que existe uma relativização do papel da mulher nas sentenças judiciais. O seu papel social influencia a pena atribuída.

As teorias descrevem os homens como agressores de crimes violentos e as mulheres como de crimes menores, algumas, inclusive, indicam-nos que os homens estão mais predispostos à violência do que as mulheres. Até na própria forma de matar, elas são mais súbtis, diferenciando-se no seu *modus operandi* (envenenamento).

Os crimes que a literatura nos relata para as mulheres são de menor gravidade, nomeadamente o furto, o *shoplifting* e o tráfico de droga (enquanto elementos “descartáveis”, ocupando lugares secundários e não tanto como membros cruciais da organização).

Talvez por este papel que assumem dentro da criminalidade, os seus crimes passem mais despercebidos, por não darem tanto nas vistas e serem, muitas vezes, subvalorizados por parte do sistema judiciário.

### **5. De que maneira as diferentes formas de socialização de género influenciam o comportamento criminal?**

A mulher sempre foi ensinada a ter um papel submisso e familiar. A própria forma de criminalidade que as mulheres assumem reflete essa questão.

Os crimes masculinos estão mais ligados aos papéis de poder e de força, tendo uma esfera mais alargada para o seu cometimento e uma maior tendência a crimes violentos. As mulheres, estando associadas à esfera privada, recorrem a diferentes *modus operandi*, regra geral mais subtis, e diferem no tipo de crime (*shoftlifting*: são as mulheres que mais cometem este tipo de crime. A razão prende-se com o facto de lhes ser atribuída a função de ir às compras, uma tarefa tipicamente ligada à esfera doméstica).

É uma questão de oportunidades interligada com os papéis desempenhados por cada género.

### **6. Existem verdadeiramente crimes tipicamente femininos e masculinos (em termos de diferenças patológicas e sociais em função do género), ou é tudo uma questão de oportunidade?**

Existem diferenças, já focadas, mas essas diferenças advêm das oportunidades que são oferecidas às mulheres e aos homens.



**Anexo 3****Entrevista Doutora Dália Costa:****1. Estão as mulheres mais confinadas à esfera privada em comparação com os homens?**

Sim. Até de um ponto de vista etário: as meninas, antes da idade adulta, mesmo em função dos trabalhos escolares, acabam por estar mais confinadas à esfera privada, permanecendo mais tempo em casa e dedicando-se à progressão escolar. Os rapazes têm um estilo de vida mais de “rua”, passando grande parte do tempo no exterior do lar.

A partir do ensino superior também se percebem diferenças nas preferências em termos profissionais, ligadas à necessidade feminina, socialmente imposta, de estar mais perto de casa e da esfera familiar. Os homens sentem o suporte da mulher no cuidado do lar, enquanto as mulheres hesitam mais nas respostas perante uma proposta do empregador que implique afastar-se do ambiente familiar, necessitando sempre de “conferenciar” com o companheiro.

Esta questão acaba por ter um ponto positivo no que respeita à progressão escolar: passando as raparigas mais tempo em casa a estudar, obtêm um melhor desempenho académico. Inclusive, em Portugal, existe uma maior percentagem de mulheres com doutoramento em relação aos homens. Apesar disto, possuem um nível salarial mais baixo em comparação aos homens, sendo este diferencial salarial justificado com o argumento de que elas possuem uma maior responsabilidade no que respeita ao espaço residencial, tarefa socialmente atribuída às mulheres. E, paradoxalmente conforme possuem aptidões académicas e posições hierárquicas mais elevadas, mais notórias são as diferenças salariais em relação aos pares masculinos.

**2. Estará o quotidiano feminino mais sobrecarregado do que o masculino?**

Em relação às tarefas domésticas, os autores mais conceituados falam-nos em dupla e tripla jornada, dizendo-nos que as mulheres têm uma jornada contínua (desde que acordam que começam a fazer a gestão familiar, o planeamento doméstico, etc.). Os

estudos sobre os usos do tempo confirmam esta análise. As mulheres estão muito mais sobrecarregadas, trabalhando, comparativamente aos homens, em média, mais duas horas e meia por dia (em termos de trabalho não pago, que efetivamente é reconhecido também como trabalho). Estes desempenham algumas tarefas de trabalho não pago, tarefas essas marcadas também por questões de género: estão ligados a funções no contexto do “exterior” do lar (tratam da mecânica, das questões de lazer com as crianças, eletricidade, dos aspetos financeiros, por exemplo, ao cozinhar tendencialmente trata-se de fazer grelhados, etc.). Elas ficam encarregues das tarefas de manutenção diária do lar (ajudar com o trabalhos de casa das crianças, passar a ferro, cozinhar diariamente, etc.). Os homens estão também encarregues de algumas tarefas de manutenção do lar, como pintar a casa ou fazer obras e restauros, mas muito mais esporádicas em comparação com as tarefas diárias e rotineiras atribuídas às mulheres, como aspirar, cozinhar e tratar da roupa, tarefas essas que necessitam de ser desenvolvidas quase ~~que~~ diariamente. Isto demonstra uma divisão dos papéis sociais de género, baseada em estereótipos, mesmo dentro da esfera doméstica.

### **3. Estarão os homens mais expostos a oportunidades criminosas em comparação com as mulheres?**

Vários estudos dizem que sim, por razões de estilo de vida (maior permanência na rua do que em casa, comparativamente com o género feminino). Os jovens do sexo masculino, devido ao seu estilo de vida, acabam por sair mais desacompanhados à noite em comparação com as mulheres. Os locais frequentados por ambos os géneros são diferentes, tal como o acesso ao uso e porte de armas (especialmente armas brancas). Tudo isto contribui para que eles fiquem mais expostos tanto a oportunidades criminosas, como a situações de vitimação.

A resposta direta à questão precisa de levar em linha de conta que a realidade é que os investigadores e as investigadoras também não vão à procura do fenómeno. Se se tivesse investigado a questão da criminalidade com uma lente de género, provavelmente ter-se-ia constatado muito mais casos de mulheres criminosas e de delitos perpetrados por sujeitos do sexo feminino. Ou seja, esta é uma questão ainda muito pouco explorada, quer no contexto nacional, quer noutros.

#### **4. Serão os crimes femininos mais subtis do que os masculinos?**

Existe uma diferença de género no que respeita ao cumprimento dos papéis sociais que são definidos para homens e para mulheres. Espera-se que uma mulher seja recatada no seu comportamento, comedida, que não recorra a violência e agressão, ente outros atributos, acabando elas por se conformar com estes papéis sociais que lhes são imputados, o que leva a que entrem menos pela via criminal em comparação com os homens, que são incentivados a ser mais “rufiões”, mais aventureiros e destemidos, ao invés de se manterem sossegados e comedidos.

Grande parte dos homicídios cometidos por mulheres e, até mesmo, o seu envolvimento no tráfico de droga, estão ligados ao contexto familiar (redes familiares, negócio de família, sustentar os filhos, etc.).

Não me parece que passem mais despercebidos, mas sim que quando elas cometem crimes os justifiquem muitas vezes recorrendo a argumentos relacionados com os papéis sociais de género, ou seja, com as obrigações que são socialmente definidas, mas que acabam por ser sentidas pelos sujeitos, que as aplicam às suas próprias vidas sem sequer as questionarem, muitas vezes. Está também relacionado com o tipo de crime, sendo a sociedade muito mais punitiva para com as mulheres que cometem crimes que vão contra os seus papeis sociais, como por exemplo a negligência para com os filhos. Por isso não me parece que passem mais despercebidas.

#### **5. De que maneira as diferentes formas de socialização de género influenciam o comportamento criminal?**

Os rapazes são educados para se defenderem enquanto as raparigas são instruídas para recorrer a alguém que as proteja perante eventuais problemas na escola. Os meninos são estimulados a dar uma resposta “à altura” numa situação de desafio, as meninas são incentivadas a procurar ajuda junto de terceiros. Isto leva a que eles desenvolvam competências de liderança e elas de dependência, o que tem também impacto em termos criminosos.

Elas treinam para as atividades de cuidado, através das brincadeiras com bonecas, utensílios de cozinha. Eles treinam para a liderança e a ação (jogos de bola, simulações de luta). Mesmo no estilo de liderança esta questão tem influência: eles são mais autoritários e competitivos, ao passo que elas são líderes mais democráticas.

**6. Existem verdadeiramente crimes tipicamente femininos e masculinos (em termos de diferenças patológicas e sociais em função do género), ou é tudo uma questão de oportunidade?**

Não é tudo uma questão de oportunidade. Olhando para as estatísticas confirmamos que o sexo feminino está mais ligado a determinadas práticas criminais e o masculino a outras. Isto tem que ver com os estilos de vida. Não é tanto as oportunidades, mas os estilos de vida e as formas de socialização que influenciam a criminalidade.

A criminalidade feminina está mais relacionada com os crimes no seio familiar ou em relações de grande proximidade. Já a masculina encontra-se ligada a uma criminalidade mais violenta, inclusive pelo maior acesso ao uso e porte de armas.

Não existe do ponto de vista patológico, genético ou cromossómico diferenças que influenciem a prática criminal. São os fatores sociais e as normas sociais, fatores ligados ao meio portanto, que têm influência na questão. Fundamentalmente a explicação é social, não genética, cromossómica ou patológica.

#### **Anexo 4**

### **Entrevista Doutora Irene Vaquinhas:<sup>8</sup>**

#### **1. Estão as mulheres mais confinadas à esfera privada em comparação com os homens?**

No contexto de uma sociedade rural é difícil dar resposta a esta questão.

#### **2. Estará o quotidiano feminino mais sobrecarregado do que o masculino?**

Depende dos estratos sociais. O quotidiano de uma operária que tenha de fazer o trabalho em casa e na fábrica é diferente do de “uma senhora de casa”. As condições sociais interferem com esta questão.

Sem dúvida alguma que o quotidiano feminino parece, sobre vários aspetos, mais sobrecarregado do que o masculino. Mas, evidentemente, é necessário demonstrar e comprovar esta afirmação.

No caso da sociedade rural em concreto esta situação é um pouco distinta, visto que aquilo que caracteriza a condição da mulher neste tipo de sociedade é o facto de esta desempenhar trabalhos agrícolas, a par do homem, existindo porém determinadas tarefas que são exclusivamente masculinas. Inclusive, com o aumento da emigração masculina (tanto no século XIX com destino ao Brasil ou, a partir dos anos 1960, dirigida para a Europa, em especial França e RFA), as mulheres tiveram de assumir quase que a totalidade das funções desempenhadas pelos homens. O mesmo sucedeu durante a guerra colonial, tendo as mulheres que assumir as tarefas do quotidiano masculino de forma a colmatar a escassez de elementos deste género.

<sup>8</sup> As respostas foram dadas em função dos estudos da doutora Irene sobre a criminalidade rural, sobretudo durante o período de 1850 a 1918 e nas comarcas de Coimbra, de Montemor-o-Velho e Penacova.

### **3. Estarão os homens mais expostos a oportunidades criminosas em comparação com as mulheres?**

Não sei. Penso que o homem provavelmente estará mais exposto, mas isso irá depender dos valores das sociedades. Por exemplo, na sociedade rural o confronto entre homens era muito comum, tendo a violência um lado lúdico muito forte (jogos do pau), existindo assim muitas ocasiões que proporcionam aos homens oportunidades de participação em atos violentos e, de certa forma, criminosos para os homens.

Mesmo assim, devemos ter em atenção que as mulheres lidam com violência da mesma forma que os homens.

### **4. Serão os crimes femininos mais subtis do que os masculinos?**

Em certas circunstâncias, como no caso do crime de injúria (afirmação de algo sobre terceiros), cometido, por vezes, com imensa subtilidade por parte do género feminino.

Também há que ter em conta a desculpabilização da mulher por parte do sistema penal e da sociedade. No século XIX esta era menos criminalizada devido às suas funções maternas e de cuidado familiar, bem como aos preconceitos de género que sobre ela pesavam (a fraqueza do sexo, a menor coragem, o peso da religiosidade...) levando à atenuação das penas, a beneficiar de uma menor culpabilidade ou, até mesmo, a ser absolvida. Talvez isso contribua também para as menores taxas de mulheres “criminosas”.

Um exemplo ilustrativo desta realidade, inserido no contexto da sociedade rural, prende-se com o crime de aborto. Este estava presente na sociedade rural mas não aparecia nas estatísticas judiciais porque, quando chegava ao tribunal, as mulheres eram desculpabilizadas, raramente chegando a ser acusadas. Isto vem demonstrar que lá por não aparecer nas estatísticas não quer dizer que não exista.

**5. De que maneira as diferentes formas de socialização de género influenciam o comportamento criminal?**

Creio que existe outro fator a ter em conta para além das formas de socialização: os espaços de socialização. No caso do crime de injúria e difamação no contexto da sociedade rural, determinados espaços associados à socialização feminina proporcionavam, através da troca de opiniões, o cometimento deste tipo de delito (os lavadouros, entre outros, constituem um dos espaços típicos da criminalidade feminina em meio rural).

**6. Existem verdadeiramente crimes tipicamente femininos e masculinos (em termos de diferenças patológicas e sociais em função do género), ou é tudo uma questão de oportunidade?**

- Delitos considerados tipicamente femininos entre 1858 e 1918: infanticídio e aborto. As injúrias, embora sejam mais comuns entre as mulheres, também eram proferidas por homens.
- Séc. XIX: os objetos mais furtados eram os lenços para “enfeite” como adereço feminino. Era um dos objetos da moda, sendo assim objeto de cobiça e furto.
- Local de socialização – as soleiras das portas: as pessoas sentavam-se nas portas e começavam a discutir, inclusive a vida de terceiros (“alcovitice” → função conservadora de denegrir e controlar os comportamentos que fogem às regras).
- A honra sexual era extremamente importante para o sexo feminino: as acusações de comportamentos irregulares podia conduzir a atos de extrema violência, chegando a o ponto de, em caso de difamação, membros da família da ofendida poderem fazer uma “espera” a quem a tornou “falada”. Essa espera é muitas vezes levada a cabo por elementos femininos da família da vítima. Constitui uma forma de justiça popular.

## **Anexo 5**

### **Entrevista Doutora Isabel Ventura:**

#### **1. Estão as mulheres mais confinadas à esfera privada em comparação com os homens?**

Parece-me que as mulheres, se falarmos nas portuguesas, têm muito mais tempo dedicado à esfera privada do que os homens, estando algumas delas muito mais limitadas a espaços privados do que a públicos.

#### **2. Estará o quotidiano feminino mais sobrecarregado do que o masculino?**

Sim. As mulheres têm frequentemente horas diárias de trabalho não pago a mais do que os homens, visto que a divisão das tarefas ainda não é igualitária. Mesmo existindo um progressivo alargamento das tarefas domésticas masculinas, as mulheres continuam a estar muito mais sobrecarregadas.

#### **3. Estarão os homens mais expostos a oportunidades criminosas em comparação com as mulheres?**

Este aspeto relaciona-se com as diferentes aprendizagens consoante o género: as mulheres são educadas para a submissão e os homens para a agressão. Isto leva a diferentes formas de encarar o crime. Por exemplo, nos crimes de abuso sexual as oportunidades são idênticas para ambos os sexos, o que não significa que as mulheres concretizem essas oportunidades, verificando-se também aqui uma maior criminalidade masculina.

Há que ter em conta outra questão: a assimetria de poder. Esta oferece aos sujeitos masculinos uma maior oportunidade de cometimento de crimes de colarinho branco e aos femininos uma relação mais estreita com a criminalidade relacionada com a maternidade e a família, derivando das diferentes esferas de circulação de ambos.



#### **4. Serão os crimes femininos mais subtis do que os masculinos?**

Depende. As mulheres são particularmente punidas, simbólica e não simbolicamente, quando transgridem os papéis femininos que lhes são atribuídos por parte da sociedade. Isto leva a que certos crimes sejam particularmente visíveis (crimes relacionados com a maternidade) e punidos quando cometidos por mulheres.

Existe também uma relação com o tipo de crime e o tipo de mulher em causa. Por exemplo, crimes cometidos por mulheres de classes sociais mais baixas, onde o comportamento social transgride aquilo que é expectável em muitas dimensões, são mais visíveis e desencadeiam uma maior censura social, do que crimes praticados por mulheres que reúnam em si uma série de características associadas ao papel uma “mulher de verdade”, educada e contida.

Quando ao tipo de crime, mais uma vez existe interferência dos papéis e posturas sociais que são esperados de uma mulher. Quando esta comete um crime contra crianças ou contra a família, é violentamente punida, considerando-se a sua conduta como anormal e “anti-natura”.

Estas duas dimensões influenciam imenso a “subtileza” criminal feminina, dependendo a sua visibilidade de alguns fatores, tais como o tipo de crime, a classe social, e a aparência física.

#### **5. De que maneira as diferentes formas de socialização de género influenciam o comportamento criminal?**

A questão da socialização é muito importante. Independentemente do sexo com que se nasça, o estilo de vida irá determinar a propensão para o crime, existindo uma relação muito clara no que respeita à educação para a submissão, por parte das famílias para com as meninas, verificando-se uma educação diferente consoante o sexo. Para além da influência familiar, existe também a influência escolar, a televisiva, entre outras, que de forma mais subtil contribuem para as discrepâncias na socialização de géneros.

Pessoas oriundas de meios mais violentos terão uma maior propensão para a violência do que pessoas oriundas de um contexto onde exista uma grande censura de

comportamentos criminais. Ou seja, toda a questão criminal não se prende apenas com o género, mas também com o contexto social e a educação recebida.

“As raparigas são educadas para ocupar muito pouco espaço” (Ventura, 2016).

**6. Existem verdadeiramente crimes tipicamente femininos e masculinos (em termos de diferenças patológicas e sociais em função do género), ou é tudo uma questão de oportunidade?**

Aqui terá de se ponderar outra questão: aquilo que é considerado crime depende da época histórica. Existiram alguns comportamentos que apenas eram criminalizados quando cometidos por mulheres, tais como o adultério, as mulheres “alcoviteiras” (mulheres que angariavam mulheres para praticarem atos sexuais a troco de dinheiro, considerado crime até ao século XVIII), ou até mesmo a questão do aborto. Isto leva a que durante as diversas épocas históricas, existam crimes associados unicamente a mulheres. Mas isso vai-se alterando com as mudanças na legislação.

Estatisticamente verificam-se diferenças nos crimes cometidos pelos dois sexos, o que pode originar esta questão dos crimes “tipicamente femininos e masculinos”.

Eles são um conjunto de oportunidade, socialização e necessidade. Não desprezando as questões da biologia (diferenças hormonais entre géneros, considerando-se a mulher como muito mais vulnerável face a esses fatores), tendo a valorizar mais a socialização. Independentemente de existir propensão para o desenvolvimento de um determinado traço de personalidade, o crescimento e desenvolvimento num determinado meio que estimule ou reprima essa característica, vai exercer uma influência crucial. Existem personalidades associadas que tendem a ser relacionadas a alguma hostilidade, falta de empatia e comportamentos violentos, mas é o meio social onde o indivíduo está inserido que irá transformar esses impulsos, podendo levá-los a culminar num comportamento delinquente ou canalizando-os de forma produtiva.

## **Anexo 6**

### **Entrevista Doutora Sónia Caridade:**

#### **1. Estão as mulheres mais confinadas à esfera privada em comparação com os homens?**

Histórica e tradicionalmente, as mulheres sempre foram mais confinadas à esfera privada em comparação com os homens. Com a emancipação das mulheres, assistimos a uma progressiva integração sua no mercado de trabalho, mas ainda assim estas, comparativamente com os homens, continuam inevitavelmente mais confinadas à esfera privada. A meu ver, isto é algo que perdurará pois continuam a existir certos estereótipos de género que fomentam tal tendência.

#### **2. Estará o quotidiano feminino mais sobrecarregado do que o masculino?**

Inegavelmente sim, pois para além dos compromissos profissionais as mulheres continuam a acumular com os trabalhos domésticos. Se é certo que se começa a verificar uma maior divisão das tarefas domésticas, a verdade é que ainda se verifica um grande desfasamento a este nível igualmente motivado pela existência dos referidos estereótipos de género, nomeadamente, a associação do ideal de feminilidade à realização das tarefas relacionadas com a família (cuidar dos filhos, do marido).

#### **3. Estarão os homens mais expostos a oportunidades criminosas em comparação com as mulheres?**

É inegável que os homens constituem os principais agentes criminais e uma das principais explicações reside precisamente no facto de estes terem mais oportunidades para a prática dos crimes que as mulheres, sendo certo que isto ainda se mantém.

#### **4. Serão os crimes femininos mais subtis do que os masculinos?**

Não necessariamente, as mulheres poderão igualmente cometer crimes hediondos e com características macabras. Não obstante, a verdade é que continua a substituir a ideia a mulher é também mais submissa na vida criminal o que nem sempre corresponde à realidade.

#### **5. De que maneira as diferentes formas de socialização de género influenciam o comportamento criminal?**

Claramente, a socialização diferenciada de género repercute-se no comportamento criminal feminino, pois aquilo que se verifica é que as mulheres continuam a ser socializadas para serem mais calmas, recatadas submissas, mais passivas e menos agressivas. Em contrapartida, os homens são mais educados serem agressivos, e ativos e isto inegavelmente se repercute no seu comportamento criminal. Não esquecer ainda que tal influencia a forma como o sistema de controlo formal e informal irá operar e em que geralmente as mulheres são muito mais controladas quer por um, quer por outro e uma vez mais isto explicará o seu menor envolvimento no crime. Ao nível do sistema de controlo informal, o maior controlo opera-se pela maior restrição comportamental feminina; ao nível do sistema de controlo formal, tende a haver uma maior benevolência face ao comportamento desviante feminino.

#### **6. Existem verdadeiramente crimes tipicamente femininos e masculinos (em termos de diferenças patológicas e sociais em função do género), ou é tudo uma questão de oportunidade?**

Pessoalmente, penso que cada crime é um crime e não podemos generalizar. É sempre importante analisar o contexto de ocorrência do mesmo, as motivações para a prática do crime, o funcionamento individual do agressor, sendo certo que as questões biológicas e sociais devem igualmente ser consideradas.